

# Itinerários Investigativos

**História das Ideias Linguísticas:  
Apropriação e representação**

Organização:  
Agnaldo Martino

# **Itinerários Investigativos**

História das Ideias Linguísticas:  
Apropriação e Representação

**Agnaldo Martino**  
organizador

2021

Grupo de Pesquisa  
História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional  
Coordenação Leonor Lopes Fávero  
PUC-SP

#### ITINERÁRIOS INVESTIGATIVOS

História das Ideias Linguísticas: apropriação e representação

*Publisher* Edgard Blücher  
*Editor* Eduardo Blücher  
*Organização* Agnaldo Martino  
*Coordenação editorial* Jonatas Eliakim  
*Produção editorial* Aline Fernandes  
*Diagramação* Fernando Bertolo e Editora Blucher  
*Revisão* Thiago Zilio-Passerini  
*Capa* Fernando Bertolo

# Blucher

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

---

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar  
04531-012 – São Paulo – SP – Brasil  
Fax 55 11 3079 2707  
Tel 55 11 3078 5366  
**contato@blucher.com.br**  
**www.blucher.com.br**

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme  
5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua  
Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras,  
março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por  
quaisquer meios sem autorização escrita da  
editora.

---

Todos os direitos reservados  
pela Editora Edgard Blücher Ltda.

---

Itinerários investigativos : história das  
ideias linguísticas : apropriação e represen-  
tação / organização de Agnaldo Martino.  
--São Paulo : Blucher, 2021.  
182 p.

Bibliografia  
ISBN 978-65-5550-085-1 (impresso)  
ISBN 978-65-5550-084-4 (eletrônico)

1. Linguística 2. Linguística - História I.  
Martino, Agnaldo

21-1660

CDD 410

---

Índices para catálogo sistemático:  
1. Linguística : História

## Apresentação

A História é uma das áreas de conhecimento que possibilitam compreender as ocorrências do passado, as articulações do presente e as perspectivas de mudanças para o futuro. Ela é a *representação* de um acontecimento a partir de uma determinada perspectiva. Assim, podemos afirmar que a História é um processo por meio do qual os atores sociais produzem sentidos em um determinado contexto social e ideológico.

A relação intrínseca entre História e Língua existe há muito tempo, visto que a transmissão, a elaboração e as perspectivas históricas se deram, em grande parte, por meio da língua, tanto pela oralidade quanto pela escrita. A representação dos fatos – seja pela modalidade oral, pictórica ou escrita – é uma das primeiras manifestações humanas.

Por seu relativo teor de subjetividade, a História constitui-se de possibilidades múltiplas. Assim, passamos a estudar a História a partir de áreas distintas – História da Educação, História da Vida Privada etc. –, nos anos 70 do século XX, Sylvain Auroux e Konrad Koerner, na França e na Alemanha respectivamente, apresentaram estudos com os princípios acadêmico-científicos que deram início ao desenvolvimento dos domínios de **História das Ideias Linguísticas**. Como teoria nova na área das ciências da linguagem, os estudiosos também divulgaram parâmetros, categorias e metodologias pelas quais as pesquisas da área pudessem desenvolver-se.

A História das Ideias Linguísticas trabalha a *ideia* como um processo dinâmico de *apropriação* e *representação*, daí a pluralidade disciplinar e conceitual como seu traço principal. Ela examina a História relacionada à subjetividade linguística: como o sujeito – por meio da linguagem – interpreta, elabora e constrói/reconstrói uma dada realidade social.

Podemos, então, conceber a História das Ideias Linguísticas como um universo polissêmico e polifônico, cujas articulações entre tempo passado e tempo presente realizam-se por meio de discursos observados a partir da contextualização e da intertextualidade.

O estudo do processo de *apropriação e representação* é o fio condutor de todos os textos aqui apresentados, que – unidos – formam um importante trabalho de contextualização da História e intertextualidade na História das Ideias Linguísticas.

*Agnaldo Martino*  
*Organizador*

## Prefácio

Os textos que compõem esta obra foram escritos por pesquisadores ligados ao Grupo de Pesquisa, por mim coordenado, História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional, da PUC-SP, credenciado no CNPq e debruçam-se especialmente sobre a História das Ideias Linguísticas, linha de pesquisa já consolidada e bastante produtiva no Brasil, respondendo a questões como: de que trata efetivamente essa História?

Parte-se do princípio de que ela é parte da história cultural, cujo principal objeto é identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler (Chartier, 1990) e que

(...) não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas. (BRAUDEL, *A gramática das civilizações*, 1989, p.53).

Os trabalhos aqui apresentados levam-nos a compreender que, se antes uma análise histórica era feita por meio do estudo da documentação, do registro dos fatos, agora se torna massiva e

(...) os documentos se referem à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças, às suas diversas formas de vida social. (REIS, *A história entre a filosofia e a ciência*, 1996, p.126)

Assim, enquanto objeto histórico, as gramáticas, o dicionário, as manifestações literárias, as receitas culinárias, os diálogos em defesa da língua portuguesa, as representações nas charges são formas de observar a história, a sociedade e os seres que a compõem e respondem à questão que motivou esta publicação: como a História das Ideias Linguísticas pode intensificar o diálogo com as demais ciências e permitir a investigação dos saberes linguísticos.

No primeiro capítulo – *História das ideias linguísticas: história, ideias e possibilidades investigativas* – o autor, **Alexandre José da Silva**, indica que esse domínio historiográfico, fortemente alicerçado no Brasil, permite, em seu cerne, a investigação dos saberes linguísticos pautados em instrumentos metalinguísticos explícitos e/ou implícitos, uma vez que neles encontraremos todo um conjunto de conhecimentos em torno de uma língua.

A forma encontrada para apresentar a constituição desse campo de conhecimento foi apontar as ideias, a história e as possibilidades investigativas nele contidos. Para tanto traçou-se um panorama das bases comuns e recorrentes da *História das ideias linguísticas no Brasil*.

No capítulo 2 – *História das ideias linguísticas por meio das crônicas de Machado de Assis* – **Aginaldo Martino** analisa algumas crônicas de Machado de Assis publicadas em jornais do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, a fim de destacar a atuação do escritor como observador dos usos da Língua Portuguesa que se faziam no seu tempo, tanto na vida quotidiana das pessoas comuns, quanto nos textos literários, nas escolas e academias.

As crônicas revelam a percepção linguística na época e isso nos leva a outra ideia apresentada no texto: a literatura como fonte de pesquisa histórica, como documento passível de análise. Machado de Assis, o homem do seu tempo, preocupado com a formação de uma nacionalidade brasileira mostra-se todo na linguagem.

No capítulo 3, intitulado *Literaturas lusófonas: apropriação e representação, regionalismo e religiosidade*, **Márcia da Silva Pituba Freitas** e **Micheline Tacia de Brito Padovani** analisam o livro de literatura infantil *O beijo da palavrinha*, de Mia Couto, e o conto *A menina de lá*, de João Guimarães Rosa, a fim de ilustrar como se dá o processo de apropriação e representação.

A análise está fundamentada nos princípios investigativos de Chartier (1990), acerca da representação, como polo de articulação de religiosidade, de regionalismo, de cultura e de mundo, sob uma perspectiva sócio-histórica, mostrando, ao final, como o leitor é levado para uma representação de mundo. São destacados o misticismo e a religiosidade que se cruzam com o regionalismo dos autores.

No capítulo 4, intitulado *Representações de D. Pedro II nas charges e caricaturas de seu tempo*, **Lídia Lerbach de Souza** ressalta o valor histórico da charge e da caricatura, fato já apontado por autores como Beaudelaire, que reconhecia

o potencial da caricatura como registro do pensamento humano num determinado momento.

O perfil de D. Pedro II traçado, com humor e mestria, por renomados caricaturistas, como Ângelo Agostini, constitui uma representação histórica não apenas de uma personagem importante de nossa história, mas de toda uma época.

No capítulo 5, intitulado *Inês de Castro e algumas apropriações e representações de Camões a nossos dias*, **Beatriz Teixeira Fiquer** mostra como Camões, em *Os Lusíadas*, e Padre José de Anchieta, no poema *A santa Inês*, apropriam-se da história de Inês de Castro – aquela que depois de morta foi rainha –, narrada por Fernão Lopes, no século XV, e como esses dois autores representam, no século XVI, o episódio em seus próprios contextos sociais.

Além disso, fala também da apropriação e representação, em nossos dias, da expressão *Agora Inês é morta*, permitindo-nos, assim, compreender como a amada de D. Pedro I de Portugal foi representada nos séculos XV, XVI e como é representada no século XXI.

No capítulo 6, intitulado *Um olhar sobre a representação em livros de culinária dos séculos XX e início do XXI*, **Daiane Lopes da Silva** e **Joani Almeida Santos Nogueira** analisam cinco prefácios de livros de culinária, produzidos no século XX e início do XXI. Esses prefácios são o resultado de práticas sociais e textuais em conformidade com uma dada percepção de mundo, que as pesquisadoras buscam apreender – mesmo que não o consigam na sua totalidade, pois o pesquisador tem em mãos apenas uma representação da realidade de uma época.

Esses apontamentos feitos às obras mostram como a História, debruçando-se cada vez mais sobre novos “documentos históricos”, procura identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída e dada a ler (Chartier, 1990).

No capítulo 7, **Emerson Salino**, com o trabalho intitulado *O texto teatral – da escrita para a fala: a oralidade nas peças de Néelson Rodrigues*, afirma que, para entender o teatro como forma de apropriação e representação, não basta somente estudar as “tragédias” e as “comédias”, mas é necessário analisar o lugar de cada agente desencadeador das discussões nelas presente e as ideias aí defendidas. O texto teatral apresenta essa apropriação que o autor/dramaturgo faz dos acontecimentos sociais da época que deseja retratar e, ao escrever representa-a para seu público. Estuda-se, aqui, como Nelson Rodrigues se apropria da oralidade de suas personagens e as representa.

No capítulo 8, *O discurso de valorização das línguas indígenas em prólogos de artes de gramática missionárias*, **Cristiano Silva Jesuíta** discute a maneira pela qual os religiosos, para construir discursivamente a dignidade das línguas que descreviam, incorporaram, nos prólogos de gramáticas e dicionários, os



mesmos argumentos que os intelectuais do Renascimento europeu utilizaram para valorizar as línguas nacionais.

A ideia de que as línguas indígenas seriam tão elegantes quanto a latina e os vernáculos europeus revela que o processo de construção de uma humanidade nativa da América passava pelo reconhecimento das qualidades da sua língua.

No capítulo que encerra esta coletânea, intitulado *O ideal clássico de língua em diálogos do século XVI: memória e representação do português*, **Thiago Zilio-Passerini** promove uma reflexão sobre o ideal clássico de língua vigente em textos quinhentistas.

Para tanto, mobilizam-se os conceitos de memória e representação, mostrando como eles se relacionam no processo de construção da identidade da língua portuguesa, associada ao latim. A análise empreendida teve, como foco, os diálogos em louvor e em defesa do português, de João de Barros e de Pero de Magalhães de Gândavo.

Agradecemos aos autores, colaboradores do projeto, que nos mostraram como é que se faz a História das Ideias linguísticas. Aos leitores desejamos que este livro lhes seja fonte de muitas reflexões e pesquisas na área.

*Leonor Lopes Fávero*

# Sumário

<b>História das ideias linguísticas: história, ideias e possibilidades investigativas.....</b>	<b>11</b>
Alexandre José da Silva	
<b>História das ideias linguísticas por meio das crônicas de Machado de Assis.....</b>	<b>41</b>
Agnaldo Martino	
<b>Literaturas lusófonas: apropriação e representação, regionalismo e religiosidade .....</b>	<b>67</b>
Márcia Silva Pituba Freitas Micheline Tacia de Brito Padovani	
<b>Representações de D. Pedro II nas charges e caricaturas de seu tempo .....</b>	<b>81</b>
Lídia Lerbach de Souza	
<b>Inês de Castro e algumas apropriações e representações: de Camões a nossos dias.....</b>	<b>95</b>
Beatriz Teixeira Fiquer	
<b>Um olhar sobre a representação em livros de culinária dos séculos XX e início do XXI .....</b>	<b>109</b>
Daiane Lopes da Silva Joani Almeida dos Santos Nogueira	
<b>O texto teatral – da escrita para a fala: a oralidade nas peças de Nelson Rodrigues .....</b>	<b>121</b>
Emerson Salino	
<b>O discurso de valorização das línguas indígenas em prólogos de artes de gramática missionárias.....</b>	<b>137</b>
Cristiano Silva Jesuita	
<b>O ideal clássico de língua em diálogos do século XVI: memória e representação do português.....</b>	<b>157</b>
Thiago Zilio-Passerini	



# História das ideias linguísticas: história, ideias e possibilidades investigativas

Alexandre José da Silva<sup>1</sup>

## Caminhos iniciais

É imperativo tratar de questões concernentes à *História das Ideias Linguísticas* e, para isso, tecer, inicialmente, o esclarecimento de que o objeto a ser estudado por esse *domínio historiográfico*<sup>2</sup> tem sua origem na interação entre duas grandes áreas de conhecimento: história e, mais modernamente, linguística.

Na verdade, o liame, há muito conhecido, entre História e Língua – consequentemente, Linguística<sup>3</sup> – assevera que, desde tempos longínquos – visto que a comunicação, a preparação e as perspectivas históricas se efetivaram, em grande parte, por meio das línguas, nos planos da oralidade ou da escrita – a representação dos fatos faz com que a História não seja apenas o espelhar de um acontecimento situado em uma perspectiva específica, mas um processo em que os sujeitos elaboram sentidos em um determinado contexto, seja ele qual for, social, cultural ou ideológi-

---

1 Doutor em Língua Portuguesa - PUC-SP

2 *Domínio historiográfico*: campos temáticos escolhidos pelos historiadores na investigação historiográfica (por exemplo: Ideias, Direito, Religiosidade, Vida Privada). Conforme Novais e Forastieri (2010, p. 20): “Como um domínio do saber, a história apresenta, relativamente aos outros domínios, uma maior abrangência e menor objetividade. E claro que se pode obter que objetividade e cientificidade nas ciências humanas não têm o mesmo alcance que nas chamadas ciências exatas, por isso mesmo que exatas (...). Retomando: a história, como um domínio do saber, a história-discurso, tem uma longa História, e nessa travessia apresenta transformações e metamorfoses, como na modernidade o diálogo com as ciências sociais; mas mantém, durante todo o percurso, os traços originais de sua geração primeva”

3 Incipientemente e de maneira rudimentar, entendendo *Linguística* como apreciação e reflexão acerca de estruturas da linguagem e da língua

co, por exemplo. Para isso, evidentemente, o plano de elaboração do sentido não se concretiza sem que percebamos a relação entre sujeito, fato e, principalmente, língua.

Dessarte, faz-se necessário indicar o entrelaçamento entre Linguística e História, uma vez que, a partir dessa interdisciplinaridade, poderemos observar a História em sua totalidade, e não mais em seu isolamento disciplinar, em voga durante longos anos. Nesse sentido, a aproximação entre as duas áreas revela que a História, hoje, mais que arrolar datas e fatos, procura discutir novos objetivos; atitudes perante a vida e a morte, crenças, comportamentos, religiões etc. e a Linguística que, *grosso modo*, estuda o meio essencial da comunicação humana, a linguagem. (FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 132).

Uma vez entendida a necessidade de entrelaçar as duas áreas que eram paralelas, mas isoladas, surgem trabalhos relacionando-as, e a História passa a ser vista não apenas como um saber de fatos. Muito ao contrário disso, pensadores modernos dizem que os fatos não apresentam realidade exterior e, portanto, dependem exclusivamente de ideias e representações<sup>4</sup>. Assim, repensar a História passar a ser uma condição *sine qua non*, afinal

Quando se trabalha com fatos ocorridos na longa duração do tempo, e, conseqüentemente, se propõe levar em conta os saberes construídos em estados de sociedades diferentes, pertencentes a áreas culturais eventualmente diferentes, é preciso constituir uma concepção do objeto (os saberes construídos sobre as linguagens e as línguas) tão pouco normativa sobre o plano epistemológico quanto possível. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 16)

Por conseguinte, já que a manifestação de ideias que circulam ao redor de um saber sofre influências não só de acontecimentos políticos, sociais ou culturais, mas também de experiências legadas do passado, ou seja, de fatos ocorridos na longa duração do tempo, é fundamental termos em mente o seguinte: o pesquisador da *História das Ideias Linguísticas* deve observar a importância da relação interdisciplinar entre história e linguística, uma vez que, até então, eram consideradas áreas de conhecimento distintas e não relacionáveis; cada uma delas centrada no seu objeto. História: é o arrolar de datas e fatos. Linguística: é a comunicação humana.

Nesse sentido, do século XIX até o presente momento, é sabido que muitas foram as transformações ocorridas na ciência, na tecnologia e no comportamento humano. E pelo menos nos últimos cem anos, a História viveu muitas transforma-

---

4 O campo das representações abarca todas e quaisquer transposições mentais de uma realidade exterior e está ligado ao processo de abstração (LE GOFF *apud* NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri, 2011)

ções, entre elas o total de sua abrangência e sua possível relação com outros campos do saber (Sociologia, Antropologia, Psicologia, Pedagogia, Linguística). Segundo Barros (2007, p. 202),

Alguns domínios surgem e desaparecem ao sabor das modas historiográficas – motivados por eventos sociais e políticos, ou mesmo por ditames editoriais e tendências de mercado. Outros surgem quando para eles se mostra preparada a sociedade na qual se insere a comunidade de historiadores [...]

A História das Ideias é um domínio que conquistou sua perenidade no quadro de alternativas historiográficas desde princípios do século XX. Passou por variações no que se refere às concepções das diversas gerações de historiadores das ideias, mas sem sombra de dúvida conquistou um lugar bastante privilegiado no Campo da História.

Surge, pois, a necessidade de se investigarem novos temas (educação, família, por exemplo) e novos documentos (testamentos, inventários, cartas – manuscritas ou impressas). Tais fontes de análise subsidiariam interpretações mais consistentes, pois os fatos seriam analisados *pari passu* a seus contextos históricos.

Importante destacar que a rede de diálogos ou conexões da História com outros campos<sup>5</sup> do saber, nos quais a Linguística se insere, sedimentou a possibilidade de novas abordagens em relação ao ato de se (re)pensar o passado. O exame do passado, como bem observou Barros (2011, p. 56), na perspectiva interdisciplinar, indica uma tendência marcante e atual no que tange à historiografia, pois em detrimento de uma cultura examinada como sistema por vezes estático, privilegia-se cada vez mais a dinamicidade. Isso é perceptível através do uso não apenas dos novos conceitos, como também de novas metáforas e maneiras de sentir os sistemas culturais.

Barros (2011, p. 60), testifica, ainda, que os novos horizontes estabelecidos pelas conexões entre os campos de saber têm permitido precisamente o estabelecimento de um novo olhar sobre objetos que habitualmente têm sido beneficiados por um tratamento historiográfico econômico, político ou demográfico. Sua expansão, por conseguinte, vai muito além dos objetos e processos habitualmente tidos por culturais, de modo que é sempre oportuno enfatizar como a História Cultural tem se oferecido cada vez mais como campo historiográfico aberto a novas conexões com outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem proporcionado aos historiadores um rico espaço para a formulação conceitual.

---

5 Na acepção de Domínio, ou seja, campo temático mais específico, caso, por exemplo, da *História das Ideias Linguísticas*

Na tentativa de se construir uma nova concepção de História, pautada em ações como: a ampliação em relação à noção de fonte histórica, a observação do fato histórico como uma construção histórica, o desejo de se construir uma história ao alcance de todas as esferas das atividades humanas e o imbricamento com outras áreas (Economia, Geografia, Linguística), em oposição a uma *história tradicional*<sup>6</sup>, houve, por parte dos historiadores, uma *revolução documental*, já que a tônica das investigações não estava mais nas hagiografias, nas biografias de personalidades notórias ou na descrição de feitos heroicos.

## **1. História das Ideias Linguísticas: história – *revolução documental***<sup>7</sup>

É inerente ao ser humano a preocupação em fazer história, independentemente da época. Na Antiguidade, história era sinônimo de narração ordenada dos fatos numa sucessão temporal. Para os gregos, sua significação estava vinculada à informação e à investigação científica que almejava pelo desvendar das questões ligadas ao universo. Para os romanos, era sinônimo de patriotismo, já que a ideia era servir de modelo na condução da pátria, principalmente por conta dos efeitos surgidos da dominação romana no Ocidente.

Na Idade Média, a história passa a ter um alcance filosófico baseado em uma visão de mundo surgida do triunfo do Cristianismo. Nos dizeres de Glénisson (1986, p. 13), “a vinda de Cristo tinha um sentido para todos os homens. Exigia-se, portanto, uma nova concepção da história universal, na medida em que esta deveria ser dotada de uma unidade”.

---

6 Entendida, também, como *história historizante*, que se preocupa com fatos (políticos, militares, por exemplo) e o arrolar desses fatos numa perspectiva meramente descritiva

7 A expressão “revolução documental” faz referência à mudança proporcionada pela Nova História no que diz respeito ao documento histórico. Nos dizeres de Le Goff (A História Nova, p. 133), “a História Nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história essencialmente baseada em textos e em documentos escritos, por uma história fundamentada numa ampla variedade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos iconográficos, resultados de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme ou, quando se trata de um passado mais longínquo, vestígios de pólen fóssil, uma ferramenta”, In: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri. *Nova História em perspectiva*. São Paulo, Cosac Naify, 2011

Já no Renascimento, o racionalismo se impõe. A preocupação passa a ser a busca pelos textos antigos e documentos, a fim de se reconstituir o passado. No século XVIII, os pensadores iluministas mostravam a história como progresso da humanidade. Já no século XIX, muitos países passaram a criar sociedades de pesquisa para que houvesse o levantamento das documentações referentes ao próprio passado.

Desse modo, era mais do que necessária a elaboração de métodos e leis que promovessem a objetividade na história. Para isso, cabia ao historiador realizar um levantamento estritamente minucioso dos fatos.

Logo, a proposta de se fazer uma nova leitura da história surge com o objetivo de outros aspectos – e não mais o político – serem observados. Ao negar o aspecto político da história, qualquer historiador passa, pois, a ampliar o seu horizonte, já que busca novos campos e novos objetos de pesquisa. O caminhar da história, então, vai das posições para as representações, das hierarquias para as relações. Por conseguinte, essa negação do aspecto político do horizonte da História permite ao historiador se aventurar cada vez mais em novos campos e novos objetos de pesquisa.

É no início do século XX, portanto, na realização de uma proposta nova de se fazer História (em oposição a uma história tradicional), que se presenciou, em 1929, na França, o surgimento da *École des Annales*<sup>8</sup>, assunto do qual trataremos a seguir.

### **História-problema: Annales – objetivos**

Para os seus fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch, a fim de fazer valer a mudança pela qual almejavam, tornava-se necessário:

- 1 - fazer com que a história deixasse de ser um empilhamento de narrativas de acontecimentos e se realizasse em torno de uma história-problema<sup>9</sup>;

---

8 Importante dizer que, em paralelo à criação dos *Annales*, no ano da grande crise econômica mundial de 1929, a revista *Les Annales D'Histoire Économique et Sociale* é idealizada e fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, aproveitando-se da necessidade de se mudar a visão de uma história política para uma história preocupada com os aspectos econômicos e sociais que se impunham por conta do momento de crise

9 Para os historiadores dos *Annales*, história-problema é a história que alcança todas as atividades humanas, que alarga o conceito de fonte histórica e se coaduna com outras disciplinas, objetivando a interdisciplinaridade



- 2 - realizar história de todas as atividades humanas, e não apenas da história política;
- 3 - fazer com que outras áreas viessem colaborar com a ampla abertura temática a que se propunham.

Da relação que os *Annales* promoveram com outras áreas, a Linguística não se ausentou. Como se lê nas bem observadas palavras de Chevalier (1995, p. 84):

No grande jogo contemporâneo das comparações interdisciplinares, parece bastante evidente, ou melhor, natural que linguística e história devam ser confrontadas; nesta ciência do movimento dos povos que a história institui, seria estranho que não desempenhasse seu papel a ciência que estuda esse meio essencial de comunicação, as linguagens. Dos grandes e importantes progressos realizados pela linguística, há vários decênios, que fizeram provavelmente – e para muitos – dessa disciplina uma ciência-piloto, a história deveria tirar grande proveito.

A renovação promovida pelos *Annales*, no que tange ao estudo histórico, revelou que a história tradicional – alicerçada na simples narrativa de acontecimentos ou no simples acumular de documentos – não dava conta de explicar os mais variados fatores – sociais, culturais, políticos, filosóficos, econômicos – vinculados à produção ou à elaboração de documentos. Nesse sentido, urgia a necessidade de se repensar o passado por meio de novos conceitos e hipóteses, tornando a fonte documental um material de comprovação ou não da hipótese levantada.

Logo, a proposta de se fazer uma nova leitura da história, ampliando o olhar para aspectos que extrapolassem o aspecto político, surge e, desse modo, como bem observou Dosse (2003, p. 370), uma característica marcante originada dos *Annales* é a negação do aspecto político da história. Assim,

Entre os *Annales* dos anos 30 e os dos anos 80, pode-se localizar certo número de continuidades e discontinuidades. A mesma negação do aspecto político dos *Annales* desde seu nascimento, o mesmo procedimento de captação das ciências sociais, de tudo que aparece como novo, a mesma terceira via entre história tradicional historicista e o marxismo ossificado, da qual os *Annales* preencherão os vazios ao investir em domínios inexplorados, e ao mesmo tempo quebra-mares de resistência ao marxismo e substituto deste último: não ideologia, mas mentalidade, não materialismo mas materialidade, não dialética mas estrutura.

Não conformados com a *história historizante*, Lucien Febvre e Marc Bloch iniciaram o pensamento de uma história-ciência que pudesse construir e reconstruir o passado, fugindo de uma história pautada no arrolar de datas e fatos. Para isso, o objeto dessa nova perspectiva da história passa a ser o homem, suas realizações e significações no mundo.

Todavia, não deixaríamos, ainda, de perceber que a análise histórica registraria como fato importante a história militar, a dos reis, da diplomacia, de maneira puramente narrativa, descritiva e, por que não, dogmática<sup>10</sup>.

Por conta dessa antiga narrativa convencional da história, a inquietação de alguns historiadores faz com que uma *Nova História* surja a fim de não apenas recontar o passado, mas também de derrubar os muros historizantes que circundavam o fazer histórico. O passado precisaria ser cirurgicamente aberto, alargado e interpretado, e o procedimento para promover a mudança substancial na compreensão da história seria realizado pelos *Annales*.

Logo, nas palavras precisas de Stuart Clark (2011, p.183-4),

Foi com o propósito de derrubar os muros intelectuais que a circundavam que o medievalista Marc Bloch e seu colega na Universidade de Estrasburgo, Lucien Febvre, fundaram em 1929 o primeiro *Annales* (*Annales d'Histoire Economique et Sociale*). Bloch e Febvre desdenhavam o que consideravam ser o positivismo estéril da historiografia oficial<sup>11</sup> (...) e passaram a julgar irremediavelmente artificial e irrelevante a história

---

10 Para Le Goff (2011, p. 146), é, também, “história econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes e não somente história política, militar, diplomática. História dos homens, de todos os homens, e não unicamente dos reis e dos grandes homens. História das estruturas, e não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações e não história estática, história-quadro. História explicativa, e não história puramente narrativa, descritiva ou dogmática”

11 Provável referência ao pensamento de um dos maiores historiadores do século XIX, no caso, Leopold von Ranke – nascido em 21/12/1795, em Wiehe, Alemanha e falecido em 23/05/1886, em Berlim, Alemanha. Considerado o pai da história científica, definiu a medida de boa parte dos escritos históricos posteriores, introduzindo ideias importantes acerca do uso do método científico na pesquisa histórica, principalmente quanto ao uso de fontes primárias. Dava ao documento (fonte) uma valorização exacerbada, além de defender a ideia de que a história deveria se pautar pela objetividade. A expressão **Wie Es Eigentlich Gewesen** (mostrar aquilo que realmente aconteceu) é considerada por muitos historiadores um princípio-base. Para muitos historiadores, a expressão significa dizer que os fatos históricos deveriam ser apenas apresentados e não interpretados. Para essas poucas palavras a respeito de von Ranke, servimo-nos da seguinte fonte: <https://www.britannica.com/biography/Leopold-von-Ranke> - Acesso realizado em 08/2018

centrada em eventos isolados, ligados apenas por sua posição relativa em séries cronológicas.

## 1.2 A Escola dos *Annales*: fases

A Escola dos *Annales*, surgida em paralelo à criação dos *Annales*, apresentava três fases distintas e se alicerçava nas mesmas proposições apresentadas no editorial do primeiro número da revista, ou seja, procurava romper com a *história historizante* e promulgar uma nova abordagem.

A primeira fase, de 1920 a 1945, encabeçada por Lucien Febvre e Marc Bloch, alardeava a necessidade de uma mudança abrupta em prelação à compreensão da História. Além disso, promulgava uma abertura mais ampla nas propostas e métodos de investigação histórica e refutava a história tradicional.

A segunda fase englobava, de 1945 a 1968, ficou conhecida como *Era Braudel*. Apresentava a concepção do tempo de longa duração e o método serial (divisão em três partes do tempo histórico: a) o tempo curto – fatos e acontecimentos aparentemente independentes; b) as conjunturas – um ritmo mais lento das variações históricas; c) as estruturas – durabilidade e estabilidade das realidades de um espaço histórico de longa duração).

A terceira fase, de 1968 a 1989, foi presidida por Jacques Le Goff, ex-aluno de Braudel. Essa geração teve como marca fazer com que a história das mentalidades reaparecesse e ganhasse propulsão. Desse modo, centrou seus esforços na vida cotidiana, nas representações, nas interpretações e nas mentalidades e ampliou o conceito de *fonte histórica*, uma vez que se utilizava de uma miscelânea de fontes: testamentos, inventários, documentos religiosos, psicológicos, orais, arqueológicos, entre outras fontes. Nesse sentido, a História das Mentalidades propõe um trabalho de representação do indivíduo que integra a sociedade, observando o modo de pensar, agir e se comportar desse indivíduo. Em outras palavras<sup>12</sup>,

busca identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, interpretada e deixada para

---

12 Segundo Barros (2007, p. 203), “A partir do limiar em que o Historiador das Ideias avança pela investigação de ideias que já se apresentam desencarnadas de autoria – ou porque estão mergulhadas na chamada cultura popular, ou porque se referem à coletividade em sentido mais amplo – sua prática historiográfica começa a se inserir em um profícuo diálogo com aqueles setores da História Cultural que investigam as visões de mundo, representações e expressões coletivas. Também aqui, na medida em que estas ideias começam a tocar em algo como as mentalidades ou o “inconsciente coletivo”, poderemos começar a vislumbrar os diálogos da História das Ideias com dimensões como a História das Mentalidades”

a posteridade. Nesse sentido, é necessário pensar essa *história* como um trabalho de *representação*, isto é, como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse. Essa representação passa a ser entendida como uma interligação: uma *imagem presente* suscita um *objeto ausente*, numa relação de interdependência que regula os indivíduos em diversas situações (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 23).

O fato de o conhecimento científico passar por transformações que visavam a uma relação de trabalho de não somente um pesquisador, mas das relações entre os pesquisadores das diversas ciências, gera os conceitos de inter, transdisciplinaridade e pluridisciplinaridade. Isso ocasiona muitos direcionamentos no que diz respeito à (re)construção de uma determinada realidade social para os tempos vindouros.

Entre as muitas possibilidades de direcionamentos, percebemos a *História das Ideias*. Esse domínio cada vez mais perene<sup>13</sup> no universo historiográfico revela que sua base se alicerça na pluralidade disciplinar e conceitual.

Na obra *Domínios da História*, Falcon (2007) traça um panorama sobre a *História das Ideias* indicando que a ideia não é uma representação, mas um processo (intertextual e contextualizado), que articula, estruturalmente, o passado e o presente por meio do discurso. Assevera, ainda, a importância de algumas questões teóricas marcarem de modo contumaz as análises sobre a produção e natureza do discurso histórico, a partir da década de 1970. Um exemplo foi aquilo que se convencionou chamar de «giro linguístico», ou *linguistic turn*<sup>14</sup>, e os assim denominados retornos, em especial, o do sujeito. Segundo o pesquisador, a discussão acerca do «retorno do sujeito» é, na verdade, o que resultou da progressiva superação da conhecida distinção epistemológica entre sujeito e objeto do conhecimento no âmbito da atividade historiadora, distinção herdada do século XIX.

Assim sendo, validar a ideia de que sujeito e objeto, como bases da prática da historicização, são separáveis, mostra-se insustentável, já que não é mais possível

---

13 A perenidade se faz presente em Portugal, também, afinal em Coimbra, de um Instituto de Teoria e História das Ideias, ligado à Faculdade de Letras, fundado em 1974 pelo professor José Sebastião da Silva Dias, surgiu a Revista de História das Ideias. Hoje, em seu 26º número, é uma publicação pioneira e do mais alto nível científico. Site: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/portugues/rev/index.html> - Acesso realizado em agosto de 2018

14 Para Forastieri (2015, p. 382), “O chamado *linguistic turn* foi traduzido para o espanhol, e agora para o português, como ‘giro linguístico’. Esta expressão ficou consagrada inicialmente no contexto da tradição da filosofia analítica anglo-saxônica para indicar que muitas das questões tidas como problemas na filosofia poderiam na verdade ser consideradas problemas de linguagem.”

promover a negação do desempenho do sujeito na matéria histórica ou no discurso histórico (Falcon, 2007). Destaca-se, pois, a importância do sujeito na relação coadunada entre matéria e discurso:

Trata-se de um longo processo, já esboçado desde as primeiras décadas do século XX, no qual podemos detectar a presença de alguns dos pressupostos teórico-metodológicos que revelam uma forte presença do historicismo. Paralelamente a esse fenômeno, entretanto, nota-se na historiografia atual, sobretudo após o declínio das abordagens totalizantes de cunho estrutural, um crescimento significativo do papel desempenhado pela busca e tratamento dos chamados dados empíricos pelos historiadores empenhados na produção de conhecimento histórico acerca de objetos os mais variados, ou mesmo inesperados. A noção de um processo caracterizado como de retorno do sujeito, refere-se assim a duas coisas distintas, mas mutuamente complementares: a busca da presença, papel, e importância do sujeito – individual ou coletivo – no próprio processo histórico; (FALCON, 2007. p. 505)

Percebe-se que as consequências oriundas de tais atitudes se reforçam e se embasam na importância da língua – instrumento decisivo no que tange às práticas e representações sociais transmitidas pelas fontes documentais.

Desta feita, concordamos com Auroux (1992) quando define *História das Ideias* como um saber elaborado sobre uma língua, fruto de uma reflexão ou atividade metalinguística, afinal

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão. O saber (e as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro (AUROUX, 1992, p. 12)

Desse modo, textos e discursos de vários campos e de diversos objetivos se transformam em fontes de documentação nas quais o pesquisador busca identificar peculiaridades linguísticas, enunciativas e discursivas que o auxiliem a esboçar um conjunto representativo de uma certa época, contextualizada histórica e ideologicamente.

Fica evidente que a incomparabilidade de conhecimentos fechados em paradigmas<sup>15</sup> inviabiliza a riqueza do historicismo, o que, para Auroux (1992), se aproxima de uma concepção mítica. Sobre esse raciocínio, o autor anuncia que

A história dos saberes linguísticos é feita justamente de seus desenvolvimentos, suas interações e até mesmo da passagem da tematização de certos fenômenos de um tipo a outro, como o demonstra o desenvolvimento da concepção das partes do discurso na Grécia, mas também o das teorias medievais. (AUROUX, 1992, p. 19)

Compreender o conceito de *cumulação* é condição prevalectente para o historiador das ideias (linguísticas), uma vez que os fatos descritos e analisados para o devir são o produto da atividade dos descritores do passado, e não instâncias assentadas em paradigmas que destroem o passado.

Na visão de Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 270)<sup>16</sup>,

um físico pode perfeitamente ignorar o caminho histórico que conduz ao presente. Para ele, o passado é válido e integrado ao presente. Não é certo que esse seja o caso para o linguista. Primeiro, porque os fatos que ele descreve são em parte o produto da atividade dos descritores do passado: gramatização e gramaticalização se articulam às vezes estreitamente e a descrição das línguas é também uma fábrica de línguas. As línguas não são os objetos do mundo, mas sim as representações construídas por aqueles que as descrevem. Depois, porque uma parte dos instrumentos existentes é herdada. Mas a transmissão não é transmissão do mesmo. A recepção

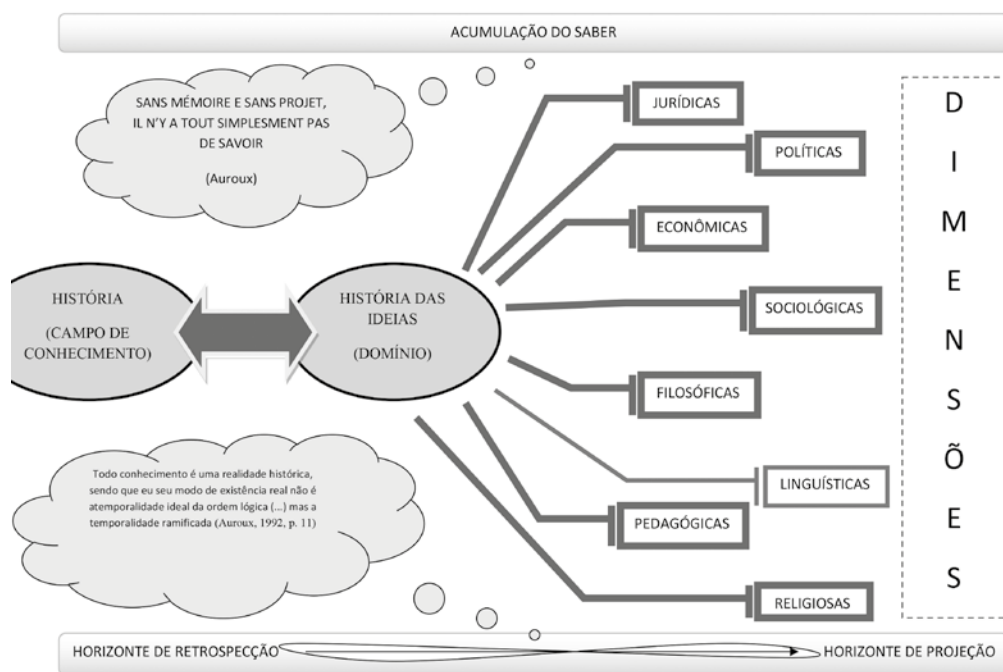
---

15 Para Auroux (1992), na história das ciências da linguagem, o ponto a ser considerado é a quantidade de investigações acumuladas e seus resultados, e não a descontinuidade. Afinal, por meio da escrita é que a história das representações linguísticas se concretizou

16 Os autores testificam, ainda, que “os historiadores da linguística debateram largamente a questão para saber se o modelo kuhniano era aplicável em seu domínio. Admite-se hoje que ele não é aplicável, notadamente porque a linguística é, como as outras ciências sociais, uma disciplina de baixa taxa de reinscrição, a diferença das disciplinas de alta taxa de reinscrição, como a matemática. Essa noção de taxa de reinscrição serve para medir a capacidade que tem a disciplina para integrar suas aquisições. Se há muitas rupturas teóricas em uma disciplina e, então, uma baixa taxa de reinscrição, os estados anteriores da disciplina conservam um interesse teórico direto. É tipicamente o caso da linguística, disciplina para a qual é muitas vezes interessante voltar-se aos estados anteriores da descrição.” (ibid., p. 40)

dos conceitos e das teorias é um processo em si histórico sobre o qual é conveniente não ser ingênuo.

O esquema a seguir, cuja reflexão metalinguística perpassa o horizonte de retrospectação<sup>17</sup>, permite visualizar as condições para que a história seja efetivamente entendida na sua *acumulação*, independentemente das mais variadas ramificações existentes nesse saber. Vejamos:



Nesse sentido, vimos frutificar, desde o início do século XIX e, especialmente, nas últimas três décadas do século XX, muitos trabalhos dedicados à *História das Ideias Linguísticas*.

Segundo Barros (2007, p.19), a *História das Ideias* mantém relações interdisciplinares e intradisciplinares e

o seu interesse tende a se renovar incorporando os demais progressos e novidades que se dão no seio da historiografia e das demais ciências humanas. Com relação às abordagens possíveis aos historiadores das

17 Entendendo horizonte de retrospectação como o estudo de artefatos culturais ao longo da história, ou seja, em seu tempo e espaço, a fim de verificar os conhecimentos que a condicionaram

idéias – aos seus métodos e fontes históricas possíveis – são empregadas as mais diversas abordagens, indo das variadas possibilidades de análise do discurso aos variados aportes trazidos pelos desenvolvimentos da Linguística e da Semiótica.

Assim, a *História das Ideias Linguísticas* é uma das abordagens possíveis aos historiadores das ideias.

Nos dizeres de Colombat, Fournier e Puech (2017), a produção de informações advindas do historiador das ideias linguísticas acerca do sistema científico que embasa as ciências da linguagem promove o alargamento no horizonte de retrospectão, uma vez que, entremeada dos conceitos inter e transdisciplinar, a História das Ideias Linguísticas terá, em seu bojo, a investigação do que seja uma *ideia linguística*, assunto sobre o qual nos debruçaremos a seguir.

## **2. História das Ideias Linguísticas: ideia linguística**

Uma *ideia linguística* é todo saber construído em torno de uma língua, seja como produto de uma reflexão metalinguística seja como atividade metalinguística explícita ou implícita. Importante dizer que, no sintagma nominal *ideia(s) linguística(s)*, o termo *ideia* é fundamental e mais mesureiro em relação às variadas formas que pode tomar o saber na história ou em outras culturas. Conforme Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 16),

a noção de ‘teoria’ apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto de certa concepção da ciência, na ocorrência daquela que se desenvolve no Ocidente a partir do século XVIII. Para evitar esse tipo de armadilha, que consiste em supor problemas já tidos como resolvidos, preferimos o termo *ideias* sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo. (...) Sob esse termo *ideia*, subsumem-se todos os tipos de objetos que ultrapassam largamente aquele de ‘teoria’: há os *conceitos* (por exemplo, as partes do discurso), os *procedimentos* (adição, subtração, mutação, permuta, comparação etc. dos quais dependem os conceitos linguísticos importantes como o da elipse ou da analogia), as *técnicas* (como aquele da demonstração, que explica o recurso aos exemplos, aos paradigmas etc.).

Dessarte, estudar ideias linguísticas vincula-se a “difundir estudos sistemáticos que toquem a questão da história do conhecimento linguístico e da história da



língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisas” (ORLANDI, 2001, p. 9) e também à “produção da informação sobre o sistema científico constituído pelas ciências da linguagem” (AUROUX, apud COLOMBAT, FOURNIER e PUECH, 2017, p. 18).

Assim, aquele que se aventurar pelos meandros da *História da Ideias Linguísticas* deverá criar as condições de uma reflexão informada sobre a epistemologia das ciências da linguagem e pela produção de informações confiáveis sobre:

- as teorias antigas, os conhecimentos que elas produziram, os conceitos que elas elaboraram;
- a forma sob a qual os problemas foram colocados e conhecidos;
- ou, ainda, alargando um pouco a problemática sobre as questões mais gerais e mais fundamentais. Como os gramáticos e os linguistas concebem seu objeto em tal ou tal momento?
- Como foram apreendidos e concebidos os fatos e os dados, as regras e/ou as leis que os organizam. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 19)

Pensando nisso e corroborando o que diz Auroux (2009), os conhecimentos sobre a linguagem, na história humana, se fundamentaram e se constituíram por meio de dois grandes marcos considerados fundamentais: o surgimento da escrita e a gramatização das línguas no mundo.

O primeiro marco, o aparecimento da escrita, é um dos pilares necessários para o surgimento das reflexões sobre a linguagem. O segundo marco, a gramatização das línguas, mudou detidamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. E é no processo de gramatização das línguas que reside o fato de, entre outras revoluções importantes ao longo da história humana, termos vivenciado a revolução tecno-linguística denominada *Revolução Tecnológica da Gramatização*<sup>18</sup>.

---

18 A expressão faz menção à obra *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, de Sylvain Auroux. Obra canônica, fundamental e basilar para todos aqueles que se debruçam sobre as questões acerca da gramatização das línguas, saber linguístico, instrumentos tecnológicos e os postulados que regem e orientam os interessados na História das Ideias Linguísticas. Sylvain Auroux é um dos principais especialistas em história das ideias linguísticas da atualidade.

## 2.1 O nascimento das metalinguagens

Segundo Auroux (2009), a reflexão acerca do nascimento das metalinguagens apresenta dois tipos de saberes: um saber epilinguístico e um saber metalinguístico.

O saber epilinguístico é todo saber inconsciente que o usuário tem de sua língua e da natureza da linguagem. É o que permite, por exemplo, o entendimento satisfatório de piadas e jogos linguísticos. Já o saber metalinguístico é o sistema que nos permite a representação da linguagem e, desse modo, o avanço nas reflexões sobre o entendimento e a produção de piadas e jogos. Por isso, o autor explica que o aparecimento da escrita surge como uma revolução tecnológica, considerada a primeira grande e importante revolução, pois desempenhou um papel fundamental na passagem dos saberes epilinguísticos para os metalinguísticos e a *gramatização*, não como um mero conceito, mas como um fato ao longo de um grande período de tempo (13 séculos), considerada a segunda grande e importante revolução técnico-linguística.

Subsequentemente, após abordar o conceito de alteridade<sup>19</sup>, observa-se que a primeira análise gramatical surge não da necessidade de se falar uma língua qualquer, mas da compreensão de textos. Além disso, antes de apresentar as possíveis causas da gramatização das línguas, Auroux comenta que a gramática é, primeiramente, uma técnica escolar destinada às crianças que dominam mal sua língua ou que aprendem uma língua estrangeira.

Em relação às causas, a primeira delas é a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira em um contexto de tradição linguística. Contexto que responde a vários interesses, entre eles: acesso à língua da administração; *corpus* de textos; língua de cultura; relações comerciais e políticas; viagens; colonização. A segunda causa faz referência à organização e à regulação de uma língua literária e ao desenvolvimento da política de expansão linguística de uso interno e externo.

Fator fundamental e relevante é o conceito de *gramatização massiva*, ou seja, a quantidade significativa de dicionários e gramáticas de diversas línguas do mundo.

### 2.1.2 Gramatização

O processo de gramatização corresponde a uma transferência de tecnologia de uma língua para outra, que nunca é totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Essa transferência se fundamenta em dois tipos: endotransferência

---

19 Segundo Auroux (1992, p.13), “o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a alteridade, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita. [...] o florescimento do saber linguístico tem sua fonte no fato de que a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um fato a resolver”. Ou seja, *alteridade é (re)conhecer a presença do outro na e pela linguagem*

(endogramatização) ou exotransferência (exogramatização). A gramatização espontânea (fora de transferência) corresponde a uma endogramatização. Um exemplo de endogramatização é a transferência de tecnologia das tradições linguísticas gregas para a língua latina. A gramatização dos vernáculos europeus, a partir das tradições latinas pelos europeus, também é um caso de endogramatização. Um caso de exogramatização é a transferência de tecnologia do português para as línguas indígenas, pelos portugueses – e não pelos indígenas. As (endo)(exo)transferências explicam o *processo massivo de gramatização*<sup>20</sup>.

A gramatização, não como um conceito, mas como um fato ao longo de um grande período de tempo – 13 séculos –, é vista como a segunda revolução técnico-linguística – a primeira seria o surgimento da linguagem. –, ligada a necessidades que perpassam o interesse religioso, administrativo, cultural, político, exploratório, organizativo-regulatório, expansionista etc.

Segundo Auroux, a segunda revolução tem fim no século XIX – por conta de, no período em questão, ocorrer a cristalização dos instrumentos linguísticos considerados basilares no processo de gramatização: gramática e dicionário – criando uma rede homogênea de comunicação, obviamente iniciada na Europa (berço das antigas nações consideradas imperialistas).

Das ideias de Auroux, depreende-se que as ciências da natureza modificaram a ideia tradicional de ciência e impuseram às outras o modelo de cientificidade – fruto de suas consequências práticas e do advento da industrialização. Todavia, há de se considerar o fato de que as ciências humanas são anteriores em sua constituição teórica e que, sem a segunda revolução tecnológica, as ciências da natureza não teriam frutificado, visto que a rede de comunicação surgida e interligada não criaria a sedimentação de ideias.

No que diz respeito às ciências da linguagem, entre tantas outras transformações, o autor alerta para o fato do interesse pela gramática, que, simultaneamente, é considerada uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las.

Outro ponto bem frutificante diz respeito à explicação sobre o processo massivo de gramatização e a produção de instrumentos linguísticos fortemente vinculados

---

20 Oriundo do conceito *Gramatização*, processo massivo de gramatização ou *gramatização massiva* diz respeito ao grande número de publicações de dicionários e gramáticas de diversas línguas do mundo (publicações fortemente vinculadas aos domínios das nações europeias em relação a outros continentes). A gramatização massiva está ligada a necessidades que perpassam os mais variados interesses e terá fim no século XIX (momento de cristalização dos instrumentos linguísticos), sem deixar, entretanto, de criar uma rede homogênea de comunicação, iniciada, obviamente, na Europa (nascimento das antigas nações consideradas imperialistas)

aos domínios das nações europeias em relação a outros continentes. Ademais, vale ressaltar que, segundo o autor, “o Renascimento constitui uma virada decisiva (...) e forma o eixo da segunda revolução técnico-linguística” (AUROUX, 1992, p. 37).

Destacam-se também as causas geradoras do processo de gramatização. Para Auroux, há uma necessidade de caráter prático e político. No que diz respeito ao *interesse prático* (primeira causa da gramatização), consideram-se:

- a doutrinação religiosa;
- a relação comercial e política;
- as expedições, explorações;
- a colonização;
- o acesso a uma língua de cultura.

Em relação à *política de uma língua dada* (segunda causa da gramatização), apresentam-se:

- a organização e a regularização de uma língua literária;
- o desenvolvimento político de expansão linguística de uso interno ou externo.

Auroux também nos alerta para o fato de que o conceito de revolução com o qual trabalha não se assemelha ao de Thomas Kuhn<sup>21</sup> – “como uma mudança brutal que faz passar de um estado de ciência normal a um outro estado de ciência normal incomensurável com o precedente” (*op. cit.*, p. 62). Vale comentar a questão da distinção feita por Auroux, pois a proposição de Thomas Kuhn – escrita na sua principal obra, *A estrutura das revoluções científicas* –, surgida da necessidade de ter de ministrar um curso de História da Ciência para alunos das Humanidades, era a de que a ciência pode ser entendida como uma atividade estritamente controlada e racional – denominada *perspectiva formalista* – ou entendida como uma atividade concreta que se realiza

---

21 Thomas Samuel Kuhn (1922 - 1996) foi físico e filósofo da ciência. Suas obras incidiram sobre História da Ciência e Filosofia da Ciência, tornando-se referência no estudo do processo que leva ao desenvolvimento científico

no decorrer do tempo e apresenta peculiaridades e características próprias em cada época histórica – denominada *perspectiva historicista*.

Na perspectiva historicista de Kuhn, a ciência desenvolve-se por meio das seguintes etapas:

- formação de um paradigma;
- ciência normal;
- crise;
- ciência extraordinária;
- revolução científica;
- estabelecimento de um novo paradigma.

Segundo o autor, uma revolução científica ocorre a partir do momento em que um dos novos paradigmas ocupa o lugar de um paradigma tradicional, ocasionando um novo processo de ciência e gerando a incomensurabilidade dos paradigmas.

Assim sendo, fica claro notar o que é fundamental no conceito de gramatização: a gramática passa a ser considerada uma tecnologia e assim uma revolução tecnológica tão importante para a humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial ocorrida no século XIX.

Por isso, assevera Auroux (1992, p. 65) que a *gramatização* é “um processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”, ou seja, os *instrumentos linguísticos*, assunto a que nos dedicaremos a seguir.

### 2.1.3 Instrumentos Linguísticos/Postulados Investigativos

A gramática e o dicionário são *instrumentos linguísticos* oriundos do conceito de gramatização e carregam, em si, acepção de ferramentas ou artefatos tecnológicos. Testifica Auroux (2009, p.70):

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso ainda é mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que

figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas.

Dessarte, os *instrumentos linguísticos* são elementos de materialização e instrumentalização que contribuem para a competência linguística do interessado na “*técnica pedagógica de aprendizagem das línguas*” (*op. cit.*, p. 43) ou na descrição delas.

Logo, no caso da gramática<sup>22</sup>, por ser considerada a materialização que permite aprendizagem das línguas ou descrições delas, deve-se perceber que sua estrutura apresenta

a) uma categorização das unidades;

b) exemplos;

c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar), além disso, o conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia/fonética (parte opcional), partes do discurso, morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e regime), figuras de construção e, outro ponto fundamental, a constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um corpus), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las), como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras (AUROUX, 2009, p. 67).

---

22 O exemplo de constituição do instrumento linguístico Gramática ocorre por conta do seu estatuto de notoriedade ao longo da história

Frente ao grande e significativo número de dicionários e gramáticas de diversas línguas do mundo, a *História das Ideias Linguísticas* apresenta *postulados*<sup>23</sup> que conduzem e regem a investigação sobre um saber linguístico. São eles:

- *a definição puramente fenomenológica do objeto*, que subjaz à necessidade de se ter respeito às terminologias usadas na época em que foi produzido o objeto em análise, já que ele se constitui na diversidade das línguas;
- *a neutralidade epistemológica*, que indica a forma de abordar o objeto; e implica não dizer, tampouco determinar se objeto abordado é ou não ciência, afinal a palavra *ciência*, na metalinguagem inerente à história das ideias linguísticas, será compreendida como uma palavra descritiva. Tal postura não implica neutralidade verídica.
- *o historicismo moderado*, que diz respeito à necessidade de se resgatarmos os fatos históricos que permitirão o entendimento do objeto de estudo, sem, contudo, colocá-los em primeiro plano, sobrepondo-os aos aspectos linguísticos em análise. A moderação no historicismo garante que haja consistência em relação ao saber e independência em relação aos fenômenos.

Frente aos postulados pensados e elaborados por Aurox, não se pode deixar de mencionar os princípios produzidos por Colombat, Puech e Fournier, que são ferramentas seguras para o historiador das ciências da linguagem. Ao pensarem no modo de se fazer *História das Ideias Linguísticas*, os autores retomam o ponto nevrálgico na discussão: a acumulação. Segundo os autores, um nível fácil de resposta em relação ao *fazer* reside na exploração dos textos e na restauração ou reparação das ideias lá contidas. Surgem, então, duas características cruciais no *fazer*:

- a acumulação dos conhecimentos acerca dos saberes sobre a língua e a linguagem se estruturam na longa duração do tempo;
- tangenciando o conhecimento produzido na longa duração, há o esquecimento e o vazio na memória acumulativa.

Nessa aparente contradição entre acumulação x esquecimento/vazio, reside a reflexão mais profunda acerca dos conhecimentos que se fazem presentes na ciência da linguagem como condição *sine qua non*. Para os autores (2017, p. 17), “está aí uma das características epistemológicas importantes das ciências da linguagem”.

Assim, a reflexão acerca da acumulação é, segundo os autores, ímpar *na e para* a história das ciências da linguagem:

---

23 Criados e instituídos por Aurox em sua obra capital *A Revolução Tecnológica da Gramatização*

Certas disciplinas podem, por exemplo, ocorrer historicamente como pouco acumulativas; ou, mais exatamente, não provirem de um processo de acumulação que se engaja na longa duração do tempo. É isso que parece ser o caso de disciplinas como a Física ou a Química, nas quais os saberes construídos antes, respectivamente por Galileu e Lavoisier, não se originariam ainda plenamente dessas disciplinas, mas de alguma maneira de sua pré-história (COLOMBAT; PUECH; FOURNER, 2017, p. 17)

Assegurando o importante papel da acumulação nos saberes produzidos na longa duração, cabe ao historiador das ideias linguísticas instituir condições para que se promova uma reflexão apurada em relação aos aspectos que envolvem:

- - as teorias antigas e os que elas produziram de conhecimento e de elaboração de conceitos;
- - a maneira encontrada para que problemas fossem percebidos e colocados no conhecimento comum;
- - o modo como o objeto de investigação do gramático ou do linguista se apresentou em determinado momento; a forma como se deu o fato; a maneira como se pensou o possível ou o impossível em língua.

Alicerçados numa perspectiva *epistemológica descritiva*<sup>24</sup>, cuja base se assenta no fato como ciência e, dentro de uma temporalidade, procura refletir coerentemente sobre seus diferentes aspectos – a saber: teórico, sociológico e prático –, temos os seguintes princípios:

- *a escolha da representatividade e o distanciamento em relação à erudição*; ou seja, muita vez, um instrumento linguístico esquecido pode ser muito representativo e muito necessário ao nosso conhecimento;
- *a importância do contexto de produção no qual as teorias emergem*; ou seja, a imprescindibilidade da ancoragem social e institucional;

---

24 O estudo crítico das ciências – epistemologia – apresenta também a *perspectiva epistemológica normativa* e a *perspectiva epistemológica avaliativa* (Cf. Colombat, Fournier e Puech, 2017, p. 38). A *perspectiva normativa* busca examinar a maneira de funcionamento do método, ou seja, o que é um raciocínio bem construído e conduzido. Já a *perspectiva avaliativa* examina as teorias envolvidas na construção do objeto pesquisado. Vale ressaltar que a *perspectiva epistemológica descritiva* é questionada por Kuhn, uma vez que, para ele, a ciência destrói seu passado. Kuhn partilha da ideia de que a ciência repousa em *paradigmas e rupturas de paradigmas* (cf. notas de rodapé 15 e 16 – assunto já mencionado).



- *a imprescindibilidade de se fazer a totalidade de um instrumento linguístico*; ou seja, historicizá-lo nos seus conceitos, em sua persistência e em sua transitividade;
- *a importância da não limitação*; ou seja, observar a necessidade da comensurabilidade das teorias.

Na seara dos postulados (Auroux) e dos princípios (Colombat, Puech e Fournier), o historiador das ideias linguísticas, segundo Fávero e Molina (2006, p. 29),

mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da linguística atual.

Para isso, alguns métodos são postos àquele que se aventura nos meandros de uma pesquisa. São eles:

*1º – a exaustividade*: ao analisar um documento, o pesquisador nunca apreende conceitos, leis e teorias de forma abstrata. Pelo contrário, eles são percebidos numa unidade histórica anterior, em que são representados e podem ser recuperados e analisados.

Isso quer dizer que o ato de saber apresenta *um horizonte de retrospectão e um de projeção* (Auroux [1992] *apud* Fávero e Molina, 2006) e esse saber não destrói seu passado; ao contrário, ele o organiza e o escolhe, do mesmo modo que antecipa seu futuro.

Assim, quanto mais o inventário aumenta, mais esfumada a noção de exaustividade, cabendo ao pesquisador recolher os fios que constituem esses saberes, identificá-los e esticá-los para atá-los às diferentes áreas.

*2º – A busca das fontes*: empreitada extremamente perigosa, por vários motivos, especialmente pela dificuldade de acesso à documentação e pela seleção do material, uma vez que nem sempre é tarefa fácil conseguir localizar obras ou edições.

*3º – O estudo da documentação*: no tocante à análise do material, deve-se considerar o documento como dispositivo não sacralizado e, assim, interpretado no seio em que foi criado.

Sistematizando, chega-se ao seguinte esquema:



### 3. História das Ideias Linguísticas: possibilidades investigativas

Um ponto fundamental acerca da *História das Ideias Linguísticas* está alicerçado na compreensão de que não é possível tratar da questão da língua e de seus instrumentos tecnológicos se não levarmos em consideração a história de seus falantes e, por conseguinte, do povo falante dessa língua. Assim,

Observar a constituição destes instrumentos tecnológicos é tratar do modo como a sociedade brasileira constrói elementos de sua identidade. A produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente. E a produção tecnológica relacionada com a linguagem é, não há dúvida, lugar privilegiado de observação do modo como uma sociedade produz seu conhecimento relativamente à sua realidade. (GUILMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 9)

E também

o estudioso da História das Ideias Linguísticas, mais que focalizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mer-

gulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos (FÁVERO;MOLINA, 2004, p. 144)

Na via de um pensamento científico que pensasse a importância da questão da língua e dos instrumentos linguísticos nas condições particulares da história brasileira, grupos de pesquisa se constituíram e se cristalizaram nessa empreitada de resgate histórico do saber linguístico no Brasil.

### 3.1 Ideias Linguísticas no Brasil

Em relação aos estudos a respeito das *Ideias Linguísticas no Brasil*, o *Instituto de Estudos da Linguagem* (Unicamp), no início de suas atividades, estabeleceu como meta “difundir estudos sistemáticos que tocassem a questão da história do conhecimento linguístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisas” (ORLANDI, 2001, p. 9). Grupo chefiado por Eni Orlandi<sup>25</sup>, objetivava fazer com que a *História das Ideias Linguísticas no Brasil* se constituísse de instrumentos linguísticos específicos.

Assim, para tratar de nossa identidade nacional linguística, os seguintes temas foram elencados:

- a - gramatização da língua portuguesa, centrando a atenção sobre o aparecimento das primeiras gramáticas no Brasil, escritas por brasileiros;
- b - conteúdo da gramática, seus títulos, os prefácios, as diferentes edições etc.;
- c - comentários sintáticos, semânticos e lexicais feitos pelos próprios gramáticos;
- d - função dos dicionários no Brasil e em Portugal;
- e - filiações a que as gramáticas estavam vinculadas;
- f - instrumentos de jurisdição da língua, aspectos da oficialização de seu ensino, de regulamentação etc.;
- g - processo de alfabetização e da relação da escrita com a oralidade;
- h - línguas africanas e línguas indígenas no Brasil;
- i - processos linguísticos elaborados pela imigração.

---

25 Informações a respeito do grupo podem ser encontradas no site [https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos\\_05.html](https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_05.html) (tópico *história*). Acesso em outubro de 2017.

Esse conjunto de temas seria importante “para a formação do imaginário que sustenta a constituição da (unidade da) língua nacional, falando sobre sua pureza, sua natureza, etc.” (*idem*, p.17). Além disso, destaca-se o fato de que o grupo liderado por Orlandi, ao realizar uma proposição de se fazer *História das Ideias Linguísticas*, considera que os instrumentos linguísticos se relacionam fortemente com o ensino de língua portuguesa e se constituíram, no Brasil, na instituição chave para sua reprodução: a escola.

Nesse sentido, um dos períodos mais pesquisados, no que diz respeito à gramatização no Brasil, é o século XIX, pois, segundo Orlandi (*ibidem*, p. 8),

é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania.

Ressalta-se também que o imbricamento da *História das Ideias Linguísticas* com a *Análise de Discurso* permitiu que os instrumentos linguísticos fossem considerados históricos e ideológicos. Orlandi explica que

do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção (ORLANDI, 1996, p. 117).

Assim, o ponto de vista da análise do discurso permite observar outra roupagem no exame dos instrumentos linguísticos: a do “funcionamento discursivo<sup>26</sup>” (investigação da história dos artefatos linguísticos tecnológicos, articulando, pois, o saber institucionalizado sobre a língua e a história da sociedade).

Não se pode deixar de mencionar o grupo de pesquisas **História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional – PUC-SP**, liderado pela professora Leonor Lopes Fávero que, desde meados da década de 1980, também investiga a *História das Ideias Linguísticas*.

Segundo Fávero e Molina (2006, p. 24-25), a *História das Ideias Linguísticas* envolve todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto de uma reflexão metalinguística ou de uma atividade metalinguística

---

26 Segundo a autora, o conceito de ‘funcionamento discursivo’ – na base dos princípios teóricos propostos por Pêcheux – permitiu empreender investigações de marcas formais que me remetessem à formação ideológica (ORLANDI, 1996, p. 125).

não explícita (...) contempla o estudo das Instituições onde, por exemplo (...) tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam.

Para tanto, na preocupação em se buscar um *arcabouço teórico*<sup>27</sup>, cabe ao pesquisador perceber que a antiga muralha entre História e Linguística agora está ruída, uma vez que a junção entre elas surge por conta da emergência da interdisciplinaridade. Depreende-se, então, que a *História das Ideias Linguísticas* é considerada uma história cultural e, segundo as autoras, tem como objeto a identificação do modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade é construída.

No importante livro *As Concepções Linguísticas no Século XIX: a Gramática no Brasil*, Leonor Lopes Fávero e Márcia Molina, na análise que fazem do século XIX no Brasil, mapeiam os principais aspectos constitutivos da recém-formada *nação*: Constituição de 1824, o Romantismo e a mentalidade do brasileiro do início do século XIX. Segundo as autoras, o pesquisador da História das Ideias Linguísticas,

mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxer-

---

27 A expressão *arcabouço teórico* é o título do primeiro capítulo do livro de FÁVERO, Leonor Lopes e MOLINA, Márcia, no caso, *As Concepções Linguísticas no século XIX: A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, obra fundamental para quem procura conhecer a produção gramatical brasileira no século XIX. Ainda na seara das concepções linguísticas no Brasil, a obra *As Concepções Linguísticas no século XVIII – A Gramática Portuguesa*, traz uma contribuição especial para o estudo da história das ideias linguísticas em relação ao século em evidência no título da referida obra. De autoria apenas da grande e importante pesquisadora Leonor Lopes Fávero, o livro trata da ciência gramatical constituída em Portugal e no Brasil. Examina, entre outras, as gramáticas de Fernão de Oliveira, João de Barros e Amaro de Roboredo. Mais recentemente, as autoras lançaram o livro *As Concepções Linguísticas no Brasil no século XIX e no início do XX: gramáticas da infância* - indispensável a estudantes, profissionais e pesquisadores interessados na história da gramática no Brasil (Cf. FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. *As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e no início do XX: gramáticas da infância*. São Paulo: Terracota, 2019, 114 pp. Resenha de: SILVA, Alexandre J. *Revista Confluência*, nº 57, 2.º semestre de 2019, Rio de Janeiro). Esses três importantes livros são basilares para todos aqueles que pesquisam a história da gramática no Brasil e revelam que a história não pode ser vista como um simples arrolar de datas e fatos, mas sim uma entrelaçadora de dados e uma auxiliar na observação de como uma ideia linguística foi criada, frutificada, compreendida, interpretada e representada ao longo dos tempos

gando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da Linguística atual (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 29)

## **Caminhos finais**

No momento em que o término deste capítulo se aproxima, vale dizer que apresentar a *história*, as *ideias* e as *possibilidades investigativas* da *História das Ideias Linguísticas (HIL)* foi a forma encontrada para trazer à baila os principais pontos desse tão importante campo de pesquisa<sup>28</sup>. O entrelaçamento e a sedimentação permitiram confirmar que as pesquisas são volumosas e, hodiernamente, ramificadas para outros instrumentos linguísticos, visto que, no Brasil, os grupos de pesquisa exploram não apenas dicionários e gramáticas (instrumentos metalinguísticos explícitos).

Vale dizer, também, que a *História das Ideias Linguísticas* guarda diferenças importantes em relação a outro importante domínio investigativo: a *Historiografia Linguística*<sup>29</sup>. Apesar de comumente pesquisadores dizerem que há mais proximidades do que afastamento das áreas, os conceitos de *ruptura* e *continuidade*, tão sedimentados e propagados pela historiografia linguística, mostram muita diferença em relação ao conceito de *acumulação*, tão importante para a história das ideias linguísticas, afinal um instrumento linguístico como a gramática

é caracterizado, ao mesmo tempo, pela ancianidade de sua origem e por sua orientação didática, presente no longo tempo dos fenômenos de estabilidade de reprodução marcantes. Essa força de inércia foi interpretada por certos historiadores como um fator de “obstáculos epistemológicos”

---

28 Cf. SILVA, Alexandre J. *Percurso Gramatical Brasileiro: estudo descritivo-analítico de gramáticas produzidas por acadêmicos – Contribuição à História da Gramática no Brasil*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2020. 351 pp

29 Incipientemente, podemos dizer que a *Historiografia Linguística (HL)* é a disciplina preocupada em proporcionar um relato descritivo-analítico acerca do modo como o conhecimento linguístico, num certo tempo, foi estabelecido, desenvolvido, transmitido e qual foi o transcurso do desenvolvimento. A HL estabelece os seguintes princípios metodológicos: *Contextualização* (reconstituição do clima de opinião no qual o objeto de estudo está inserido), *Imanência* (olhar moldado pelo clima de época na qual o objeto foi constituído) e *Adequação* (momento em que o historiógrafo se arrisca a fazer comparações entre o objeto de pesquisa e sua época e as teorias linguísticas de seu tempo). Para aprofundamento a respeito da HL, cf. BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013

(Bachelard, 1938: 14-9). É às vezes o caso. Mas ela corresponde também a outra característica epistemológica dos saberes linguísticos: sua cumulatividade na longa duração do tempo. Certas noções são inscritas no equipamento conceptual do gramático e do linguista há muitos séculos. Essa longevidade requer às vezes a “tradução” dos saberes veiculados pelas gramáticas, tradução necessitada pela adaptação a uma nova língua-objeto, uma nova metalíngua, ou novo sistema de representação. (COLOMBAT, FOURNIER & PUECH, 2017, p. 268-9)

Vale atentar, contudo, que a ideia de cumulatividade na longa duração do tempo não impede, evidentemente, o desenvolvimento de conhecimentos novos<sup>30</sup>, consoante as feições e as vias de causalidade diversas que o historiador deve tentar resgatar.

Portanto, reforçamos, também, a importância da *História das Ideias Linguísticas* para a melhor compreensão do que hoje se produz e se estuda a respeito do idioma, afinal, seus procedimentos de análise fornecem o conhecimento do que foi proposto por autores que se debruçaram acerca de *instrumentos linguísticos* explícitos e implícitos.

## Referências

- ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In.: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. 2. ed. Campinas-SP: 2009.
- BARROS, José D´Assunção. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007.
- CLARK, Stuart. Os historiadores dos Annales, do original The return of grand theory in the human sciences, pp. 177-98. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Cristian. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: Dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Márcia A. G. História das Ideias Linguísticas: origem, método e limitações. *Revista da Anpoll*, volume 1, nº 16, 2004.

---

30 O que o leitor perceberá ao longo deste livro, uma vez que os artigos aqui presentes apontam para possibilidades variadas de investigação linguística na História das Ideias Linguísticas

---

*As concepções linguísticas no século XIX: A Gramática no Brasil.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Punicelli. *Língua e Cidadania: o português no Brasil.* Campinas: Pontes, 1996.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva.* São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *História das ideias linguísticas: construção do saber meta-linguístico e constituição da língua nacional.* São Paulo: Pontes, 2001.

SILVA, Alexandre J. Resenha do livro *As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e no início do XX: gramáticas da infância*, de Leonor Lopes Fávero e Márcia A. G. Molina. *Revista Confluência*, n° 57, 2.º semestre de 2019, Rio de Janeiro.





# História das ideias linguísticas por meio das crônicas de Machado de Assis

**Agnaldo Martino<sup>1</sup>**

## **Considerações iniciais**

**M**achado de Assis produziu uma obra variada e profícua: escreveu romances, contos, poemas, peças teatrais, críticas literárias e crônicas.

Considerado um dos maiores escritores não só dentre os brasileiros, mas também dentre os estrangeiros, todos veem em seu texto as qualidades do bom redator: aquele que organiza as palavras, as frases, os parágrafos de forma magistral e soberana. Evanildo Bechara – em conversa com a jornalista Maria Cláudia de Mesquita, no vídeo produzido pelo Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras e apresentado no Colóquio Machado de Assis, realizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa<sup>2</sup> – diz:

---

1 Pós-doutorando em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Membro do Grupo de Pesquisa de História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional da PUC-SP, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leonor Lopes Fávero. Contato: agnaldomartino@gmail.com

2 Informações sobre o Colóquio Machado de Assis estão disponíveis no site da Fundação Calouste Gulbenkian: <http://www.gulbenkian.pt/section54artId950langId1.html> (acesso em 07/11/2012).

Todos nós tínhamos uma ideia de que o léxico de Machado de Assis seria em torno de duas a três mil palavras. Agora, com as comemorações do centenário, propusemos fazer um levantamento e ficamos curiosos, porque já recolhemos quase nove mil palavras diferentes. É um léxico corrente, mas rico.<sup>3</sup>

Os romances e contos machadianos, objetos de estudo de muitos trabalhos acadêmicos, revelam os costumes, a organização e a cultura do Rio de Janeiro no século XIX, assim como estudam tipos humanos e suas relações interpessoais.

Já por meio de suas crônicas, Machado de Assis expressava sua opinião a respeito de diversos temas do dia a dia, que afetavam não só o Rio de Janeiro, mas toda a nação brasileira. Ele comentava um pouco de tudo – economia, política, cultura, educação, artes, espetáculos etc. –, e em algumas delas teceu comentários acerca da língua portuguesa.

Por sempre tratar de assunto do dia a dia, a crônica depende de um conhecimento de época que, hoje, só se obtém com alguma pesquisa. Talvez por isso não seja objeto frequente de análise.

Até meados do século passado, as crônicas eram consideradas por muitos estudiosos “gênero menor”. Candido (1992), fazendo um estudo sobre o gênero, começa seu texto afirmando:

A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. (CANDIDO, 1992, p.13)

Para logo adiante, afirmar sua real visão sobre a crônica:

Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nela uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas formas mais diretas e também nas formas mais fantásticas [...]. (*idem*, p. 14)

---

3 “O amor de Machado de Assis pela Língua Portuguesa” – Evanildo Bechara, videodepoimento – Academia Brasileira de Letras, 2008

A visão que se tem hodiernamente sobre a crônica é outra: faz parte da literatura tanto quanto um conto, um romance, uma poesia também o fazem.

O estudo das crônicas, obras ditas “menores”, de Machado de Assis é de grande importância, inclusive para entender os seus romances e contos (obras mais amplas), pois é por meio delas que se constrói a imagem do cotidiano do século XIX, e – por conseguinte – dos personagens apresentados pelo autor.

Para compreender toda a extensão de uma crônica (não apenas as de Machado de Assis, mas toda e qualquer crônica – antiga ou moderna), é necessário entender não só os eventos históricos que foram o contexto delas, mas também ler os jornais, para saber quais os eventos mínimos, os acontecimentos *desimportantes* do dia, e que – de um jeito ou de outro – foram temas para as crônicas.

## 1. A literatura como documento histórico

Seguindo as bases teóricas de Chartier (1990), a análise pelo viés da *História das Ideias Linguísticas*, se faz pelos princípios de *apropriação* e *representação*, conjugando as ideias desse estudioso com as de Pesavento (2006), por meio das quais tomamos a literatura como fonte histórica.

A literatura é, fundamentalmente, fonte de si mesma, isto é, os historiadores não devem reduzir os textos literários a simples documentos. É importante entender de que maneira a criação estética se apropria dos objetos, das práticas ou dos códigos de sua época para transformá-los em obras literárias. A força da literatura não está na comprovação de sua verdade, está nas ideias consegue transmitir, e, assim, produzir, em seus espectadores ou leitores, novas maneiras de perceber ou pensar. A tarefa do pesquisador é reconhecer a força de tais representações e, simultaneamente, propor, a partir de seus critérios de trabalho, um conhecimento do passado fundamentado na interpretação crítica e científica dessa fonte histórica, que é a literatura.

A tradição da história social esquece que a construção das identidades não se reduz apenas aos critérios objetivos da riqueza, das ocupações, da propriedade, mas a construção da identidade engloba também as lutas que apostam nas divisões, classificações, hierarquias do mundo social; a tradição histórica pensa a noção de “mentalidade” como homogênea e rígida. O conceito de representação surge a partir dessas críticas, pois a representação deve permitir que se defina, claramente, para cada grupo social ou classe, as representações coletivas que cabem às estruturas do mundo social, aos indivíduos, e à construção dos comportamentos e hábitos encarregados de mostrar uma identidade. Isso representa uma nova forma de fazer História.

Esse novo enfoque para a História modifica, então, o conceito de “documento” histórico, ampliando-o a outras esferas; a partir disso, os objetos dos quais podemos nos apoderar são textos canônicos ou não, obras clássicas ou sem méritos, mas também a produção iconográfica em todas suas formas, a música, o canto, e todas as formas que se ligam à palavra viva. São objetos legítimos, fundamentais e articulados da Nova História Cultural. E, para se aproximar destes objetos, existem os documentos, que também pertencem a todas essas ordens, inclusive os objetos materiais deixados pelo passado ou os espaços existenciais encontrados numa cidade ou em outros espaços como grandes casas, castelos etc. Desse modo, o desafio essencial seria, por um lado, evitar uma leitura das obras estéticas como documentos, isto é, como se refletissem imediatamente uma realidade social – que foi uma tentação dos historiadores ao reduzir a obra literária a seu conteúdo de documento. Assim, devemos nos acercar da prática da representação para poder dizer algo da representação das práticas.

Por outro lado, há também a possibilidade, caso não se reduzam as obras ao estatuto de documento, de mobilizar os documentos tradicionais ou novos da história para nos aproximar deste mistério que é a apropriação, a construção do sentido de comunidades de leitores frente a obras, quaisquer que sejam. E isso se torna um jogo entre obras e documentos – evitando a redução de um a outro – que pode definir este tipo de trabalho histórico.

Em nossa sociedade, o presente se apropria tanto do passado, transformando-o em memória, quanto do futuro, considerado como promessas. Assim, a tarefa do pesquisador é recordar que esse presente *todo-poderoso* está alicerçado em milhares de heranças, sedimentadas e contraditórias, e que cada pessoa é um ser histórico que incorporou várias histórias, desde a mais recente e individual até a mais antiga e coletiva.

Machado de Assis é esse “historiador do presente” em seu tempo ao escrever suas crônicas, que, para nós hoje, são fontes históricas, pois descrevem um período muito importante da história do Brasil: a segunda metade do século XIX, marcada por profundas mudanças sociais.

As análises feitas por Machado de Assis, nessas crônicas, mostram um aprimoramento na arte de radiografar a sociedade brasileira, em especial a do Rio de Janeiro, apontando seus vícios e virtudes, e funcionando como testemunho de uma época. De acordo com Faria (2008),

Antes de se dedicar mais intensamente à atividade literária que o consagrou, Machado tornou-se conhecido como folhetinista, crítico teatral, crítico literário, comediógrafo, poeta, tradutor – de

poemas, peças teatrais e romances – e até mesmo como censor do Conservatório Dramático. Os amigos admiravam a inteligência e o brilho do rapaz pobre que começara como tipógrafo e já na casa dos vinte anos de idade era uma peça-chave no debate cultural do seu tempo, com intervenções corajosas e por vezes contundentes nos textos críticos e nos folhetins que publicava em vários jornais do Rio de Janeiro. (FARIA, 2008, p. 21)

Machado exerceu regularmente a função de cronista nos mais diversos periódicos fluminenses, por mais de quarenta anos entre 1858 e 1900; escreveu para *O Espelho*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Semana Ilustrada*, *O Futuro*, *Ilustração Brasileira*, *O Cruzeiro* e *Gazeta de Notícias*. Ele produziu mais de 600 crônicas, tratando dos mais variados assuntos.

A crítica tradicional da obra machadiana, em sua grande maioria, não se ocupa em estudar as crônicas de Machado de Assis, sob o viés de destacá-lo como um observador crítico da situação linguística do Brasil de sua época. Parece-nos que a ideia de crônica como “gênero menor” contribui para que seja ignorada ou minimamente analisada pelos críticos. Entretanto, Candido (1992) lembra que o escritor colaborou com o amadurecimento da crônica no país, abrandando esta expressão híbrida entre o jornalismo e a literatura. Arrigucci Jr. (1985) considera que Machado de Assis, ao praticar o folhetim, mostra-se escriba de coisas miúdas, e comenta:

Machado se afina pelo tom menor que será, daí para frente, o da crônica brasileira, voltada para as miudezas do cotidiano, onde acha a graça espontânea do povo, as fraturas expostas da vida social, a finura dos perfis psicológicos, o quadro dos costumes, o ridículo de cada dia e até a poesia mais alta que ela chega alcançar [...]. (ARRIGUCCI JR., 1985, p. 48).

Tanto Candido quanto Arrigucci Jr. oferecem uma crítica panorâmica sobre a crônica machadiana. Porém, alguns autores se dedicaram, sim, a temas específicos retratados por Machado em suas crônicas, tais como Gledson (1986) – que realiza uma densa leitura alegórica das crônicas de Machado que tratam da questão da “Abolição”, refutando a velha opinião de que o nosso escritor teria ficado alheio às questões políticas e sociais do seu tempo –; Faria (2008, p. 15) – que reúne “um valioso conjunto de textos que permitem acompanhar, ano a ano, o grau de envolvimento de Machado

com o teatro, desde a juventude até a velhice.” –; ou Franco (2007, p.13) – que pesquisa a economia nas crônicas machadianas:

Esta é uma antologia temática, em que se busca o olhar de Machado de Assis, o cronista, sobre eventos econômicos e financeiros de seu tempo, os principais acontecimentos paradigmáticos de uma época tumultuada, mas também os secundários, os pequenos dramas anônimos e cotidianos que fornecem preciosas alegorias para enredos maiores. Com efeito ninguém melhor que *este* cronista para destilar a grandeza do aparentemente efêmero, e dos aspectos laterais e reveladores de nossas complexas e nada óbvias inflexões históricas.

Hoje, tomamos contato com a língua portuguesa do século XIX pesquisando as gramáticas, os estudos críticos linguísticos, a crítica literária, os planos de estudos de colégio como os do Colégio Pedro II – que era referência no ensino secundário –, mas o que pretendemos aqui neste trabalho é conhecer um pouco mais da História das Ideias Linguísticas e da Identidade Nacional pela visão de um dos maiores escritores daquele tempo.

## 2. A construção da crônica machadiana

Machado de Assis viveu seus sessenta e nove anos na cidade do Rio de Janeiro, presenciando os grandes acontecimentos da segunda metade do século XIX e refletindo sobre eles em suas crônicas, por isso – para que tenhamos uma visão mais ampla a respeito daquilo que escreveu nosso autor – é imprescindível conhecer o contexto histórico desse período, principalmente sobre a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que, de acordo com as ideias de Sevcenko (1983, p.117),

[...] desde praticamente o início da campanha abolicionista até o início da década de 1920, quase toda produção literária nacional se fazia no Rio de Janeiro, voltada para aquela cidade ou tomando-a em conta. Palco principal de todo esse processo radical de mudança, a capital centralizou ainda os principais acontecimentos desde a desestabilização paulatina do Império até a consolidação definitiva da ordem republicana. Ela concentrava também o maior mercado de emprego para os homens de letras. Sua posição de proeminência se consagrou definitivamente em 1897, com a inauguração ali da Academia Brasileira de Letras.

Um dos traços estilísticos de Machado de Assis é o hábito de enunciar opiniões ou emitir comentários sobre a linguagem empregada por ele em suas crônicas

(e também em seus textos ficcionais). Dotado de apurado senso de percepção linguística, Machado utiliza-se da metalinguagem para tecer reflexões sobre seus meios de expressão, o que equivale a dizer: sobre questões de língua, de estilo, de autocrítica e, ainda, de interação com seu leitor. Da mesma forma que faz comentários sobre seus meios de expressão, ele também costuma comentar seu processo de composição textual. Assim, o nosso exímio e competente escritor, não apenas faz literatura, mas também ensina a fazê-la.

As crônicas de 1º de novembro 1877, 5 de abril de 1888 e 16 de setembro de 1894 – apresentadas abaixo, respectivamente – são marcadas pelo exercício da metalinguagem:

Há um meio certo de começar a crônica por uma trivialidade. É dizer:

que calor! Que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjecturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e *la glace est rompue*; está começada a crônica. (ASSIS, 2008c: 385).

Hão de reconhecer que sou bem-criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas não, senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem! (ASSIS, 2008c, p. 801)

Que boas são as semanas pobres! As semanas ricas são ruidosas e enfeitadas, aborrecíveis em suma. Uma semana pobre chega à porta do gabinete, humilde e medrosa:

Meu caro senhor, eu pouco tenho que lhe dar. Trago as algibeiras vazias; quando muito, tenho aqui esta cabeça quebrada, a cabeça do Matias...

Mas que quero eu mais, minha amiga? Uma cabeça é um mundo... Matias, que Matias?



Matias, o leiloeiro que passava ontem pela rua de São José, escorregou e caiu... Foi uma casca de banana.

Mas há cascas de banana na rua de São José?

Onde é que não há cascas de bananas? Nem no céu, onde não se come outra fruta, com toda certeza, que é fruta celestial. Mate-me Deus com bananas. Gosto delas cruas, com queijo de Minas, assadas com açúcar, açúcar e canela... Dizem que é muito nutritiva.

Confirmo este parecer, e aí vamos nós, eu e a semana pobre, papel abaixo, falando de mil coisas que se ligam à banana, desde a botânica até a política. Tudo sai da cabeça do Matias. Não há tempo nem espaço, há só eternidade e infinito, que nos levam consigo; vamos pegando aqui de uma flor, ali de uma pedra, uma estrela, um raio, os cabelos da Medusa, as pontas do diabo, micróbios e beijos, todos os beijos que se têm consumido neste mundo, todos os micróbios que nos têm consumido, até que damos por nós no fim do papel. São assim as semanas pobres.

Mas as semanas ricas! Uma semana como esta que ontem acabou, farta de sucessos, de aventuras, de palavras, uma semana em que até o câmbio começou a esticar o pescoço pode ser boa para quem gosta de bulha e de acontecimentos. Para mim que amo o sossego e a paz é a pior de todas as visitas. As semanas ricas exigem várias cerimônias, algum serviço, muitas cortesias.

Demais, são trapalhonas, despejam as algibeiras sem ordem e a gente não sabe por onde lhe pegue, tantas e tais são as coisas que trazem consigo. Não há tempo de fazer estilo com elas, nem abrir a porta à imaginação. Todo ele é pouco para acudir os fatos. (ASSIS, 2008b, p.1102-3)

Machado de Assis aproveita-se de algumas oportunidades para discorrer a respeito da origem do gênero, para apresentar a maneira como se deve proceder em tal texto, assim como para caracterizar as estratégias utilizadas na observação e julgamento dos fatos da semana. Ele, com isso, busca compartilhar com o leitor o seu estilo de fazer crônica, apresentando certas particularidades no trato com o público, deixando explícitas suas preferências temáticas, pois nem tudo o que é destaque no noticiário é de seu agrado. Apreende-se da leitura dessas crônicas que, antes de se lançar às discussões sobre os vários temas sociais, foi necessário a ele conhecer o funcionamento do gênero que marcou a expressão

jornalística do século XIX: a crônica. Explicando esses meandros, nosso autor pretende mostrar ao leitor os princípios norteadores do ofício dos cronistas.

Machado de Assis inicia a crônica de 1º de novembro de 1877 com uma divagação sobre o surgimento do gênero, conta algo que pode ser, a princípio, trivial e comezinho, mas “em busca do pitoresco ou do irrisório no cotidiano de cada um” (SABINO, 1965, p. 174). O cronista procura – com tal ação –, como salienta Moisés (1970, p.247), “desentranhar do acontecimento sua porção imanente de fantasia”. Machado parte do princípio de que a crônica começa despreziosa, como quem não quer nada, para depois abraçar o mundo, por meio de palpites sobre todo e qualquer assunto.

Em 1877, aos 38 anos de idade – já como um autor reconhecido –, ele retoma o painel que havia traçado em 1859, aos vinte anos de idade, sobre o ofício do cronista e de sua liberdade em atuar nos diversos assuntos:

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política. (ASSIS, 2008b, p. 1022-3)

Trata-se de um retorno às origens, revivendo o que marcou, desde o princípio da carreira, o seu ingresso na discussão sobre o exercício da própria profissão. Pode-se dizer que o cronista, agindo desse modo, conseguiu “atar as duas pontas da vida”, tal como desejou *Bentinho*, personagem da ficção machadiana, ao escrever seu livro de memórias.

### 3. A vida cotidiana

Hoje se admite que a História não é apenas o registro dos grandes feitos dos grandes homens. Modernamente, fazemos História pela percepção de atos do cotidiano, de pessoas comuns e acontecimentos comuns, pois é assim que se entendem melhor as transformações pelas quais o mundo passa.

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com a sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade.

[...]

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecimento histórico: é a verdadeira “essência” da substância social. (HELLER, 2008, p.31 e 34)

Partindo desse princípio, mostram-se a seguir fatos e dados da vida na cidade do Rio de Janeiro, e as mudanças pelas quais essa cidade passou, adaptando-se aos novos tempos da segunda metade do século XIX.

No século XIX, as principais transformações sociais aconteciam no Rio de Janeiro. O Rio era o foco da atenção de todo o país. Os acontecimentos, quaisquer que fossem, assumiam uma “importância desmedida em função da ressonância produzida pela situação privilegiada em que se achava a cidade” (cf. CARVALHO, 1991, p. 22).

Era, portanto, cada vez mais atraente morar na cidade do Rio de Janeiro. Aluísio Azevedo, em *Casa de Pensão*, diz justamente isso, por meio do personagem “Amâncio”:

A Corte era “uma Paris”, diziam na província, e ele, por conseguinte, havia de lá encontrar boas aventuras, cenas imprevistas, impressões novas e amores, – oh! amores principalmente. (AZEVEDO, 1973, p. 50)

A imagem de Paris impunha-se como sentido de refinamento. Essa cidade, plena de processos socialmente inovadores, era – por excelência – modelo da civilização e das transformações que se instalavam no Brasil.

Na primeira época do reinado de d. Pedro II, entre 1840 e 1867, até a Guerra do Paraguai, copiava-se tanto os esplendores do Segundo Império francês, quanto os seus maus costumes. Paris dominava o mundo. o Rio de

Janeiro contagiava-se por imitação. (DEL PRIORE, 2011, p. 71)

O rápido crescimento populacional do Rio de Janeiro contribuía também para alterar-lhe o perfil, pois a abolição da escravatura lançava no mercado de trabalho livre o restante da mão de obra escrava, impulsionando-a para os núcleos urbanos mais desenvolvidos. Assim, tornava-se um polo de atração tanto para o trabalhador assalariado das regiões brasileiras em declínio quanto para os imigrantes estrangeiros, especialmente os portugueses.

Em 1872, a cidade do Rio contava com uma população de 274.972 habitantes, sendo que 190.689 era de nacionalidade brasileira e 84.283 de nacionalidade estrangeira – ou seja, 30,65% da população era de estrangeiros. Em 1890, o

movimento migratório continuava: de uma população de 522.651 habitantes, 398.299 era de nacionalidade brasileira e 124.352 de nacionalidade estrangeira, estes correspondendo a 23,79% da população<sup>4</sup>. Tais dados evidenciam que a cidade abrigava uma quantidade expressiva de imigrantes, o que provocava mudanças culturais: diferentes visões de mundo conviviam e fundiam-se no mesmo espaço social, regendo a cidade e redefinindo padrões de comportamento.

A cidade se ajustava progressivamente a essa crescente população: a iluminação a gás, a água encanada, as estradas de ferro e os bondes elétricos simbolizavam a prosperidade. Em 1877, Machado de Assis escreveu:

Mas inauguraram-se os *bonds*. Agora é que Santa Teresa vai ficar à moda. O que havia pior, enfadonho a mais não ser, eram as viagens de diligência, nome irônico de todos os veículos desse gênero. A diligência é um meio-termo entre a tartaruga e o boi.

Uma das vantagens dos *bonds* de Santa Teresa sobre os seus congêneres da cidade, é a impossibilidade da pescaria. A pescaria é a chaga dos outros *bonds*. Assim, entre o Largo do Machado e a Glória a pescaria é uma verdadeira amolação, cada *bond* desce a passo lento, a olhar para um e outro lado, a catar um passageiro ao longe. Às vezes o passageiro aponta na Praia do Flamengo, o *bond*, polido e generoso, suspende passo, cochila, toma uma pitada, dá dois dedos de conversa, apanha o passageiro, e segue o fadário até a seguinte esquina onde repete a mesma lengalenga.

Nada disso em Santa Teresa: ali o *bond* é um verdadeiro leva-e-traz, não se detém a brincar no caminho, como um estudante vadio. (ASSIS, 2008<sup>a</sup>, p.353)

Os bondes elétricos diminuía as distâncias e provocavam a socialização entre os seus usuários; com o uso deles, podia-se fazer passeios a lugares ainda pouco urbanizados.

Gradativamente os hábitos da cidade iam-se modificando, exigindo de seus habitantes novas formas de convívio. Ocorria, por exemplo, a quebra de barreira entre as casas e as ruas: estas, pertencentes aos escravos, agora “são frequentadas por famílias a passeio e mesmo senhoras que já dispensavam o séquito de mucamas” (cf. BASBAUM, 1982, p.110).

---

4 Fonte: *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

Com toda essa modernidade, surgem, ou melhor dizendo, adotam-se formas burguesas de desfrutar as atrações urbanas,

foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais: o chá, o governo de gabinete, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata. Também roupa de homem menos coloridas e mais cinzentas; o maior gosto pelo teatro que foi substituindo a igreja; pela carruagem de quatro rodas que foi substituindo o cavalo e o palanquim; pela bengala e pelo chapéu-de-sol que foram substituindo a espada de capitão ou de sargento-mor dos antigos senhores rurais. (FREIRE, 1936, p.574)

As pessoas consumiam mais, adquiriam hábitos refinados e estabeleciam padrões de exigência quanto à forma de usufruto das solicitações do mercado, do qual era exemplo notório a Rua do Ouvidor. Ela

era considerada o ponto elegante da cidade do Rio de Janeiro, porque a venda dos artigos importados da França, nas suas lojas, influenciava a todos, principalmente as mulheres – e a moda.

Macedo (1988, p.76) conta que

As senhoras fluminenses entusiasmaram-se pela Rua do Ouvidor, e foram intransigentes na exclusiva adoção da tesoura francesa. Nem uma desde 1822 se prestou mais a ir a saraus, a casamentos, a festas e reuniões sem levar vestido cortado e feito por modista francesa da Rua do Ouvidor.

Houve revolução econômica: os pais e os maridos viram subir a cinquenta por cento a mais a verba das despesas com os vestidos e os enfeites das filhas e das esposas. A rainha Moda de Paris firmou seu trono na Rua do Ouvidor.

Lá, todos queriam ser vistos por todos, acotovelando-se entre as suas estreitas calçadas.

Sem convites nem horários, nem etiquetas, a Rua do Ouvidor foi um ponto de encontros, um tablado de exibições elegantes, feira de vaidades e amores, um salão. (PINHO, 1942: 249)

Um salão ao ar livre, convidativo às conversas informais e sussurradas, onde todos desejam estar. Machado faz um retrato fiel disso na crônica do dia 13 de agosto de 1893:

Vamos à rua do Ouvidor; é um passo. Desta rua ao *Diário de Notícias* é ainda menos. Ora, foi no *Diário de Notícias* que eu li uma defesa do alargamento da dita rua do Ouvidor, — coisa que eu combateria aqui, se tivesse tempo e espaço. Vós que tendes a cargo o aformoseamento da cidade alargai outras ruas, todas as ruas, mas deixai a do Ouvidor assim mesma — uma viela, como lhe chama o *Diário*, — um canudo, como lhe chamava Pedro Luiz. Há nela, assim estreitinha, um aspecto e uma sensação de intimidade. É a rua própria do boato. Vá lá correr um boato por avenidas amplas e lavadas de ar. O boato precisa do aconchego, da contigüidade, do ouvido à boca para murmurar depressa e baixinho, e saltar de um lado para outro.

Na rua do Ouvidor, um homem, que está à porta do Laemmert, aperta a mão do outro que fica à porta do Crashley, sem perder o equilíbrio. Pode-se comer um *sandwich* no Castelões e tomar um cálix de Madeira no Deroché, quase sem sair de casa. O característico desta rua é ser uma espécie de loja única, variada, estreita e comprida.

Depois, é mister contar com a nossa indolência. Se a rua ficar assaz larga para dar passagem a carros, ninguém irá de uma calçada a outra, para ver a senhora que passa, — nem a cor dos seus olhos, nem o bico dos seus sapatos, e onde ficará em tal caso “o culto do belo sexo”, se lhe escassearem os sacerdotes. (ASSIS, 2008<sup>a</sup>, p.1007-8)

As transformações urbanas forjavam novas realidades e revelavam costumes mais soltos. É o que nos mostra uma passagem de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, obra ambientada nessa época:

As tinas estavam abandonadas; os coradouros despídos. Tabuleiros e tabuleiros de roupa engomada saíam das casinhas, carregadas na maior parte pelos filhos das próprias lavadeiras que se apresentavam agora quase todas de fato limpo. Os casaquinhos brancos avultavam por cima das saias de chita de cor. Desprezavam os grandes chapéus de palha e os aventais de aniagem; agora as portuguesas tinham na cabeça um lenço de ramagens vistosas e as brasileiras haviam penteado

o cabelo e pregado nos cachos negros um ramalhete de dois vinténs.  
(AZEVEDO, 1978, p. 66-7)

A essas transformações – tanto às da elegante Rua do Ouvidor quanto às dos cortiços –, associava-se o projeto de formação de uma sociedade letrada, valorizando a leitura como o símbolo de instrução e como forma de socialização; não só a leitura em português, pois a prova de maior cultura era a leitura em francês. Era de bom tom falar e ler francês, sobre isso Macedo (1988, p.76) esclarece:

Como é sabido, cuidava-se ainda muito pouco da instrução do sexo feminino; pois bem, algumas senhoras fluminenses deram-se logo com interesse e gosto ao estudo da língua francesa.

Um dia um tio velho e rabugento perguntou à sobrinha que escapara de ficar analfabeta:

Menina, por que te meteste a aprender francês, quando ainda ignoras tanto o português?...

Ah, titio!... é tão agradável ouvir dizer *très jolie!* em português não há isso.

Aprender francês estava previsto na educação das mulheres brasileiras que tinham condições financeiras para isso. Os romances franceses eram lidos no original e faziam parte do lazer feminino. Mas, reafirma-se, apenas para a elite.

Machado de Assis, soube muito bem captar todas essas nuances da cidade em suas crônicas, e Cadwell (2008, p.219) consegue sintetizar a obra do nosso autor ao afirmar que

De suas colunas e correspondências, vislumbramos ainda o Machado de Assis da vida diária – seus hábitos; gostos e desgostos; seu amor pela cidade natal, desalento pela falta de condições sanitárias; sua impaciência irônica com políticas desonestas, patentes de remédios, Sarah Bernhardt, o alto custo de morrer, oradores indigestos na hora da sesta e outros gloriosos produtos da civilização; seu ânimo em estender a mão a outros escritores brasileiros, iniciantes e inexperientes; seu orgulho da língua portuguesa. sua devoção apaixonada por Shakespeare; discussões literárias em chás da tarde; suas amizades; sua solidão após a morte da esposa.

#### 4. A imprensa e o jornalista/cronista

Gênero híbrido que se posiciona entre o jornalismo e a literatura, a crônica foi utilizada por Machado de Assis como meio para se comunicar com os seus leitores, entre 1858 e 1900. Em seu tempo, não havia muita diferenciação entre a atividade de literato e a de jornalista/cronista. Pode-se dizer que o escritor se encontrava numa fronteira, transportando ideias de um lado para o outro, enriquecendo o cronista com o homem das letras e vice-versa. Para o pesquisador John Gledson (1986, p.115), “é espantoso como se tem estudado pouco, de maneira mais séria, o jornalismo de Machado”.

Ao longo de sua longa – e profícua – trajetória como cronista, Machado escreveu também sobre a própria atividade, diagnosticando problemas e sugerindo soluções para uma adequada atuação da imprensa.

[...] a discussão do jornal reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculo aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa. (ASSIS, 2008b, p; 1036)

É importante saber, conforme analisa Barreto Filho (1997), que, no ofício de cronista, Machado de Assis começa a ouvir o seu “demônio interior” e a se expressar de acordo com a vontade de seu próprio espírito: “surgirá do cronista o contador de histórias da cidade, pilhérico, irônico, amargo ou evocativo” (BARRETO FILHO, 1997, p.100).

Segundo Afranio Coutinho (1966, p.15), a evolução perceptiva do cronista a respeito do jornalismo pode ser estendida à trajetória dos romances machadianos:

O desenvolvimento de Machado de Assis é um longo processo maturação, ao longo do qual vai acumulando experiência e fixando vivências, que gerarão o seu credo espiritual e estético e sua concepção técnica”.

Na juventude, nosso escritor foi um dos responsáveis pela formação e consolidação da imprensa no Brasil, considerando-a “a verdadeira forma da república do pensamento”<sup>5</sup> (ASSIS, 2008b, p. 1009). Em 23 de outubro de 1859,

---

5 Texto “O jornal e o livro”, publicado no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, em 10 e 12 de janeiro de 1859.



escreve o texto “A reforma pelo jornal”<sup>6</sup>, em que fundamenta a formação da imprensa brasileira:

A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social. Assim, o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. (ASSIS, 2008b, p.1036)

Na crença machadiana, o jornalismo no Brasil oitocentista funcionaria como agente capaz de popularizar o saber, que antes se concentrava nas mãos de poucos, e de interferir nas decisões políticas, econômicas e sociais de uma nação, ao ambientar o espírito democrático e desarticular a “organização desigual e sinuosa da sociedade” (ASSIS, 2008b, p. 1035). Nesse texto de 23 de outubro de 1859, nosso escritor realizou, de forma acentuada, uma propaganda positiva da imprensa. Era preciso legitimá-la como uma necessidade vital, pois caberia a ela reformar a sociedade brasileira, que se encontrava no abismo da escravidão e do analfabetismo. Houaiss (1985, p. 137) nos lembra que “O ensino das primeiras letras foi precário até adentro do século XX, até 1920.”

Ainda nesse texto, Machado descreveu o jornalista como um personagem ímpar – um herói –, motivado por vínculos de paixão e estoicismo que o levam à busca da verdade e ao exercício da profissão, entendida como “missão”, repleta de responsabilidade social. Porém, após construir tal paradigma, o escritor elabora um parecer bastante realista a respeito da atividade da imprensa no país: “o jornal aqui não está à altura da sua missão” (ASSIS, 2008b, p.1036). Schwarz (2000a), um profundo conhecedor da obra machadiana, comenta, sem se aprofundar, que o cronista se desilude com os ventos liberais e com os ideais do progresso e da igualdade difundidos pela imprensa, visto que ela aparece no Brasil do século XIX como um algo essencialmente político, e não social.

Para Sevckenko (1983, p.119),

O desenvolvimento do “novo jornalismo” representa, contudo, o fenômeno mais marcante na área da cultura, com profundas repercussões sobre o comportamento do grupo intelectual. Novas técnicas de impressão e edição permitem o barateamento extremo da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria tendem a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano pelas camadas

---

6 Publicado no periódico *O Espelho*, Rio de Janeiro.

alfabetizadas da cidade [Rio de Janeiro]. Esse “novo jornalismo”, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e que são o seu produto mais refinado, torna-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana, significando o seu consumo, sob todas as formas, um sinal de bom-tom sob a atmosfera da Regeneração. Cria-se assim uma “opinião pública” urbana, sequiosa do juízo e da orientação dos homens de letras que preenchiam as redações. Os intelectuais, por sua vez, vendo aumentado o seu poder de ação social, anseiam levá-lo às últimas conseqüências. Pregam reiteradamente a difusão da alfabetização para a “redenção das massas miseráveis”.

A propaganda positiva da imprensa foi o tema de algumas crônicas de Machado – as primeiras em que fez tal propaganda foram “O jornal e o livro” e “A reforma pelo jornal”, de 1859. Despontava no Brasil, de então, uma jovem imprensa, juntamente com um novo cronista, Machado de Assis.

O escritor manifesta-se, por meio dessas crônicas, um entusiasta do progresso que deveria nortear a história das ideias e das ações necessárias ao arranjo moderno do pensamento liberal, propagado pelos ideais da Revolução Francesa (1789), que preconizava a busca pela democracia e pela garantia dos direitos humanos, com os princípios de *liberdade*, *fraternidade* e *igualdade*. Tais princípios foram importados pela elite brasileira e transformados em arcabouço teórico para implementar um possível ingresso do Brasil no conjunto dos países civilizados.

Machado de Assis – afirmando “O jornal é a liberdade, é o povo, é a consciência, é esperança, é trabalho, é a civilização. Tudo se liberta.” (ASSIS, 2008b, p.1011) – apresenta, com profunda convicção, o jornal como instrumento plural e democrático, capaz de fazer circular a multiplicidade de princípios que regeram politicamente a Revolução Francesa, fazendo com que esta sirva de paradigma ideológico para a busca da cidadania mesmo em terras marcadas pela escravidão, como foi o caso do Brasil oitocentista. O cronista fluminense acredita no potencial do jornal como agente capaz de construir um clima democrático que favorecesse o “adiantamento moral da humanidade” (*idem*, p. 1007). Referindo-se a uma obra do escritor francês Pelletan como “livro de ouro”, o cronista vai “bebericar nessa fonte, aceitando a tese da contínua perfectibilidade do espírito humano” (FACIOLI, 1982, p. 19). Machado afirma que o espírito humano foi realçado e refinado pelo progresso trazido pelo livro e alcançou mais transparência com o jornal. Entende, ainda, que este, ao desenvolver e ampliar o espectro da audiência, incentiva a prática da discussão de todo e qualquer fato social. Ao perguntar

“O jornal matará o livro? O livro absorverá o jornal?” (ASSIS, 2008b, p. 1007), ele toma consciência do momento em que o jornal se firma como suporte moderno capaz de difundir, para um grande número de pessoas, os fatos e suas repercussões, de maneira dinâmica e interativa.

Para evitar desentendimentos, Machado esclarece: “Admitido o aniquilamento do livro pelo jornal, esse aniquilamento não pode ser total. Seria loucura admiti-lo.” (*idem*, p. 1011). Quando um novo meio surge e se fortalece como tendência mais usual do que o antigo, cria-se uma expectativa na própria opinião pública de que este ficará tão obsoleto que cairá em desuso ou será menos apreciado. Segundo nosso autor, não é em termos comparativos, que se deve avaliar a qualidade e o alcance do livro e do jornal, pois cada meio tem a sua especialidade e carrega a sua própria mensagem<sup>7</sup>.

Na discussão da polêmica entre os suportes *livro* e *jornal*, é preciso estar atento à forma como Machado de Assis se relacionou com eles. Para Zilberman (2004, p.25),

O fato de participar ativamente da imprensa fez de Machado um produtor assíduo, regular e constante de textos, que, muitas vezes, se repetiam, eram reformatados ou então alterados, quando transportados do suporte jornalístico para o livro. Embora, na juventude, tenha sido fervoroso adepto do jornal, sabia que o livro tinha durabilidade maior e alcançava um público mais distante e exigente, de modo que requeria cuidados e esmeros especiais.

Na visão de Sá (2007, p.18), todo cronista, ao transferir seu texto do jornal para o livro, procura adaptá-lo ao novo veículo; e afirma: “o escritor está buscando fazer da tenda precária e cigana uma casa sólida e mais duradoura”.

Machado, comparando *livro* e *jornal*, não vislumbra um cenário de decadência do gosto ou das letras. É, ao contrário da decadência, uma evolução,

---

7 O pensador alemão Oswald Spengler (1880-1936), ao contrário de Machado de Assis, acreditava que o livro podia ser ameaçado pela concorrência da revista de compilações e, sobretudo, pelo jornal: “A época do livro está enquadrada entre o sermão e o periódico. O mundo dos livros, com sua abundância de pontos de vista, que obrigava o pensamento à crítica e à seleção, em realidade só existe agora para círculos pequenos. O povo lê um jornal, seu jornal, que, em milhões de exemplares entra, todos os dias, em todas as casas, mantém os espíritos sob seu encanto e faz que se esqueçam os livros [...]. A democracia substituiu, na vida espiritual das massas, o livro pelo jornal. (SPENGLER, apud CORBISIER, 1950, p.33)

um sinal dos tempos; é o primeiro indício de uma era, em que se irá caminhar para o que é breve, condensado, bem digerido. Seguindo a definição de Araújo (2002, p. 36), “se o livro é o vislumbre para a entrada no mundo moderno; o jornal é a efetivação plena da modernidade.”

Segundo Machado, o jornal supera o livro justamente por sua distribuição mais equitativa e democrática: “o jornal é mais que um livro, isto é, está mais nas condições do espírito humano” (ASSIS, 2008b, p. 1010). O cronista percebe a nova era que se anuncia com o advento do jornal – que, utilizando uma escala de tempo mais dinâmica, interpreta, resume e divulga o que fora, durante séculos, o privilégio e o monopólio do livro.

O jornal é denominado por Machado de Assis como “literatura comum”. Sob essa nomenclatura, ele informa, subliminarmente, que o cronista deve buscar uma linguagem acessível, mais simples que a do livro, próxima à oralidade, porém mesclada com elementos da literatura culta a fim de aprimorar o estilo e potencializar a conversa com o leitor. Devido à sua marca temporal, o jornal deve ser responsável por acompanhar e transmitir o calor e as repercussões do fato no dia seguinte ao ocorrido para que o leitor tenha acesso de forma ágil e dinâmica à “frescura das ideias” e ao “fogo das convicções”.

Sendo assim, o jornalismo pode ser considerado uma forma literária feita à queima roupa,

O jornal, *literatura cotidiana* [...] é reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a idéia de um homem, mas a idéia popular, esta fração da idéia humana. (ASSIS, 2008b, p. 1010)

Machado crê numa imprensa atuante; alimentada pelo espírito revolucionário, um veículo capaz de tornar público, isto é, de conhecimento de todos, em sua periodicidade, por meio do balanço dos acontecimentos da semana, o teor e o calor das diversas ideias e suas repercussões no tocante à realidade brasileira. Em sua missão primordial de democratizar a informação e alimentar a opinião pública, o jornal chega a significar, no julgamento do cronista, como anteriormente citado, “a verdadeira forma da república do pensamento”.

A definição machadiana de jornal – que buscava legitimar o veículo como meio capaz de responder às diversas demandas do espírito coletivo da sociedade brasileira – encontra eco na atualidade: Pignatari (1995, p.223), discorrendo sobre a utilidade pública do jornal e dos outros meios de comunicação, afirma:

Acho que os meios de comunicação, com lastreamento básico na imprensa e prolongamento necessário na televisão e na mídia eletrônica

em geral, se constituem na verdadeira universidade aberta do povo, em todos os países, mas especialmente nas nações terceiro-mundistas.

Ao associar *informação e educação* e ao considerar a imprensa como “universidade aberta do povo”, Pignatari aproxima-se da definição machadiana da imprensa como “república do pensamento”. Assim para Machado, a imprensa deveria atuar em duas frentes: educar o povo, ensinando-o a pensar, e demolir as estruturas aristocráticas em nome da democracia.

Ao depositar no jornal a esperança de que o século XIX responderia aos anseios libertários da Revolução Francesa, Machado de Assis desejava que o progresso e a democracia – confirmados pelo jornal – pudessem trazer ânimo e disposição para que houvesse um ciclo de reformas capazes de modificar radicalmente a estrutura social oligárquica presente no Brasil oitocentista.

O entusiasmo daquele *Machadinho* de 1859 pela novidade do jornal deita raízes não apenas na crença de que esse novo veículo de ideias seria o único capaz de acompanhar a urgência das mudanças modernas, mas também na incumbência do jornal em reformar toda a sociedade, pelo debate público e livre em suas páginas. O jornal é mais que simples informação, é “esta alavanca que Arquimedes pedia para abalar o mundo, e que o espírito humano, esse Arquimedes de todos os séculos, encontrou.” (ASSIS, 2008b, p.1007).

O objetivo de Machado de Assis é legitimar a imprensa junto à sociedade brasileira, atribuindo-lhe o papel de instituição articuladora e agente privilegiado de reformas essenciais para o País. Ele inicia a sua crônica “A reforma pelo jornal” com a frase: “Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal.” (*idem*, p. 1035). Pereira (1988, p.73), sobre essa crônica, afirma que Machado

deixava bem patentes as tendências liberais, louvando o jornal pela sua ação democratizante, declarando-se adversário das aristocracias. Exigia a divulgação da cultura, o esclarecimento das massas”.

O cronista aponta para a disseminação das ideias, das discussões, entendida como possibilidades iguais para diferentes pessoas, por intermédio da leitura do livro e, em seguida para o avanço dessa disseminação através da página do jornal, local por excelência do debate de ideias – está aí o papel importante que desempenhou – e desempenha até hoje – a imprensa na segunda metade do século XIX.

A leitura dos textos “O jornal e o livro” e “A reforma pelo jornal” permite-nos compreender um importante período da história, passada a limpo pela pena de um dos nossos maiores cronistas. Nas palavras de Schwarz (2000a, p.241),

[...] a sua fórmula narrativa atende meticulosamente às questões ideológicas e artísticas do Oitocentos brasileiro, ligadas à posição periférica do país. Acertos, impasses, estreitezas, ridículos, dos predecessores e dos contemporâneos, nada se perdeu, tudo se recompôs e transfigurou em elemento de verdade.

## 5. A intra e a intertextualidade da crônica machadiana

As disputas travadas, por meio do jornal, entre os vários literatos e cronistas levam-nos à percepção de um outro aspecto muito importante de estratégia linguística: a intertextualidade. Um autor escrevia, o outro revidava, e assim a história ia-se construindo. A intertextualidade que pretendemos destacar em nosso trabalho é aquela existente entre as crônicas de Machado de Assis e os textos de outros escritores.

Machado, em suas crônicas, faz referências aos seus escritores preferidos, entre eles William Shakespeare, Joseph Ernest Renan, Blaise Pascal, Arthur Schopenhauer, Michel de Montaigne, Platão, entre outros, além de citações bíblicas – geralmente retiradas do livro de *Eclesiastes*, do *Antigo Testamento*, cremos por ser um dos livros poéticos e sapienciais.

Faz, também, citações em latim, que dá ao seu texto um cunho erudito:

Dei o grito. Tinha achado o segredo da substituição do nome. Com efeito, *rocló* vem do francês *roquelaure*, designação de um capote. Portugal recebeu de França o capote e o nome, e ficou com ambos, mas foi modificando o nome. Tal qual aconteceu com *robe de chambre*. A mudança proposta agora no artigo a que me refiro, ficaria sem sentido, se não fosse intenção do autor, suponho eu, curar a dentada do cão com o pêlo do mesmo cão. *Similia similibus curantur*. (ASSIS, 2008c, p.866)

Em 16 de dezembro de 1883, Machado cita três filósofos, dentre os muitos que considera “homens superiores”:

Quer me parecer que a idéia do meu amigo é da mesma família da de Platão, Renan e Schopenhauer, uma forma aristocrática de governo composto de homens superiores, espíritos cultos e elevados, e nós que fôssemos cavar terra. Não! mil vezes não! A democracia não gastou o seu sangue na destruição de outras aristocracias, para acabar nas mãos de uma oligarquia ferrenha, mais insuportável que todas, porque os

fidalgos de nascimento não sabiam fazer epigramas, e nós os mediócras e medalhões padeceríamos nas mãos dos Freitas e dos Alencares, para não falar dos vivos. (ASSIS, 2008c, p. 507-8)

Essas apropriações de ideias filosóficas, psicológicas, bíblicas servem para dar força às suas próprias palavras, ou justificar o comentário de um assunto em que ele, Machado, faz as suas reflexões filosóficas, pois, como nos informa Coutinho (1966, p. 124), seus textos apresentam “uma atmosfera filosófica”.

Machado mantém intertextualidade, também, com escritos de José de Alencar. E citando-o – na mesma crônica em que fala de Platão, Renan e Schopenhauer –, coloca-o como “chefe de nossa literatura”, revelando a reverência a ele (tanto quanto aos pensadores grego, francês e alemão).

As conversas com Alencar na livraria Garnier foram determinantes para que Machado lapidasse a sua expressão como escritor, incluindo aí sua atuação marcante como cronista. Machado retrata esses diálogos como memoráveis e lembra-se de ambos sentados em frente à rua, tratando de arte e poesia, de estilo e imaginação, que valiam todas as canseiras do mundo. A morte de Alencar, em 12 de dezembro de 1877, abalou Machado não só por ter perdido um amigo, mas também por perder uma referência que fora crucial em seus primeiros passos como escritor e jornalista:

Toda a história destes quinze dias está resumida em um só instante, e num acontecimento único: a morte de José de Alencar. Ao pé desse fúnebre sucesso, tudo o mais empalidece. Quando começou a correr a voz de que o ilustre autor do *Guarani* sucumbira ao mal que de há muito o minava, todos recusavam dar-lhe crédito; tão impossível parecia que o criador de tantas e tão notáveis obras pudesse sucumbir ainda em pleno vigor do espírito. (ASSIS, 2008c, p. 393)

Enquanto jovem, Machado de Assis é contemporâneo de um Alencar com carreira já consolidada, e aclamado pela opinião pública como o grande cronista do Rio de Janeiro de seu tempo. Como parâmetro estilístico, há momentos em que Machado parodia certos lugares textuais já visitados anteriormente por Alencar. Entretanto, isso não representa uma limitação temática e de expressividade, em que Machado se comporta como refém, reproduzindo meramente, sem subverter, a dinâmica do ofício do cronista, construída por Alencar. Tanto é que, com o transcorrer da experiência machadiana como cronista, ele desenvolve uma identidade própria nos seus escritos, apresentando um mérito singular diante dos leitores e não se acomodando, portanto, na sombra deixada por José de Alencar.

Machado de Assis, numa de suas crônicas, compara o folhetinista, e suas visitas aos variados assuntos, ao colibri que passeia por diversas flores. Tal metáfora é tomada de empréstimo de José de Alencar: este ao indicar que, da mesma forma como o papel do colibri é sugar o mel das flores, o do folhetinista é sugar “a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!” (ALENCAR, 1960, p.648).

Trabalhando a intertextualidade, Machado escreve:

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.

Assim aquinhoado pode dizer-se que não há entidade mais feliz neste mundo, exceções feitas. Tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e a *bas-bleus* para aplaudilo.

Todos o amam, todos e admiram, porque todos têm interesse de estar de bem com esse arauto amável que levanta nas lojas do jornal a sua aclamação de hebdomadário. (ASSIS, 2008b, p. 1022-3)

Machado, ainda nesse trabalho de trazer “o outro” para o seu texto, faz a mesma coisa com as suas próprias crônicas, ou seja; referência uma noutra, num processo que podemos chamar de intratextualidade. Ele utiliza esse recurso para fazer com que seu leitor, que o segue semanalmente em sua coluna, possa ligar com mais facilidade um assunto a outro, que já tenha sido comentado noutra tempo. Isso ocorre com muita frequência:

Falei na minha crônica passada de uma reunião literária para instituir leituras públicas. Essa reunião não se efetuou como era de desejar, mas, pelo que me consta, trata-se de dar começo a propaganda da idéia. Já a aplaudi rápida e sinceramente. O que tenho de fazer agora é transcrever aqui a carta pela qual o Sr. A. de Pascual, iniciador da idéia, convidou para a reunião o poeta A. E. Zaluar. Nessa carta vão, apontados a utilidade e os exemplos das leituras públicas. O leitor, se é literato, fica convocado por ela. (ASSIS, 2008c, p. 98)

E nesta outra crônica, a intertextualidade se dá pela temática:



Hão de lembrar-se da minha aventura espírita, e da promessa que fiz, de iniciar-me na nova Igreja. Vão ver agora o que me aconteceu.

Fui iniciado quinta-feira, às nove horas da noite, e não conto nada do que se passou, porque jurei calá-lo, por todos os séculos dos séculos. Uma vez admitido no grêmio, preparei as malas para ir estabelecer-me em Santo Antônio de Pádua. (ASSIS, 2008c, p.640)

## Consideração final

Nada passa incólume pelas lentes de Machado de Assis, um observador sempre atento e crítico, desde suas primeiras crônicas. Em 1900, ele encerra sua participação como jornalista/cronista, escrevendo, em 11 de novembro, a última crônica, que fecha a seção *A Semana*, do *Gazeta de Notícias*; depois disso, dedica-se exclusivamente aos seus romances. O excerto que segue é dessa última crônica:

[...] fui à casa de um leiloeiro, que ia vender objetos empenhados e não resgatados. Permitam-me um trocadilho. Fui ver o martelo bater no prego. Não é lá muito engraçado, mas é natural, exato e evangélico. Está autorizado por Jesus Cristo: *Tu es Petrus*, etc. Mal comparando, o meu ainda é melhor. O da Escritura está um pouco forçado, ao passo que o meu, – o martelo batendo no prego, – é tão natural que nem se concebe dizer de outro modo. Portanto, edificarei a crônica sobre aquele prego, no som daquele martelo.

Havia lá broches, relógios, pulseiras, anéis, botões, o repertório de costume.

Havia também um livro de missa, elegante e escrupulosamente dito *para* missa, a fim de evitar confusão de sentido. Valha-me Deus! até nos leilões persegue-nos a gramática. Era de tartaruga, guarnecido de prata. Quer dizer que, além do valor espiritual, tinha aquele que propriamente o levou ao prego. Foi uma mulher que recorreu a esse modo de obter dinheiro. Abriu mão da salvação da alma, para salvar o corpo, a menos que não tivesse decorado as orações antes de vender o manual delas. Pobre desconhecida! Mas também (e é aqui que eu vejo o dedo de Deus), mas também quem é que lhe mandou comprar um livro de tartaruga com ornamentações de prata? Deus não pede tanto;

bastava uma encadernação simples e forte, que durasse, e feia para não tentar a ninguém. Deus veria a beleza dela. (ASSIS, 2008b, p. 1332)

Machado de Assis finaliza sua carreira de cronista mostrando toda sua verve, ao desabafar:

Havia também um livro de missa, elegante e escrupulosamente dito para missa, a fim de evitar confusão de sentido. Valha-me Deus! até nos leilões persegue-nos a gramática. (ASSIS, 2008b, p. 1332)

Com isso, fica claro que Joaquim Maria Machado de Assis tornou-se, sim, grande e merecedor do título de escritor universal – de seu tempo e de todos os tempos.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. Ao correr da pena. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1960, 4 v.
- ARAÚJO, R. Edgar Allan Poe: um homem em sua sombra. São Paulo: Ateliê Editora, 2002.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento de Bibliotecas Públicas, v. 46, n. 1/4, jan./dez. 1985.
- ASSIS, Machado de. *Obra Completa, em quatro volumes – V.2*. Organização: Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Obra Completa, em quatro volumes – V.3*. Organização: Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Obra Completa, em quatro volumes – V.4*. Organização: Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecílio, Heloisa Jahn. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008c.
- AZEVEDO, Aluísio. *Casa de pensão*. São Paulo: Três, 1973.
- \_\_\_\_\_. *O cortiço*. São Paulo: Martins, 1978.
- BARRETO FILHO. “O romancista”. In: COUTINHO, Afranio (Org.). *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, 1 v.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: das origens até 1889*. v.1. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- CADWELL, Hellen. *Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de D. Casmurro*. 2ª ed. Tradução Fábio Fonseca de Melo. Cotia: Ateliê editorial, 2008.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COUTINHO, Afranio. *Machado de Assis na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

\_\_\_\_\_. *A literatura no Brasil*. 2ª ed. Vol. VI. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1971.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

FACIOLI, Valentim. A crônica. In: BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

FARIA, João Roberto. Machado de Assis e o teatro de seu tempo. In: FARIA, João Roberto (Org.). *Machado de Assis: do Teatro – textos críticos e escritos diversos*.

São Paulo: Perspectiva, 2008. – (Coleção textos; 23)

FRANCO, Gustavo H.B. *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Tomo II. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: UnB, 1988. [1ª ed. de 1878]

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma *velha-nova* história. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates, 2006. Disponível em:

<http://nuevomundo.revues.org/1560> (acesso em 28/01/2006).

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PIGNATARI, Décio. Ideologia dos meios de massa. In: *Letras, artes, mídia*. São Paulo: Globo, 1995.

PINHO, Wanderley. *Salões e dama do Segundo Reinado*. 4ª ed. São Paulo: Martins, 1942.

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

SABINO, Fernando. Última crônica. In: *A companheira de viagem*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1965.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades/34, 2000a.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ZILBERMAN, Regina. Minha teoria das edições humanas: Memórias Póstumas de Brás Cubas e a poética de Machado de Assis. In: ZILBERMAN, Regina et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

# Literaturas lusófonas: apropriação e representação, regionalismo e religiosidade

*Quem não vê bem uma pala-  
vra, não pode ver bem uma alma.  
(Fernando Pessoa)*

**Márcia Silva Pituba Freitas<sup>1</sup>**  
**Micheline Tacia de Brito Padovani<sup>2</sup>**

## Considerações iniciais

**E**ste capítulo tem por objetivos analisar o conto A menina de lá, de João Guimarães Rosa, e o livro de literatura infantil O beijo da palavrinha, de Mia

---

1 Doutoranda em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Membro do Grupo de Pesquisa de História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional da PUC/SP, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leonor Lopes Fávero. Contato: marpituba@hotmail.com.

2 Doutoranda em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Membro do Grupo de Pesquisa de História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional da PUC/SP, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leonor Lopes Fávero. Contato: michelinepadovani@yahoo.com.br.

Couto, a fim de demonstrar como se dá o processo de apropriação e representação nessas duas narrativas literárias lusófonas. A análise será realizada com base nos princípios investigativos de Roger Chartier acerca da representação como polo de articulação de religiosidade, de regionalismo, de cultura e de mundo.

Parte-se de uma perspectiva sócio-histórica que busca, como fim, compreender as estratégias, o desenvolvimento e as transformações nas diversas apropriações e representações no contexto histórico e social em que as narrativas ocorrem. Assim, destacam-se alguns fatores que interferem na manipulação dos suportes culturais e que expõem as modificações das personagens, ao estabelecer as apropriações para a construção de sentido textual em linguagem literária.

A literatura, bem como as formas de ler o contexto social e histórico revelam a importância que as crenças, as intenções, as atitudes e as expectativas têm sobre o leitor durante o processo de apropriação e representação leitora. É válido dizer as imagens na literatura contemporânea lusófona tornaram-se um lugar para enfatizar as ações culturais e sociais, além de destacar a onipresença das personagens no enredo. Hernández (2007, p. 28) afirma que “É-nos dito que vivemos em um mundo em que tanto o conhecimento quanto muitas formas de entretenimento são visualmente construídos”. Nossa leitura é marcada pelo repertório de conhecimentos diversos e pelo repertório visual que temos, ou seja, pela representação que fazemos durante a ação leitora.

## **Representação, apropriação e literatura**

A literatura é abordada como perspectiva de determinado momento histórico e social, apresentando uma espécie de consciência social do contexto em que as narrativas se originam e mantêm relações únicas e particulares. Neste sentido, as obras de Guimarães Rosa e de Mia Couto configuram-se como documento histórico, pois dão forma a questões provenientes e com forte ligação com a História.

A escrita literária caracteriza-se como projeto discursivo revelador de questões sociais e históricas de seu tempo, como: guerras, catástrofes, crenças, etc. Desse modo, a produção literária é uma base comunicacional, apresenta uma função social e acompanha, as transformações socioeconômicas por que vão passando as sociedades. É por meio da produção literária que as expressões, os significados e os relatos se formam possibilitando o aparecimento da literatura, da mesma forma que o discurso, pois “pode ser comparada a uma rede de lugares na sociedade, mas não pode encerrar-se verdadeiramente em nenhum território”. (MAINGUENEAU, 2006, p.92).

A propósito dessas afirmações, fazer parte do campo literário não significa “ausência de todo lugar, mas, como dissemos, uma negociação entre lugar e não-lugar, um pertencimento parasitário que se alimenta de sua inclusão impossível” (MAINGUENEAU, 2006, p.92). Ainda, conforme o autor:

Suporte de um ato de discurso socialmente reconhecido, a obra é enunciada através de uma instituição, no caso, um gênero de discurso determinado que ele próprio, num nível superior, mobiliza essa vasta instituição que é a literatura. As condições de enunciação vinculadas a cada gênero correspondem a outras tantas expectativas do público e antecipações possíveis dessas expectativas pelo autor (MANGUENEAU, 1995, p.122).

A literatura mobiliza tanto o enunciador quanto o leitor – o coenunciador – por meio da reconstrução das pistas textuais e da significação da obra durante o processo de recepção textual. O leitor é capaz de estabelecer e antecipar relações entre língua, linguagem, história, sociedade e vida. Nesse momento e nesse lugar, ocorre um jogo dialético, em que ele busca compreender-se e situar-se no mundo e, procura entender tanto a relação que trava consigo quanto com os outros e com o mundo. Dessa forma, revela-se a interioridade de sua essência. A literatura possibilita a compreensão da humanidade pelo sujeito-leitor – tanto dentro quanto fora de si – e da ocorrência dos fatos históricos em um dado momento. Assim, uma análise da linguagem não pode ignorar a literatura, pois ela faz parte da construção da língua.

A história cultural do mundo social proposta por Roger Chartier busca fazer reconsiderações dos acontecimentos e fenômenos históricos a partir das noções de representações e práticas sociais fundamentais para complementar e articular a cultura e o mundo. Em *A História Cultural: Entre práticas e representações*, Chartier (1990) discorre sobre o conceito de cultura retomando Geertz:

O conceito de cultura ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida. (CHARTIER 1990, p. 66-67).

Diante do exposto por Chartier (1990), podemos dizer que a cultura está condicionada por uma representação ideológica em situação comunicativa na interação social que revela também questões de poder e de luta, econômica e

histórica. Assim, o autor conceitua cultura como prática social e propõe que seu estudo aborde duas categorias: representação e apropriação.

Dessa forma, ao abordarmos as questões relativas à religiosidade e ao regionalismo, atemo-nos à noção mencionada por Chartier (1988) em que a representação é posta como instrumento teórico-metodológico de análise da história cultural. Assim, o autor afirma:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1988, 17).

O autor ainda destaca que “as representações são sempre determinadas pelo interesse dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1988, p. 17). Diante disso, a concepção de representação atua como instrumento teórico-metodológico que apreende em campo histórico particular a internalização simbólica entre os indivíduos e seus representantes e apreende as lutas pelo poder e pela dominação entre grupos, estruturadas com base em relações externas objetivas produzidas em determinado campo social. Assim, por meio da representação é possível “ver uma coisa ausente” instituída a partir da “exibição de uma presença”. O autor considera esse conceito superior ao de mentalidade.

A apropriação visa a uma história social das interpretações por meio das determinações sociais, institucionais e culturais produzidas nas práticas sociais “[...] práticas que, pluralmente, contraditoriamente dão significado ao mundo”

(CHARTIER, 1988, p. 27). A articulação entre o mundo do texto literário e o mundo do sujeito é capaz de refletir com a apropriação do discurso as maneiras como os aspectos históricos e culturais afetam o leitor e conduzem para a compreensão do contexto histórico, de identidade e de religiosidade encontradas nas narrativas. Conforme apontam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 127), o contexto pode ser linguístico e não linguístico. Assim os autores se manifestam:

[...] o contexto não linguístico, o contexto estrito (ou micro) faz sobressair, por exemplo, o quadro espaciotemporal e a situação social local nos quais a troca comunicativa, seus participantes (número, características, status, papéis, e a relação que mantém entre si), o tipo de atividade e as regras que a regem [...]. Enfocado de forma abrangente, o contexto (nível macro) faz sobressair o aspecto institucional último será o conjunto do mundo físico, e o quadro institucional último será o conjunto do mundo social.

Logo, é válido dizer que o contexto se caracteriza pela situação histórico-social em que o texto é produzido, pois leva-se em consideração a produção humana, ou seja, as produções realizadas durante ato discursivo de comunicação. Com isso, o contexto social considera elementos e manifestações da realidade dos envolvidos na interação discursiva.

## **Representação e apropriação em Mia Couto e Guimarães Rosa**

### **O beijo da palavrinha**

O texto de Mia Couto, *O beijo da palavrinha*, traz a história de Maria Poeirinha. Passa-se em um ambiente familiar, cujos parentes mais próximos, destacados na narrativa, são: seu irmão, Zeca Zonzo, e seu tio, Zé Litorâneo. A relação entre representação e apropriação ocorre por meio tanto da linguagem verbal quanto da linguagem não verbal.

De forma lúdica e que explora a estética, o texto apresenta imagens que remetem à pintura – mostradas por meio de telas –, que contam uma história e acabam por reproduzir uma realidade sociocultural moçambicana. Dessa forma, as imagens atuam de modo a destacar apontamentos ideológicos e culturais do contexto moçambicano.

O leitor pode ter diferentes formas de experiências representativas durante a leitura, pois a obra permite que sejam feitas leituras de formas isoladas tanto



das imagens/pinturas quanto do texto escrito. Também é possível fazer, leitura ambivalente a partir de ambas as linguagens, em que a linguagem verbal e a não verbal se potencializam mutuamente. Além disso, ocorre outra forma de leitura, na qual em que sejam confrontas as linguagens, em oposição, sem que haja prejuízo de compreensão. Portanto, o leitor tem a liberdade de dar o tom da sua leitura pela possibilidade de construção de novas maneiras de ver, absorver e posicionar-se no mundo das palavras a partir de cada nova experiência (BASTAZIN, 2018).

Dessa maneira, as linguagens artísticas – literatura e pintura – articulam-se no texto literário e complementam-se para a construção de sentido. As imagens da ilustradora moçambicana Malangatana Ngwenya são autônomas e repercutem a temática do livro, dialogando intensamente com a palavra poética do também moçambicano Mia Couto. Barbieri e Vilela (2018, p. 94) afirmam que “na junção entre as águas dos rios (as palavras) e as águas dos mares (as imagens) é que os encontros se dão, é que as relações acontecem. A foz, o encontro do rio com o mar, é o livro ilustrado, onde a imagem e a palavra se encontram e se misturam”.

Ao final da narrativa, os quadros constituem uma totalidade, um conjunto de telas que explicitam a africanidade na cultura moçambicana, mostrada para o mundo, representando a identidade de um povo, seja por meio das peculiaridades languageiras, seja por meio das peculiaridades regionalistas. Por isso, Bastazin (2018, p. 76) afirma que

Palavra e imagem – enquanto objeto sonoro, visual e tátil – entram em interação sem exigir necessariamente vínculos de significado. Se, de um lado, elas podem relacionar-se para ampliar um possível significado, de outro, elas podem também dizer suas diferenças, suscitando relações de complementariedade ou mesmo oposição. A obra infantil se oferece como experiência de ampliação de perspectivas, como universo sem fronteiras, como imaginário aberto às possibilidades de uma mente plástica em permanente transformação.

No cruzamento das linguagens artísticas, a imagem constitui-se um elemento supremo de composição da linguagem literária, ela tem o poder de expressar e de condensar a imaginação humana. O leitor apropria-se das imagens ao longo da leitura e, no decorrer da leitura, elas transmitem mundos possíveis dentro de sua própria origem.

Calvino (2010) também afirma que as imagens são carregadas de significado, permitindo ao leitor apropriar-se do mundo da personagem, além de vivenciar o que ela está sentindo. Com isso, a apropriação da imagem possibilita a expansão da compreensão a ponto de explodir, produzindo outras imagens que, antes,

estavam ocultas, “forma-se um campo de analogias, simetrias e contraposições” (CALVINO, 2010, p.104).

As imagens provocam, por meio da representação, conhecimento ou reconhecimento de elementos culturais e ideológicos da sociedade moçambicana, ou seja, várias vozes discursivas estão representadas em tais imagens: o colonizador, o colonizado, a pobreza social e outras, embora sejam abordadas com leveza poética. Ao tratar da morte de Poeirinha, por exemplo remete-se à ruptura e à liberdade. Dessa maneira, a linguagem literária e as imagens facilitam a representação e a apropriação do mundo a partir de uma percepção visual, dando margem a uma percepção dialética.

Maria Poeirinha era uma menina que não conhecia o mar, mas que sonhava em conhecê-lo; sonhava em converter-se em água e ser a princesa de um livro em que arrastava um manto feito de redemoinhos, remendos e retalhos. As vozes polifônicas apontam diversas questões do contexto moçambicano.

O mar representa não só o passado de Moçambique, pois foi por ele que os colonizadores chegaram, mas também a renovação, já que as águas lavam fragmentos de uma realidade sangrenta, que ocorreu durante os conflitos internos. Além disso, o mar representa a cura para Maria Poeirinha. Ele é o caminho para o infinito, é representação de determinadas ações, como a exploração do mundo sem obrigatoriedade, apenas pela necessidade de adaptar-se e equilibrar-se.

A representação permite um encontro estético-literário realizado por meio da linguagem verbal, em discurso literário, e que, aos poucos, conduz o leitor a um mundo imagético, em que Zeca Zonzo faz o seu contorno. Ele é o irmão da menina e tem o rótulo de ser desprovido de juízo. No entanto, talvez por essa razão, ele é quem tem a clarividência de apresentar o mar a Poeirinha, além do olhar comum da mediocridade.

Podemos afirmar que ele salva Maria Poeirinha, pois ela tem o prazer de conhecer o mar da forma mais inusitada, particular e íntima possível: adentrado nas suas peculiaridades e nos seus meandros. Assim, Zeca Zonzo possibilita que, junto com ela, o leitor construa outro olhar e desenvolva outra compreensão de mundo. Ele estabelece a representação e a apropriação com os demais elementos da vida, de forma espontânea. Por isso, é uma atividade espontânea. Bastazin (2018, p. 77) afirma que

A linearidade temporal e a definição objetiva dos espaços físicos abandonaram há muito as páginas infantis. Os olhos, antes de decodificarem palavras, passeiam pela espacialidade que sustenta a ilustração. Linhas, cores e texturas criam movimento e não importa, necessariamente, o que vem antes ou depois: o traço ou a cor, a palavra ou o desenho;

mesmo porque, muitas vezes, a própria palavra assume uma forma que lhe atribui novas significações.

Nesse momento, o leitor é transportado para dentro do enredo a fim de acompanhar as ações que se desencadearão antes da morte de Poeirinha. O menino pega papel e caneta, e, com “letra gorda”, escreve a palavra MAR. Logo em seguida, passa o dedo da irmã sobre a letra M, que é feita de “vagas, líquidas linhas que sobem e descem”, conversando e procurando fazê-la sentir o mar por meio da palavra MAR. Ali, a letra M representa as ondas do mar, em um momento de cumplicidade, sensibilidade, solidariedade e muita imaginação entre os dois. Com muita sensibilidade e sutileza, Couto (2008, p. 14-16) cria uma narrativa poética em que uma palavra tão pequena assume, por meio das letras que a compõem, um sentido grandioso e assim narra:

– Vou-lhe mostrar o mar, maninha. Todos pensaram que ele iria desenhar o oceano. Que iria azular o papel e no meio da cor iria pintar uns peixes. E o Sol em cima, como vela de bolo de aniversário. Mas não. Zonzo apenas rabiscou com letra gorda a palavra ‘mar’. Apenas isso: a palavra inteira e por extenso Diante do espanto de todos, a menina conseguiu vislumbrar o mar, e, conforme as palavras do mano Zonzo, “se afogou numa palavrinha”.

Com a apropriação da palavra “mar”, a criança explora seus sentimentos, emoções, bem como o mundo exterior por meio das percepções representadas pela palavra em questão. As situações do mundo real nem sempre oportunizam a exploração dos sentimentos ou o exame das reações emocionais da mesma forma que a fantasia de uma situação lúdica, que se abre com a apropriação e afasta procedimentos desgastados pela razão.

A narrativa aponta que “a palavra escrita tem lugar marcado na representação de um universo que integra uma cultura de tradição oral e formas diversas de escrita” (MACEDO & MAQUÊA, 2007, p.68-68). A leveza da infância é retomada pelas descobertas de um mundo novo e, ao mesmo tempo, pela dor e pelo sofrimento. O enredo mostra-nos a aproximação com a linguagem cinematográfica: close, imagens panorâmicas, ponto de vista de cima para baixo ou ao seu reverso, técnica de cortes inerentes à montagem cinematográfica, acelerando o tempo narrativo, voltando ao passado ou resumindo um evento em verdadeiras metáforas. Esses elementos da linguagem cinematográfica enfatizam a leveza do imaginário na infância.

Essa aproximação com a linguagem cinematográfica possibilita que haja um encaminhamento para o desfecho da narrativa. A “desrazão” de Zeca Zonzo

consegue guiar os dedos da irmã para a leitura de um mundo por ela desconhecido, que vai sendo construído aos poucos pela relação tátil com o papel, no qual a palavra está escrita, “Zeca Zonzo levantou os dedos da irmã e soprou neles como se corrigisse algum defeito e os ensinasse a decifrar a lisa brancura do papel” (COUTO, 2008, p. 18).

O que se vê é uma sequência da narrativa em que há a construção de um momento mágico e de apropriação de um mundo a fazer sentido. Assim, a palavra MAR, por meio das letras: M, A, R, ganha força imagética de uma realidade ideogramática das ondas, da gaivota e da rocha que se distinguem e são apreciadas pelos dedos da menina. A letra A é uma gaivota pousada nela própria e, por fim, resta que os dedos da menina se magoem “no ‘R’ duro, rugoso, com suas ásperas arestas”.

A imagem torna-se realidade para a menina, que se salva ao fazer a representação do mar por meio das ondas, da gaivota e da rocha. Do mesmo modo, a linguagem imagética – fotográfica e cinematográfica – concretiza a escrita de Zeca Zonzo aproximando o mundo representado. A imagem fotográfica em diálogo com o texto literário destaca a visibilidade do novo mundo. Essa compreensão da imagem-quadro ajuda no entendimento; texto e imagem caminham juntos para a construção de sentido, com as percepções imagéticas e literárias unidas.

O conto de Mia Couto apresenta a possibilidade que a personagem tem de conhecer e sentir o mar mesmo estando longe dele. Assim, as imagens em conjunto com o texto incentivam o acesso ao conhecimento, a elaboração de sentimentos e o desenvolvimento humano por meio da literatura e da relação interartes.

Dessa maneira, a personagem Maria Poeirinha consegue, por meio da representação e da apropriação da palavra MAR, sentir e desapegar-se da vida. De forma lúdica, a personagem morre. Com isso, a literatura possibilita que o leitor, ao se confrontar com a narrativa, se posicione diante do que foi exposto, manifestando-se perante a interpretação do mundo olhada pelo escritor, mas que é percebida, imaginada e sentida pelo outro.

## **A menina de lá**

O encantamento a que Guimarães Rosa nos expõe desde o título do conto já está centrado no poder das palavras. Ele as explora à exaustão, por meio das escolhas lexicais manifestadas em componentes alegóricos, carregados de simbologia e que brotam de uma semântica particular, de um mundo individualizado, mas, ao mesmo tempo, de uma polissemia latente, mirada e atingida. Assim, o texto nos permite concomitantemente apontar um problema social e a poesia que revela uma faceta da infância do sertão nordestino.

Dentro de uma literatura que mais insiste em imitar a criar, com uma elaborada linguagem regionalista, Guimarães Rosa traz à tona a similaridade pela diferença. Nesse sentido, ele pensa o igual como diferente e, embora pareça paradoxal, distingue produzir semelhança de reproduzir. Há uma performance de pensamento visível com base na expressividade da construção de seu texto.

Quando nos envolvemos com a leitura, criamos um jeito novo de sentir o texto. A presença do corpo é inevitável, pois ele interage com o texto e está ansioso por novas experiências e descobertas. As emoções afloram quanto mais avançamos e adentramos nos labirintos da narrativa. Sentimos sinestesticamente o conto porque ele é real, descreve pessoas reais. Dessa forma, Rosa, com toda a sua genialidade, desmonta a realidade indiferente, arrogante e esnobe e a reconstitui com alteridade, empatia e compaixão.

A representação e a apropriação se dão por meio da linguagem verbal. Já no começo do conto, é possível destacar a representação na leitura do título – a menina de lá, que nos coloca em um lugar de contraposição –, cá, aqui. No decorrer do conto, vamos nos aproximando dessa menina e criamos uma relação com ela. Dessa forma, percebem-se as apropriações próprias do texto de Rosa. O pai e a mãe da menina não têm nome próprio, mas são identificados por Pai e Mãe, com iniciais maiúsculas, o que confere um ar de pessoalidade. A menina dá características aos seus pais: Mãe – menina grande e o Pai – menino pidão.

A menina, ao contrário, recebe no nascimento o nome de Maria, embora seja mais conhecida por Nhinhinha – um nome com diminutivo, o que remete à condição física da menina marcada por fragilidade e delicadeza. Não por acaso, nhê, nhê, nhê é fala, fala, fala em tupi-guarani. Além dessa menção à cultura indígena, existem outras, tais como o prato de folha, a marcação de tempo por meio dos elementos da natureza, bem como o passar vagaroso do tempo, sem o atropelamento das horas motivado pela correria dos grandes centros urbanos onde se sugere que o tempo anda mais rápido e acelerado.

A comunicação com Nhinhinha é custosa; na contramão da fala, há uma relação de diálogo desafiadora. Os pais agem como crianças em início de vida, e a protagonista é colocada como a detentora de um saber construído em tão poucos anos de vida: surpreende com seus neologismos e enche de autoridade a sua existência, apropriação natural da própria condição de vida dos nordestinos. “O sertanejo, é antes de tudo, um forte”<sup>3</sup>

Nhinhinha mais observa que fala, atitude comum aos sábios e aos pensadores. De repente, em meio àquela condição de vida tão previsível, determinista e sem novidades, começa a adivinhar acontecimentos próximos, e isso se torna

---

3 Famosa frase do livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha

o que não se entende, o que não se consegue explicar senão pela presença do fantástico, do sagrado e, porque não acrescentar, do religioso, do místico. Em um primeiro momento, podemos nos indagar: Nhinhinha é uma santa ou uma bruxa? Fica um suspense: “Está trabalhando um feitiço...” (ROSA, 2001, p.69).

Entretanto, a partir das pistas dos seus gestos e das poucas palavras que solta, percebemos um deslocamento da menina para um não lugar. Dessa forma, ela descola-se de um pertencimento familiar natural: nem está no mundo infantil, e nem se encaixa no mundo adulto. É um ser símbolo/representação de sacralidade e de religiosidade e, não há explicação para o que ela faz acontecer, até que recebe o status de santa, alto grau que se alcança no sertão por quem adivinha chuva e cura doentes: “A Mãe, que a olhava com estarecida fé, sarou-se então, num minuto” (ROSA, 2001, p.70). E tão importante quanto tudo dito, é que a menina sabe que a sua passagem pela Terra é efêmera. Os puros de coração vivem pouco.

A leitura do conto abre vezes às sensações, pois há uma estética que joga com o dito e o não dito. Podemos criar afeto, memória e saberes a partir de Nhinhinha. Olhamos para ela e deixamos que ela também nos olhe. Dados do real se entrelaçam com a fantasia e o imaginário, e essa percepção é um estado de arte que ocorre por meio da experiência. As lacunas deixadas por Rosa permitem que o leitor, formando-se como sujeito, faça a sua parte no processo de construção da leitura e complete esses espaços de acordo com a sua forma particular de perceber o mundo. Por isso, Bastazin (2018, p. 72) afirma que

[...] é tempo de enfrentarmos com determinação que a arte não pode e não deve correr o risco de ser relegada a uma importância menor, complementar e opcional no processo de formação humana. A prática do literário – como produção de leitura – é um caminho essencial para a formação do indivíduo; é um território de exploração necessária para abrir espaços à produção do prazer e do conhecimento.

Contamos histórias para justificar a nossa presença na Terra, para explicar o indizível e o que simplesmente se sente, elas são um sobrevoo na sociedade. Precisamos entrar no mundo do outro para aprender a entendê-los: o mundo e o outro. Só tomamos posse desse conhecimento pela compreensão. Quando entramos em contato com a história do outro, deixamos de sentir a nós mesmos e passamos a sentir as dores do outro – empatia e alteridade.

Nesse sentido, Bastazin (2018, p. 75, grifos da autora) afirma que “o ato de leitura ou, ainda, de manusear o livro representa um momento de encontro com o outro e de satisfação, seja pela curiosidade, seja pelas descobertas que envolvem esse momento mágico”. Essa experiência de literatura é possível por meio da arte na/pela linguagem. Sobre isso, a autora ainda afirma:

[...] falar em língua é lidar com identidade e compartilhamento sociocultural, a partir de um sistema predeterminado e convencional; falar em linguagem é expandir território, é pensar e viver da universalidade das potências expressivas do ser; é ultrapassar fronteiras, considerar semelhanças e respeitar e usufruir diferenças. Discutir o literário é enfrentar e viver no território da diversidade e aprender a expandir-se no contexto desses valores: movimentar-se na leitura do literário é fecundar a capacidade de (re)descobrir-se no percurso da vida, de aprender com a linguagem a mobilidade do olhar e a plasticidade de que é feita a nossa mente (BASTAZIN, 2018, p. 72).

A arte pode colocar o leitor em crise. Quem lê e abandona-se na leitura está suscetível a passar por um momento conflituoso, uma vez que emerge um cenário crítico em que são produzidas imagens mentais a partir do desencadeamento de ações descritas. Isso dá um ar de verossimilhança aos atos e fatos narrados e contribui para que o leitor dê vida ao conto. Nesse momento, esse interlocutor é o diretor do filme montado com base na sua criação imagética mental permeada das fantasias que rondam o seu pensamento. Quando ocorre esse processo, é inevitável ao leitor não criar intimidade ou, pelo menos, se envolver com a trama.

Em decorrência de todo esse processo, esbarramos em uma situação difícil, em que incertezas são geradas, e é necessário que o sujeito responda com reflexão, posicionamentos e mudanças com base no experimentado. Crise vem do grego e significa ruptura, o que pode ensejar uma ideia de romper com o passado, de dar uma pausa para, em seguida, trilharem-se novos caminhos, com novas perspectivas. Isso requer que aconteçam profundas mudanças e alterações do status quo. Após ler um texto em que o sujeito se ponha em crise – porque, sim, a arte proporciona esse estado – o leitor sai transformado em seu estado de espírito, metamorfoseado em suas ideias, e é provável que problematizações e questões sejam suscitadas em seu diálogo particular, de forma que fiquem em xeque as certezas de suas (in)verdades.

## **Considerações finais**

O espaço literário está aberto à diversidade. Não há fronteiras e, nele, cria-se um campo tanto para o inventivo quanto para o universal. Por isso, ao confrontarmos as duas histórias, podemos observar que tratamos de duas Marias: a Maria Poeirinha e a Maria mais conhecida como Nhininha. Maria é um nome comum e, como representação religiosa, simboliza a Virgem Maria, a Mãe de Jesus Cristo. Maria é uma mulher pura, casta, sem pecado original e que

viveu para fazer o bem. Isso se encaixa perfeitamente ao caráter das primeiras Marias – representação e apropriação.

A relação entre literatura e imagem ocorre de forma muito estreita, a ponto poder dizer que “as ilustrações abandonaram o modesto papel de ficar a serviço do que relatam as palavras e passaram a constituir um outro texto, de natureza visual, que estabelece interação com o verbal. Assim, ambos se tornaram igualmente fundamentais no livro para crianças” (CADEMARTORI, 2009, p. 51). As imagens convidam, desafiam e conduzem o leitor a leituras inusitadas por meio da linguagem imagética, visando à reprodução de estratégias visuais do contexto sócio-histórico no qual está inserida a narrativa. Desse modo, o leitor é levado a uma representação de mundo.

Na música Pais e filhos, de Renato Russo, gravada pela banda Legião Urbana, há um trecho que diz assim: “Meu filho vai ter nome de santo, quero o nome mais bonito”. É muito comum, nos países colonizados por Portugal, em que a primeira cultura difundida maciçamente foi a lusa, que as tradições do colonizador prevaleçam. Com isso, a fé que domina é a católico-cristã. Por essa razão, o nome de batismo deve estar ligado a um nome de santo para dar boa sorte, proteção e bênção.

Em ambas as histórias, aqueles que são aparentemente vulneráveis acabam sendo os mais fortes ou mais inteligentes. Nhinhinha mostra-se assim do começo ao fim do conto. Outro exemplo é Zeca Zonzo, em *O beijo da palavrinha*, que chega a ser descrito como desprovido de juízo, cabeça no ar e com ideias que voavam como balões em fim de festa. No entanto, ele é quem consegue apresentar a Poeirinha o mar. É por meio da sinestesia que as letras despertam; pela decomposição da palavra, Poeirinha consegue ter uma experiência com o mar não por meio de imagens, mas pelo jogo de signos, significados e significantes usados por Zeca.

Nhinhinha, assim como Poeirinha, é uma menina de lá, de outro lugar, que não desse mundo. Por isso, ambas acabam indo embora mais cedo. Elas vêm para ensinar mais que aprender. Nesse ponto, saltam aos olhos a mística e a religiosidade, elementos presentes nas narrativas que se cruzam com o regionalismo característicos dos autores das histórias. Essas meninas são uma linha tênue entre a sabedoria, a tolerância e a compaixão e a pureza, a delicadeza e a fragilidade.

Por fim, as duas narrativas acontecem no aconchego familiar, lugar de pertencimento, onde, até nós, leitores, acabamos nos sentindo também da família. Estamos lá juntos com todos os demais, pois o lar é o grande ninho de acolhimento em que se passam as histórias. Nesse local, elas se desenvolvem, ganham corpo e significado. E, dessa forma, demonstramos como estão presentes nas histórias mencionadas a representação e a apropriação.



## Referências

- BARBIERI, Stela; VILELA, Fernando. Desencontros da palavra com a imagem. In: NAVAS, Diana; CARDOSO, Elizabeth; BASTAZIN, Vera (orgs.). Literatura e ensino: territórios em diálogo. São Paulo: EDUC: Capes, 2018. p. 91-102.
- BASTAZIN, Vera. Da mobilidade do olhar à plasticidade das ideias: uma trilha pela literatura infantil. In: NAVAS, Diana; CARDOSO, Elizabeth; BASTAZIN, Vera (orgs.). Literatura e ensino: territórios em diálogo. São Paulo: EDUC: Capes, 2018. p. 69-80.
- CADEMARTORI, Ligia. Para não aborrecer Alice: a ilustração no livro infantil. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (Orgs.). Literatura infantil: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 79-90.
- CALVINO, Italo. Seis propostas para o próximo milênio. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. Para uma Nova Análise do Discurso. In: CARNEIRO, A.D. (Org.) O Discurso da Mídia. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.
- CHARTIER, Roger. Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Trad. Maria de Lourdes Mierelles Matêncio. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2003.
- COUTO, Mia. O Beijo da Palavrinha. Ilustração de Malangatana. Rio de Janeiro: Língua Geral Editores, 2006.
- GENETTE, Gérard. Paratextos editoriais. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.
- HERNÁNDEZ, Fernando. Catadores da cultura visual: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. O contexto da obra literária. 1, ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. Termos chave da análise do discurso. Uberlândia: Editora UFMG. 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.
- ROSA, João Guimarães. Primeiras Estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

# Representações de D. Pedro II nas charges e caricaturas de seu tempo

Lidia Lerbach de Souza<sup>1</sup>

## Introdução

A arte da caricatura é muito mais antiga do que se pensa. Segundo Herman Lima (1963), é anterior ao próprio homem, pois antes da criação, Deus já fizera a primeira caricatura: o diabo. Para castigar sua rebeldia, Lúcifer fora expulso do céu e transfigurado de anjo em demônio, com asas de morcego, chifres de touro, língua de serpente, pés de cabra, garras de macaco e rabo de leão. A figura do diabo, sendo uma distorção da imagem do anjo, é a sua caricatura.

Trata-se de uma pintura que se assemelha à poesia satírica, utilizada para vingar a dignidade ultrajada, expondo os vícios e ações dos culpados ao ridículo diante do público, tribunal do qual não dá para fugir (LIMA, 1963, p.5).

Utilizada como instrumento de crítica e análise dos costumes políticos e sociais, desde há muito tempo, a caricatura é uma arma poderosa da imprensa por seu caráter universal e autêntico. Já no século XVI, artistas italianos e franceses ilustravam, com desenhos satíricos e caricaturais, críticas a fatos políticos de seu tempo, como a derrocada do reinado de Luís XVI e Maria Antonieta, por exemplo.

---

1 Mestranda em Língua Portuguesa PUC-SP contato: lidialerbach@yahoo.com.br

Para além da crítica política momentânea, com o passar do tempo, a caricatura foi ganhando importância também como “divulgadora dos acontecimentos contemporâneos, a tal ponto que a própria História se verá forçada a recorrer a uma expressão do grotesco intencional numa charge do passado, para a exata compreensão dos homens e das coisas de seu tempo.” (LIMA, 1963, p.5)

Nas palavras de Charles Baudelaire (apud Távora, 1975, p.6) , “a caricatura tem direito à atenção do historiador, do arqueólogo, dos filósofos; ela deve tomar o seu posto nos arquivos nacionais e nos registros biográficos do pensamento humano”. É possível conhecer a história de um país por meio das caricaturas, que dão conta de retratar todo um período histórico e imprimir, em suas linhas, o clima de opinião da época, que ficará registrado para a posteridade.

No Brasil, a liberdade de imprensa, a partir de 1821, favoreceu o surgimento de inúmeros jornais e panfletos. Numa época em que o analfabetismo atingia mais da metade da população, a charge e as caricaturas se tornaram ferramentas muito úteis para a veiculação de notícias e críticas sociais e políticas. O humorismo gráfico encontrou, na imprensa brasileira, uma acolhida que lhe garantiria lugar cativo por muitos anos.

As primeiras publicações , inicialmente avulsas e, posteriormente, inseridas em jornais ou revistas, , datam da década de 1830. No entanto, é na segunda metade do século XIX que a ilustração na imprensa brasileira atinge seu auge, assumindo um papel de destaque no jornalismo. (ROMUALDO, 2000, p.14)

O segundo reinado é considerado a época de ouro da caricatura brasileira. A imprensa ilustrada oitocentista, apesar da técnica ainda rudimentar da litografia, contava com grandes nomes dessa arte, como Manoel de Araújo Porto-Alegre, Angelo Agostini, Rafael Bordalo Pinheiro, Cândido Aragonês de Faria e Henrique Fleiuss, cujos trabalhos ocupam, hoje, lugar de documento histórico nos museus e livros de história do Brasil.

Os desenhos, por vezes irreverentes, por vezes mordazes, retratam eventos ocorridos à época do segundo império, mais precisamente no período de crises que já prenunciavam o declínio da monarquia. Assim sendo, D. Pedro II torna-se figura constante nas caricaturas mais populares da época, representado, nesses textos, sob o ângulo da crítica e do humor.

Os historiadores afirmam que Dom Pedro não se ofendia com as caricaturas e charges que dele se faziam. Ao contrário, divertia-se e não procurava censurar o trabalho dos caricaturistas, a despeito do que admoestavam seus conselheiros, que consideravam os desenhos um desrespeito ao imperador e diziam-lhe que acabasse com aqueles excessos.

Entretanto, o imperador, que sempre primou pela liberdade de expressão, era bastante tolerante com seus críticos, dos quais recebeu, em diversas ocasiões, caricaturas favoráveis, que reconheciam a honradez de sua conduta.

Mas se a Ângelo Agostini e seus colegas coube o mérito de registrar, sob a ótica do humor, o período mais tumultuado da monarquia, é preciso, também, que se faça justiça ao principal dos enfocados – o imperador: a liberalidade de Pedro II, sua extraordinária capacidade de entender o aspecto inteligente das críticas que lhe faziam, a sua larga visão de homem que não se utilizou do poder para impedir as irreverências contra ele cometidas. Irreverências que por vezes chegavam aos limites do atrevimento, ao apresentá-lo travestido, ou metamorfoseado em uma galinha. (TÁVORA: 1975, p.12)

## 1 Pedro II, o erudito

A biografia de Dom Pedro II é marcada por episódios dramáticos e comoventes, como sua precoce orfandade e sua infância solitária e reclusa na exclusiva preparação para assumir o cargo de imperador do Brasil – o que viria a acontecer também muito cedo, quando ele tinha apenas quatorze anos de idade. Mais tarde, o casamento sem amor, com uma princesa desconhecida, não escolhida por ele e de quem não se agradara ao conhecer pessoalmente. Nesse caso, não havia escolha, pois os casamentos da realeza eram, em verdade, acordos políticos, e não enlances românticos e felizes.

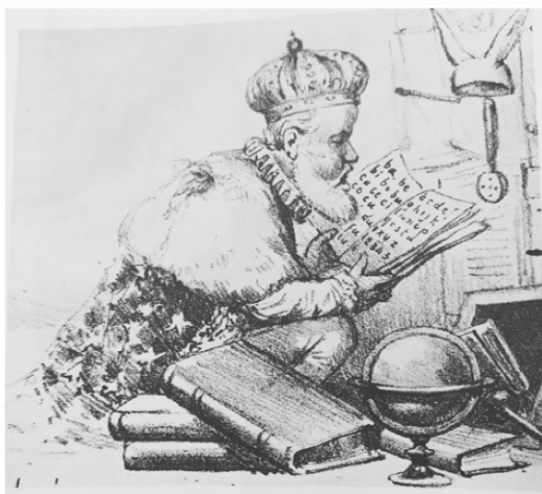
Esses e outros fatores contribuíram para a formação de um homem tímido, retraído, de gestos ponderados e com um ar de melancolia e solidão. Conforme conta Gilberto Freyre, a infância do príncipe foi solitária e triste, cheia de regras e proibições previstas num *Regulamento do Paço*, que determinava todas as suas atividades diárias, desde o acordar às sete da manhã, as refeições ao longo do dia – sempre acompanhado por um médico e uma camareira –, as lições de latim, francês, inglês, alemão, geografia, história e literatura, até a hora de se recolher, por volta das dez da noite. (FREYRE, 1987)

O rigor dessa rotina metódica de segregação e de estudos diários, sob constante vigilância, privou o príncipe de uma infância normal, de brincadeiras compartilhadas com outras crianças, até mesmo com suas duas irmãs, que também viviam no palácio, mas que via com hora marcada e restrita.

O jovem príncipe, desde muito cedo, refugiou-se nos livros, tornando-se um amante das ciências e das letras e, posteriormente, um monarca de grande erudição e muito apreço pelo conhecimento. A imagem de Pedro II ficou marcada por essa característica e, desde então, é associada a alguém estudioso, altamente letrado e amante dos livros. Em seu tempo, ele contava até mesmo

com o apreço e admiração de grandes nomes da ciência, da filosofia e das artes, como Nietzsche e Wagner.

Corroborando essa representação do monarca estudioso e erudito, não raro, Dom Pedro é retratado rodeado de livros, globos terrestres e instrumentos de pesquisa e astronomia, um de seus assuntos preferidos, como nesta ilustração da Revista Ilustrada:



O monarca aprende a ler. Em Revista Ilustrada, por Angelo Agostini

Revista Ilustrada<sup>2</sup>

Sua fama de leitor contumaz e grande incentivador da cultura e educação é, frequentemente, representada nas imagens do imperador, não apenas em fotos e quadros encomendados de grandes artistas da época, mas também em caricaturas de jornais e revistas, que o colocam, muitas vezes, nesse cenário de estudos ou de posse de um livro.

Muito dessa imagem do monarca erudito foi construída por ele mesmo, que se fazia retratar em quadros e fotos sempre rodeado de livros. Dom Pedro trabalhava para construir essa imagem e buscava fixar essa representação de si mesmo na memória coletiva.

Mas nem sempre essa sua característica era mostrada de maneira positiva. Para alguns, o imperador tinha *mania* de erudição. Muitos brasileiros não

<sup>2</sup> As charges publicadas pela Revista Ilustrada usadas neste artigo não estão com a data exata da publicação. Foram publicadas no final do séc. XIX

entendiam a paixão do imperador por estudos de linguística, arqueologia, línguas mortas e outros tantos assuntos que *nada tinham a ver* com a política ou a vida da nação (SCHWARCZ, 1998, p.419). Por isso, em vários momentos, ele é retratado como um alienado da realidade ou alguém que vive nas nuvens, como nesta charge publicada na Revista Ilustrada:



*“D. Pedro, nas nuvens, observa a distante realidade.”*

Em uma sequência de caricaturas, D. Pedro é representado lendo os seus livros – quando não estava cochilando – dentro “Carro do Estado”, uma carruagem que, nas revistas de humor, simbolizava o governo. O “carro” estava sempre atravessando caminhos íngremes, conduzido por diferentes “cocheiros” (ministros), enquanto D. Pedro, lá dentro, indiferente a tudo, está absorto em suas leituras:



**O país, acorrentado pelo famoso “projeto adiantado”, será arrastado no caminho lamacento por onde vai o carro do Estado, conduzido pelo fazendeiro Saraiva. Mas a lavoura ficará tranquila!**

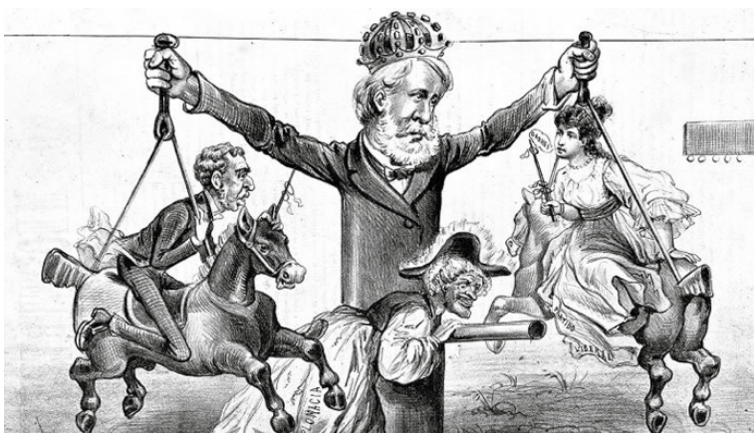


**O Carro do Estado** conduzido pelos conservadores.

Charge publicada em Revista Ilustrada por Ângelo Agostini *apud* TÁVORA, 1975

Entretanto, ele próprio, numa espécie de autobiografia, disse que eram infundados os boatos de que pretendia ser um sábio. Afirmava que tinha muito o que aprender, pois o cumprimento dos deveres não lhe dava folga para estudar como desejava, portanto, lia sempre que podia. (TÁVORA, 1975, p.22)

## 2 Pedro II e o jogo político



Caricatura publicada em "O Mequetrefe", 9/1/1878 por Cândido Aragonês de Faria

Nessa charge, o imperador é retratado como o eixo de um carrossel no qual giram cavalinhos que representam o partido liberal (identificado na barra do vestido da dama que monta o cavalo da direita) e o partido conservador, na figura do homem à esquerda. Girando o eixo do carrossel, está a “diplomacia”. Cândido Faria, nesse desenho, faz uma analogia da situação do governo naquele momento a um carrossel, em que os cavalos giram: os partidos políticos também “giravam” revezando-se no poder, num jogo político de diplomacia comandado pelo imperador.

A disputa pelo poder entre o partido liberal e o conservador instaurava, no governo, um clima de instabilidade e crise política. A fim de acalmar os ânimos e contornar as divergências, nomeavam-se ministros ora de um partido, ora de outro. Quando a situação se complicava, como aconteceu diversas vezes, o imperador dissolvia a câmara dos deputados, conforme lhe facultava a Constituição. Isso gerava um desgaste político, tornando-se assunto para dezenas de críticas nos jornais, muitas delas nas charges e caricaturas.

Exercendo o Poder Moderador, o imperador é retratado no meio dessa disputa pelo poder, sempre equilibrando a situação, esquivando-se do confronto direto com qualquer das partes. (TÁVORA, 1975, p.34). Nesta charge, Dom Pedro tenta controlar dois cães raivosos, ambos representam os liberais de um lado e os conservadores de outro. O imperador, de mato e coroa, segura as correntes e evita o confronto entre os cães:



Charge publicada em Revista Ilustrada por Ângelo Agostini



### 3 Pedro II, o itinerante

Dom Pedro viajou para muitos lugares dentro e fora do Brasil. Entre os anos de 1845 e 1860, ele percorreu diferentes regiões do país, chegando às mais longínquas províncias a fim de fortalecer a monarquia e promover a unidade nacional. (SCHWARCZ, 1998, p. 357) Por conta dessa peregrinação, o monarca afastava-se por muito tempo da corte, e os cartunistas costumavam explorar, em suas charges, esse aspecto da vida do imperador:



*No álbum de glórias,*  
por Rafael Bordalo  
Pinheiro, 1880. *in*  
SCHWARCZ, 1998, p. 364

A caricatura acima mostra D. Pedro II pronto para partir para mais uma de suas frequentes viagens, deixando de lado seu cetro e coroa. A mala que ele segura atrás das costas representa a viagem iminente, e o cetro e a coroa constituem uma metonímia do império que o monarca “abandonava” frequentemente em favor de suas viagens. Observando com atenção, de dentro da mala cai o manto imperial, vestimenta que Dom Pedro II preferia não usar, optando, com mais frequência, pelo uso de casaco e cartola.

Em 1871, ele fez sua primeira viagem internacional, o que gerou críticas e controvérsias, porque alguns ministros consideravam a viagem inoportuna, devido à crise que se avizinhava sobre a monarquia brasileira, motivada por questões como a causa abolicionista. Não obstante, o imperador partiu em 25 de maio de 1871 rumo à Europa e ao Oriente Médio, numa viagem que durou dez meses. Foi a primeira vez que a princesa Isabel, aos 24 anos, ocupou o cargo de regente provisória.



A Grande Orquestra, publicada em 1876 na Revista *O Mosquito*, por Bordalo Pinheiro. in SCHWARCZ, 1998, p. 365

Na imagem acima, D. Pedro é retratado novamente segurando a mala de viagem. Desta vez, ele deixa sua filha, a princesa Isabel, regendo uma complicada orquestra. Sentado ao lado esquerdo da princesa, está o conde D'eu, seu esposo, virando as páginas da partitura que a princesa regente está seguindo.

Rafael Bordalo Pinheiro, grande caricaturista da geração de Agostini, chega a publicar um livreto intitulado *Apontamentos picarescos sobre a viagem do imperador do Rasilb pela Europa*, no qual ele representa com bastante sarcasmo as viagens do imperador. Na abertura da obra, que traz caricaturas e paródias de Pedro II, além de textos irônicos e recheados de humor, o artista faz a seguinte introdução:

Rasilb é uma nação florescente que se governa a si própria, mas que tem a condescendência de pagar a um imperador, para que este, a bem da administração pública, das finanças e do público desenvolvimento do paiz, estude hebraico e outras línguas mortas. Um dia S. M. o imperador do Rasilb presente que o seu povo começa a secar-se com ele e ele com seu povo. Resolve então viajar [...]

(PINHEIRO in SCHWARCZ, 1998, p. 364)

Em 1876, ele parte novamente para o exterior e, dessa vez, a viagem é mais longa, e o roteiro, mais variado: foi para os Estados Unidos – onde conheceu Thomas Edison e Grahman Bell –, Canadá, Ásia, África e Europa. O imperador, acompanhado de uma comitiva, empreendeu uma verdadeira maratona de

“volta ao mundo”, como afirma Lilian Schwarcz (1998, p. 373). O soberano tomara gosto pelas viagens e, por onde passou, fez questão de ser fotografado e retratado sempre que pôde. Consta que, dessas viagens, ele reuniu um acervo de mais de 21 mil fotografias.

Em suas viagens, Dom Pedro II abria mão dos rituais e se autodenominava um cidadão brasileiro, apenas Pedro de Alcântara. Tinha hábitos simples, usava trajes comuns – chapéu e casaca – visitava museus e escolas, como era de seu agrado, travava contato com os intelectuais que tanto admirava e impressionava, demonstrando enorme civilidade e erudição para um monarca dos trópicos.

Conforme afirma Schwarcz (1998), Dom Pedro vivia mais para a representação pública do que para si próprio; de modo que suas atitudes contêm muito de teatro e dissimulação, fazendo com que a população da corte se apropriasse dessa imagem (tratada) de um monarca sereno, sábio, impoluto. No exterior, compunha a figura do monarca cidadão, despojado de toda pompa da realeza e erudito. O monarca excursionou pela Europa, África e Oriente Médio, tendo visitado o Egito por duas vezes. Em alusão a essas viagens, foi representado como uma esfinge neste trabalho do caricaturista G. A. Roth.



## SPHINGE REPRESENTATIVA

Não fala porque não pode – ou antes porque não sabe. É para isso demasiado bronca. Trepadeiras te roam, granito!

G. A. Roth em O Diabo  
a Quatro, 29/9/1978

#### 4 Pedro II, velho e cansado

Após seu regresso ao Brasil, o monarca começa a dar sinais de cansaço e enfado com as obrigações reais. Ele, que se identificava mais como um intelectual do que como um imperador, após a temporada na Europa, onde tivera contato com grandes nomes da ciência e da cultura, via-se agora de volta à vida que não escolhera e que não teria escolhido se pudesse. Esta charge, de Ângelo Agostini, que estampou a capa de um número da Revista Ilustrada, retrata Dom Pedro cochilando com o país (metonímia do jornal) em seu colo.



**El Rey**, nosso Senhor, e amo, dorme o sono da indiferença. Os jornais que diariamente trazem os desmandos desta situação parecem produzir em Sua Majestade o efeito de um narcótico

Agostini, Ângelo. 05.02.1887. *Apud Távora, 1975*

Talvez uma das imagens mais marcantes de Dom Pedro II nas caricaturas seja a do monarca cochilando nas mais variadas situações e lugares. Ângelo Agostini assim o retratou por diversas vezes na *Revista Ilustrada*, contribuindo para uma representação do monarca cansado e displicente, velho demais para continuar ocupando o cargo de imperador da nação

Como era de seu costume e gosto, o imperador frequentava os colégios a observar as aulas e os alunos em exames; conforme ele afirmou, gostava de observar e conhecer as habilidades individuais. Mesmo nessas ocasiões, os cochilos do imperador são flagrados e deflagrados nas charges que não se fartam de ironizá-lo.



Uma sessão no Instituto Histórico.  
A. Agostini, Revista Ilustrada, 1887.

As charges da década de 1880 estão repletas dessa representação – do monarca velho e de longas barbas brancas, apesar de ainda não ter completado os sessenta anos. Várias são as marcas de sua personalidade e aparência exploradas pelos caricaturistas, como as pernas finas e a voz estridente, a capacidade de dissimulação e a mania de erudição. Entretanto, a sonolência é um aspecto que se destacava nesses desenhos. (SCHWARCZ, 1998, p.420)



É geralmente nas escolas que grande caçador vai, de preferência  
Mas aí o tempo vinga-se, deitando-lhe papoulas.  
Em Revista Ilustrada, 1887.



Distribuição dos prêmios da última exposição das Belas Artes. Em Revista Ilustrada, 1887.

Sobre as críticas que lhe faziam nesse sentido, Dom Pedro II assim justificou:

Se cochilo, é porque também fico fatigado, *homo sum*, etc., e tenho ido a conferências e outros atos depois de despachos que duraram até madrugada até duas e mais horas da manhã. Não o faço para mostrar robustez, mas porque desejei sempre animar, nessas conferências, as letras e as ciências.

(Pedro II *in* TÁVORA, 1975, p.22)

## Considerações finais

Conforme a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (1998, p.12) ressalta, qualquer história permite várias narrativas e diferentes leituras. De certo, a figura do segundo imperador do Brasil suscita diversas e controversas representações. Muitas delas podem ser vistas nos traços dos caricaturistas de seu tempo, que, munidos de seus lápis talentosos, vão colocar nas folhas de papel a interpretação que tinham do imperador e do homem Pedro II.

Por vezes bem-humoradas, por vezes cáusticas, essas imagens reúnem importantes percepções da história e refletem o clima de opinião da época. As diversas formas de representação do imperador imprimem, nesses quadros, o

ponto de vista dos jornalistas e caricaturistas do período oitocentista acerca dos fatos políticos da época.

A charge e a caricatura constituem importantes documentos históricos e culturais que registram, sob o viés humorístico, aspectos peculiares de uma personalidade ou de um fato. O humor não diminui a validade histórica desse registro, mas pode contribuir para a melhor compreensão de nossa história. Assim, analisar as charges e caricaturas produzidas em um tempo remoto propicia uma aproximação de questões que envolvem a formação da identidade e do imaginário social coletivo e individual.

## Referências

FREYRE, Gilberto. “Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical.” In FREYRE, Gilberto. *O perfil de Euclides e outros perfis*. (1944). Rio de Janeiro: Record, 1987.

LEMOS, Renato (org). *Uma história do Brasil através da caricatura*. Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.

LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo/ Edson Carlos Romualdo*. Maringá: Eduem, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TÁVORA, Araken. *Pedro II através da Caricatura*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

# Inês de Castro e algumas apropriações e representações: de camões a nossos dias

**Beatriz Teixeira Fiquer<sup>1</sup>**

## **Considerações iniciais**

Neste capítulo, abordaremos especificamente a apropriação, de acordo com o conceito de Chartier (1988), buscando verificar como, a partir de Fernão Lopes, de Camões, em *Os Lusíadas*, e de José de Anchieta, no poema “A santa Inês”, os autores apropriam-se da história de Inês de Castro<sup>2</sup> e representam-na à época e contexto do qual fazem parte. Dessa história, merece destaque, aqui, a execução de Inês e as consequências desta - como a questão de Dom Pedro tê-la coroado como rainha depois de ter sido morta há muito tempo. Também relacionado a essa morte, comentaremos a respeito da expressão ainda utilizada em nossos dias por algumas pessoas: “Agora Inês é morta”.

---

1 Pós-doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP, autora de diversos textos e do livro *Decadência portuguesa em Os Lusíadas e a recepção contemporânea do épico camoniano*. Professora. Membro do grupo de pesquisa História das Ideias Linguísticas, coordenado pela professora Dra. Leonor Lopes Fávero. Contato: biafiquer@gmail.com

2 Optamos por usar a grafia atual, adotada pela maioria das obras aqui referenciadas



Ademais, Chartier (1988), ao discorrer sobre a apropriação como um dos seus recursos metodológicos para a Nova História Cultural, apresenta também, como um desses recursos, a representação, que, para a História das Ideias Linguísticas, possibilita compreender o funcionamento de uma sociedade, ou mesmo “definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo” (CHARTIER, 1988, p.23)

Partimos, então, de Fernão Lopes, que embora não tenha sido o único cronista do reino – tampouco o único a narrar os fatos ocorridos com o rei Dom Pedro I de Portugal – é o mais referenciado dessa época, valoroso e reconhecido por seus escritos. Em seguida, veremos como Camões e, posteriormente, José de Anchieta irão se apropriar dessa narrativa para representar suas realidades, seus momentos histórico-sociais uma vez que

No ponto de articulação entre o mundo e o texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria de leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 1988, p. 24).

Assim, a apropriação, na História das Ideias Linguísticas, “tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” (CHARTIER, 1988, p. 26).

Entretanto, é necessário dizer também que:

A análise sociológica e histórica sobre a forma como Chartier construiu seus conceitos de representação, prática e apropriação, nos mostra que esse autor interiorizou de forma decisiva as noções de habitus e campo. Tanto do ponto de vista de elaboração dos conceitos, como para a construção da função e das condições de aplicabilidade dos mesmos enquanto instrumentos teórico-metodológicos de análise da história cultural. Neste contexto, o autor revelou-se consciente da não pretensão de fazer de tais esquemas, nem uma teoria acabada do conhecimento sobre tais conceitos, nem uma teoria histórica geral e universal de determinado sistema social. (PACHECO, 2005, p.5)

O apontado por Pacheco (2005) sobre as pretensões de Chartier, permitiu a este autor tecer a seguinte consideração: “as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes)” (CHARTIER, 1991, p.178). Ou seja, Camões, em sua epopeia, e

José de Anchieta, no poema aqui escolhido, são não só leitores e conhecedores da história de Inês de Castro, mas também aqueles que se apropriam do texto/contexto do outro para que, com uma ressignificação, construam o seu texto, que terá outros leitores – Os Lusíadas, por exemplo, é um livro que tem tiragem até os dias atuais e, portanto, leitores desde a sua primeira edição.

Dessa forma, considerando que a apropriação “visa a uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p.181) e que “voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido” (CHARTIER, 1991, p.181), passaremos a falar sobre a história de Inês de Castro.

## **1. A história de Inês de Castro por Fernão Lopes**

Chamado de “pai da História Nacional” em Portugal, Fernão Lopes (1380? – 1460)<sup>3</sup> foi escrivão e é considerado o maior cronista português, afinal registrou, por mais de 20 anos, a história de seu país, desde a primeira dinastia de Borgonha até a dinastia de Avis – reinado de D. João I.

Nada se sabe sobre sua formação, mas é conhecido o seu percurso profissional, que ganha destaque em 1418, quando foi nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, isto é, o responsável pelo arquivo Régio, em Lisboa, cargo de confiança da corte. Entre 1419 e 1433, foi secretário de D. João I, o primeiro rei da segunda dinastia real. Em “1454 foi reformado do cargo de guarda-mor do Tombo, devido à sua idade, segundo reza o documento respectivo. Ainda vivia em 1459.” (SARAIVA, 2001, p.121)

Dessa forma, Fernão Lopes foi aquele que teve a incumbência de registrar a história dos reis portugueses de outrora, chegando até nós:

*Crônica de El-Rei D. Pedro, Crônica de El-Rei D. Fernando, Crônica de El-Rei D. João, 1ª parte (que trata do interregno entre a morte de D. Fernando e a eleição de D. João), Crônica de El-Rei D. João, 2ª parte*

---

3 Consoante Saraiva (2001, p. 121), “Fernão Lopes deve ter nascido entre 1380 e 1390, visto que em 1418 já ocupava funções públicas de responsabilidade. Pertence, portanto, à geração seguinte àquela que se bateu no cerco de Lisboa e em Aljubarrota. A guerra com Castela só acabou em 1411. Fernão Lopes pôde ainda acompanhar a sua última fase, e conhecer pessoalmente alguns de seus protagonistas, como Dom João I, Nuno Álvares Pereira”

(que abrange o reinado de D. João I até à paz com Castela em 1411) e, ainda, provavelmente, inacabadas, as crônicas dos reis de Portugal, desde o governo de D. Henrique, até Dom Afonso IV, inclusive. (SARAIVA, 2001, p.122)

De seus textos, interessam-nos as passagens em que fala sobre Inês de Castro, como em *Crônica de El-Rei D. Pedro*, quando aponta, já no capítulo I, que esse rei:

não quiz casar: depois da morte de Dona Ignez, em sendo infante, nem depois que reinou, lhe prove receber mulher; mas houve amigas com que dormiu, e de nenhuma houve filhos, salvo de uma dona, natural de Galliza, que chamaram Dona Thereza, que pariu um filho que houve nome Dom João, que foi mestre de Aviz em Portugal e depois rei. (LOPES, 1895, p. 6)

Informação essa que retoma no Capítulo XIII :

Vós ouvistes, no primeiro capitulo d'esta historia, como depois da morte de Dona Ignez, ei-rei sendo infante, nunca mais quiz casar, nem depois que reinou quiz receber mulher, mas houve um filho de uma dona, a que chamaram Dom João. D'este moço deu el-rei cargo a Dom Nuno Freire, mestre de Christus, que o criava e tinha em seu poder, e que criando-o elle assim, sendo em idade até sete annos, veiu-se a finir o mestre de Aviz, Dom Martim do Avelal. (LOPES, 1895, p. 52).

Essa repetição dá-se em virtude do caráter histórico/documental dessas crônicas; retoma-se o já mencionado para que, capítulos depois, caso se tenha esquecido, não fique dúvida sobre o que, por que e como algo aconteceu. Daí a preocupação de Fernão Lopes em narrar devidamente, sem se preocupar com as retomadas, com repetições, ou seja, em capítulos depois, redigir, novamente e da mesma forma, algo como já o dissera anteriormente.

Ainda sobre Inês de Castro, nessa mesma crônica, o capítulo final é intitulado “Como foi trasladada Dona Ignez para o mosteiro de Alcobaça, e da morte d’el-rei Dom Pedro”, iniciado por Fernão Lopes (1895, p. 53-54) da seguinte forma:

Porque semelhante amor, qual el-rei Dom Pedro houve a Dona Ignez, raramente é achado em alguma pessoa, porém disseram os antigos que nenhum é tão verdadeiramente achado, como aquelle cuja morte não tira da memoria o grande espaço do tempo. E se algum disser que muitos foram já, que tanto e mais que elle amaram, (...) responde-se

que (...) falamos d'aquelles amores que se contam e lêem nas historias, que seu fundamento teem sobre verdade.

Esse verdadeiro amor houve el-rei Dom Pedro a Dona Ignez, como se d'ella namorou sendo casado e ainda infante, de guisa que, pero d'ella no começo perdesse vista e fala, sendo alongado, como ouvistes, que é o principal azo de se perder o amor, nunca cessava de lhe enviar recados, como em seu logar tendes ouvido. Quanto depois trabalhou pela haver, e o que fez por sua morte, e quaes justiças n'aquelles que em ella foram culpados, indo contra seu juramento, bem é testemunho do que nós dizemos.

Notamos, nesse fragmento, para além do relato histórico, a existência de um dos aspectos que fazem de textos dessa natureza, produções literárias: a maneira como Fernão Lopes redige a história de Dom Pedro e Dona Inês. O cronista eleva o amor dos dois, primeiramente dizendo ser um “verdadeiro achado” dentre as histórias de amor existentes, mesmo porque ele decorre de fatos, e não de pura e mera ficção. Isso corrobora a grandiosidade do sentimento e da história amorosa posta em destaque pelo cronista, sendo ainda esse sentimento intensificado pelo que diz em seguida, ou seja, nem a morte de Inês permitiu que o então rei português a esquecesse.

Além disso, no intuito de dar a devida proporção do que quer dizer ao leitor – almejando que este último compreenda e, por que não, sinta –, Fernão Lopes segue falando da paixão que arrebatou o casal, retomando o momento em que isso aconteceu: na ocasião, Dom Pedro era casado e “ainda infante”. Essa retomada de fatos parece servir de argumento ainda para a vingança que o então rei empreendeu contra os que contribuíram direta ou indiretamente para que Inês fosse encontrada, “capturada” e morta, em sua ausência.

São essas narrativas, ao modo de Fernão Lopes, que servirão de fonte para diversos escritores e historiadores quando necessitam de informações como a que buscamos sobre Inês de Castro.

## **2. Inês de Castro em Os Lusíadas**

Conforme Figueiredo (1966, p. 160), os movimentos poéticos, novelescos e historiográficos anteriores a 1524 podem ser considerados “como uma preparação para o aparecimento de Camões, alma mais poderosamente assimiladora e criadora da Renascença portuguesa, e a mais sensível para se identificar com o

caráter nacional, com as glórias e com as dores da pátria”. As palavras do autor permitem que tenhamos o norte tomado por Camões, especificamente no que concerne ao seu poema épico *Os Lusíadas*, no qual narra os feitos gloriosos de seu povo, acrescido da história e também de outros problemas, até a decadência do império luso. Contudo, nessa obra, ele transforma a historiografia de outrora em um poema, uma narrativa épica literária que terá a mescla do real com a “ficção”, com a riqueza do imaginário, do fantasioso, do mítico, tão caros à literatura.

Embora saibamos que muitos autores tenham abordado, das mais diversas formas, o episódio de Inês de Castro, e também que

Os dados diegéticos provêm das crônicas que ao lande histórico se referem e já de algum modo efabulam em lenda lírica – *Crônica do Senhor Rei Dom Pedro*, de Fernão Lopes, *Crônica de El-Rei Dom Afonso IV*, de Rui de Pina, crônica *Manizola*, - e em especial, da crônica que terá utilizado Cristovão R. Acennheiro no século XV. Incerta é a medida em que Camões terá tido em conta os tratamentos literários que precederam *Os Lusíadas* (PEREIRA, 2011, p. 444)

O fato é que Camões se apropria da história de Inês no canto III, das estrofes 118 a 135, dando a carga poética e dramática que seu texto exige. Essa apropriação, portanto, é feita com o intuito de inserir, em sua epopeia, essa passagem histórica com a potencialidade lírica e trágica, necessária à construção de seu texto. O intuito camoniano é tecer sua narrativa “com engenho e arte”, numa mistura de ficção e fatos, como lemos nas estrofes 125 e 127<sup>4</sup>:

Para o Céu cristalino alevantando  
Com lágrimas os olhos piedosos,  
Os olhos, porque as mãos lhe estava atando  
Um dos duros ministros rigorosos;  
E depois nos meninos atentando,  
Que tão queridos tinha, e tão mimosos,  
Cuja orfandade como mãe temia,  
Para o avô cruel assim dizia:

- Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito

---

<sup>4</sup> Todas as estrofes aqui citadas de *Os Lusíadas* são da edição organizada por Emanuel Paulo Ramos, editora Porto, como consta nas referências bibliográficas

(Se de humano é matar uma donzela  
Frac a sem força, só por ter sujeito  
O coração a quem soube vencê-la)  
A estas criancinhas tem respeito,  
Pois o não tens à morte escura dela;  
Mova-te a piedade sua e minha,  
Pois te não move a culpa que não tinha.

Ao que tudo indica, historicamente, Dom Afonso não estava presente na execução de Inês, tampouco seus filhos teriam presenciado a cena, mas Camões assim a constrói, aumentando a dramaticidade e despertando sentimentos vários no leitor.

Contudo, chamamos a atenção para duas outras estrofes. Primeiramente, a 118:

Passada esta tão próspera vitória,  
Tornado Afonso à Lusitana Terra,  
A se lograr da paz com tanta glória  
Quanta soube ganhar na dura guerra,  
O caso triste e dino da memória,  
Que do sepulcro os homens desenterra,  
Aconteceu da mísera e mesquinha  
Que depois de ser morta foi Rainha.

O último verso, criado por Camões, fora assim construído, com tais palavras e com a inversão da ordem sintática, para ser um decassílabo e para que “Rainha” pudesse rimar com “mesquinha”, mantendo a oitava rima. Ou seja, Camões está unindo, mais uma vez, “engenho e arte” na construção de seu texto.

A outra estrofe é a 131:

Qual contra a linda moça Polycena,  
Consolação extrema da mãe velha,  
Porque a sombra de Aquiles a condena,  
Còo ferro o duro Pirro se aparelha;  
Mas ela os olhos com que o ar serena  
(Bem como paciente e mansa ovelha)  
Na mísera mãe postos, que endoudece,  
Ao duro sacrifício se oferece:

Após associar de Inês a Polycena<sup>5</sup>, dando a entender que a primeira fora degolada como a segunda, do plano mitológico, Camões “salta” para a “fé Cristã”, associando a amada de Dom Pedro a uma figura mais divinizada, como a ovelha oferecida em sacrifício, e todo o significado que envolve a figura desse animal nos textos bíblicos. Importante lembrar que, ao lado da mitologia grega, em meio aos conflitos dos deuses do Olimpo e ao paganismo, o vate português coloca a fé cristã dada a época em que vive e, se não o tivesse feito, seria um bom motivo para a inquisição impedir que a epopeia fosse publicada.

Assim, mais que a figura do próprio príncipe e futuro rei, o episódio leva o nome daquela que “depois de morta foi Rainha”: é Inês que fica em evidência, que discursa em defesa própria, pois Camões está preocupado com a estruturação da narrativa:

Conhecendo bem a teoria poética (...) e dominando os recursos para harmoniosamente conciliar os seus ditames com os requisitos da sua individualidade criativa, Camões atuou ciente de que os episódios deviam fazer parte da diegese e contribuir para a coesão interna da narração (...) Mas foi também que a teoria clássica de que os episódios proporcionava a conjugação dessa unidade com a variedade que devia conferir ao poema a beleza e a eficiência formativa (...) que Camões constituiu os episódios em pilares de excelente arquitetura para o dispositivo do seu poema épico – que por seu turno resultou mais polimórfico e mais denso de humanidade (...); acresce que no caso particular d’*Os Lusíadas*, os episódios serviam para contrariar os riscos de entediante alongamento da crônica rimada de toda a história pátria... (PEREIRA, 2011, p. 446).

Com as palavras de Pereira, portanto, fica evidente que Camões se apropria da história de Inês para valorizar e construir devidamente o texto desejado: grandioso e reconhecido a seu término. Representa-a dando-lhe voz, uma vez que esse episódio

cuja própria organização, correndo embora o risco de pecar pela guinada construção e pelo excessivo engenho da protagonista, se configura pelas regras consignadas pela Poética clássica; e, ao mesmo tempo que traz

---

5 Polycena: Filha do rei Príamo, irmã de Heitor e Páris, por quem Aquiles se apaixonou durante a Guerra de Troia. Exatamente por conta da guerra, o casamento não aconteceu, Aquiles foi morto e, tempos depois, seu filho Pirro, assassinou Polycena sobre o túmulo do pai, cortando-lhe a cabeça

ao poema épico um lance com aquela vibração amorosa e dramática que marca a tradição poética nacional desde a época trovadoresca, dá vida a alto exemplo do virgiliano *omnia vincit amor* (CASTRO, 2007) (...) Aliás, (...) o episódio inesiano garante a sua coerência retórica, de que o uso inspirado de tópicos e alusões clássicas é um aspecto especial (...) ((PEREIRA, 2011, p. 446)

Temos então, até o momento, a narrativa historiográfica de Fernão Lopes a respeito de Inês de Castro, bem como a apropriação e a representação camoniana da história em seu poema épico, dando-lhe voz retórica e uma carga dramática – e até lírica – maior, no intuito de redigir devidamente, com a grandiosidade pretendida, a epopeia lusitana. Veremos agora aquela que é a primeira apropriação e representação dessa história no Brasil.

### **3. Poema “Santa Inês” de Padre Jose de Anchieta**

O Padre José de Anchieta veio ao Brasil, em 1553, a fim de atuar, como jesuíta que era, na catequização dos índios. Para tal, estudou e redigiu *A Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, manuscrito entre 1553 e 1555, em São Paulo de Piratininga, além de peças de teatro e poemas que visavam sempre à catequização.

Dentre esses poemas, encontra-se “A Santa Inês”:

Cordeirinha linda,  
como folga o povo  
porque vossa vinda  
lhe dá lume novo!

Cordeirinha santa,  
de lesu querida,  
vossa santa vinda  
o diabo espanta.

Por isso vos canta,  
com prazer, o povo,  
porque vossa vinda  
lhe dá lume novo.



Nossa culpa escura  
 fugirá depressa,  
 pois vossa cabeça  
 vem com luz tão pura.

Vossa formosura  
 honra é do povo,  
 porque vossa vinda  
 lhe dá lume novo.

Virginal cabeça  
 póla fé cortada,  
 com vossa chegada,  
 já ninguém pereça.

Vinde mui depressa  
 ajudar o povo,  
 pois, com vossa vinda,  
 lhe dais lume novo.

Vós sois, cordeirinha,  
 de lesu formoso,  
 mas o vosso esposo  
 já vos fez rainha.

Também padeirinha  
 sois de nosso povo,  
 pois, como vossa vinda,  
 lhe dais lume novo.

(ANCHIETA, 1977, p. 28-29)

Notamos, mais uma vez, a apropriação e representação que se faz de Inês de Castro. Aqui, numa estrutura simples, com versos em redondilha menor e com o único intuito de catequizar – daí a simplicidade dos versos e estrutura do poema -, agora Inês é representada como santa.

Tal como Camões o fizera em seu épico, Anchieta equipara a moça à ovelha, aquela que vem para salvar todo o povo, irradiada de luz, do fogo da vida.

Na quarta estrofe, é empregado o vocábulo “cabeça”, ou seja, inicia-se a referência à decapitação da amada de Dom Pedro, o que ficará mais evidente ainda em “Virginal cabeça / póla fé cortada”. Sabemos que não foi pela fé que Inês foi

executada, mas por outras questões, principalmente políticas, tais como herança de trono etc. Todavia, Anchieta apropria-se da decapitação, representando essa execução como uma questão de fé, bem como do verso camoniano, aquela “que depois de morta foi Rainha”. No entanto, menciona-se o “seu esposo”, que a fez rainha, aludindo ao fato explícito no verso de Camões.

Óbvio é que Anchieta não se aprofunda na temática, afinal ele apenas retoma o que lhe interessa da história; apropria-se dela para poder representar a figura da “Santa Inês” e seguir com sua catequização.

## **Consideração final**

Diante do exposto, vale observar que, primeiramente, toda essa interpretação só é possível a partir do momento em que Camões e José de Anchieta se apropriam da história de Inês de Castro. Em seguida, há de se notar a importância da representação que essa apropriação passa a ter na sociedade e no tempo em que se inserem.

Em Camões, a estrutura e a construção da narrativa, em versos decassílabos e em oitava rima, direcionam o vate português sobre “o que fazer” com o que se sabe acerca do acontecimento histórico envolvendo o rei Dom Pedro I e Inês de Castro. Isso resulta não só na representação do episódio lírico dramático da epopeia camoniana, que ganhará o mundo e será retomada até os dias de hoje, mas também numa construção em que Dom Pedro – protagonista da crônica, obviamente por ser o rei e a História da época ocupar-se deles – passa seu posto de destaque a Inês, que inclusive ganha uma voz retórica quando “argumenta” para que Dom Afonso não a mate perante muitos, em especial, seus filhos.

Em seguida, José de Anchieta também se apropria do que lhe é necessário para construção de seu texto e sua finalidade – catequização indígena. No entanto, agora Inês é elevada a Santa, e continua sendo o centro da “narrativa”. Novamente, apropria-se da narrativa, - não podemos afirmar se de Camões também – para construir um poema que remete aos tempos medievais europeus (Trovadorismo) em sua estrutura, embora represente o momento da catequização, no qual, por meio de canções simples, poemas, encenações teatrais, buscava-se catequizar o índio brasileiro.

Chegamos, então, aos nossos dias, ou melhor, chega a nossos dias a expressão, como um dito popular: “Agora Inês é morta”. Dos que conhecem e ainda utilizam tal frase, no dia a dia deste século XXI, muitos não sabem sua origem. Entendem como “algo que não adianta mais”, coloquialmente: “agora já foi” ou “agora já era”, dependendo da região, mas desconhecem “quem é essa Inês”. Ou

seja, as pessoas se apropriam da frase que foi sendo proferida e aprendida e, hoje, sua representação é o que acabamos de apontar. Há quem ainda conheça a história, que a relate a outros, abrindo possibilidades de interpretação e ampliando os horizontes do conhecimento, mas esses estão, cada vez mais, em número reduzido.

De fato, como observamos, ao se utilizarem da história que envolve Inês de Castro, ou seja, ao fazerem esse “consumo cultural”, Camões, Anchieta e as pessoas na sociedade atual alteram o significado dado pela história, por Fernão Lopes, ampliando-o: do fato histórico, passando pela voz retórica do episódio camoniano e pela santa de Anchieta, até chegar a uma expressão “popular”. Ratifica também a ideia de que “mais do que um trabalho interdisciplinar — que supõe sempre uma identidade estável e distinta entre as disciplinas que firmam aliança —, é antes um recorte inédito do objeto que está proposto” (CHARTIER, 1991, p. 179), afinal não podemos negar que o modo como cada um dos escritores aqui mencionados fez uso da História, foi inédito.

Assim, tais apropriações comprovam a afirmação de Chartier (1988) de que uma abordagem reducionista, em que se toma o texto apenas por seu conteúdo semântico, “como se existisse fora dos objetos que o oferecem à decifração – o leitor – (...) como se as práticas através das quais ele se apropria do texto não fossem histórica e socialmente variáveis” (CHARTIER, 1988, p.25), ou seja, é preciso considerar o leitor da obra primeira, no caso Camões e Anchieta, bem como o contexto em que produziram suas obras para entendermos e vislumbrarmos todo o significado que têm suas composições, que extrapolam evidentemente o “conteúdo semântico”. Isso deixa evidente, portanto, que o texto não é independente, uma vez que não é possível “postular que as ideias ou formas têm um sentido intrínseco, totalmente independente da sua apropriação por um sujeito ou por um grupo de sujeitos” (CHARTIER, 1988, p.58) - o que fica claro na apropriação dos escritores aqui trabalhados, um português e um brasileiro, séculos depois da composição de Fernão Lopes, dando ao texto deste novo significado, de acordo com o contexto e com inegável ineditismo, representando momentos e espaços diferentes.

Quanto à atualidade, os que conhecem esse percurso, ou ainda a história de Inês, são privilegiados por compreender veementemente o significado de “Agora Inês é morta”. Aos muitos que infelizmente não o sabem, apraz fazê-los saber.

## Referências

- ANCHIETA, José de. A Santa Inês. In.: ANCHIETA, José de. *Poesia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1977. p. 28-29.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Organizado por Emanuel Paulo Ramos. 4. ed. Porto: Ed. Porto, 1982.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Trad. Andrea Daher e Zenir Campos Reis In: Estudos avançados. 1991.
- \_\_\_\_\_. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1988
- FIGUEIREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1966
- LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Pedro I*. Lisboa: Comércio de Portugal, 1895.
- PACHECO, Alexandre. As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu. In.: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005. p. 1 - 5.
- PEREIRA, José Carlos Seabra. Inês de Castro. In. SILVA, Vitor Aguiar e. (coord). *Dicionário de Luís de Camões*. São Paulo: Leya, 2011. p 444 – 449.
- SARAIVA, António José, LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto (Portugal): Porto, 2001.



# Um olhar sobre a representação em livros de culinária dos séculos XX e início do XXI

**Daiane Lopes da Silva<sup>1</sup>**  
**Joani Almeida dos Santos Nogueira<sup>2</sup>**

## Apreciando o menu

Neste capítulo, buscamos examinar o prefácio de obras culinárias produzidas entre os séculos XX e início do XXI. Nossa análise está voltada para cinco obras: *A ciencia no Lar Moderno* (1912), de Eulália Vaz; *A dona de casa* (1913), de “uma senhora paulista”; *A alegria de cozinhar* (1950), de Helena B. Sangirardi;

- 
- 1 Mestra em Língua Portuguesa - PUC/SP (2020). Especialista em Língua Portuguesa - PUC/SP (2018). Licenciada em Letras Português/Inglês pela Faculdade Anhanguera de Taboão da Serra – FATS (2011). Professora da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Participa do grupo de pesquisa História das Ideias Linguísticas - PUC/SP
  - 2 Mestranda em Língua Portuguesa - PUC/SP. cursando Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE. Especialista em Língua Portuguesa - PUC/SP (2018). Licenciada em Letras Português/Inglês pela Universidade Paulista - UNIP (2012). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE (2014). Técnica em Magistério pelo Colégio Edvaldo Flores - CEF/BA (2002). Participa do grupo de pesquisa História das Ideias Linguísticas - PUC/SP

*Prenda Seu Marido Cozinhando* (1964), de Dolores Botafogo e *Cozinha Prática* (2016), de Rita Lobo. Para o presente trabalho, temos, como base, o conceito de representação postulado por Chartier (1990).

Ao tomarmos os prefácios de livros de receitas culinárias como documento, ampliamos conceito de fonte, defendido por Chartier (1990). Além disso, enfatizamos o conceito de mentalidades, ligado à história do cotidiano.

A análise documental é um dos elementos mais importantes para o estudo das fontes e do contexto em que foram veiculadas. Entretanto, nas palavras de Fávero e Molina (2006, p. 28), o estudo delas deve considerar “a intransponível distância espaço-temporal entre o cenário no qual vieram as personagens que produziram as obras que constituem o objeto de estudo e o contexto em que se produz o trabalho”, ou seja, a visão do pesquisador deve levar em consideração as concepções do momento histórico analisado.

Dessarte, os livros de receitas culinárias são documentos relevantes para a nossa história, pois retratam as mudanças na sociedade ao longo dos tempos. Nesse sentido, Monteleone (2011, p.1) afirma que “os livros de cozinha têm uma história que vai além dos ingredientes e das panelas”. Assim, por meio da observação do material culinário, tem-se uma visão mais ampla da cultura da época, o que nos dá a possibilidade de fazer interpretações sobre as sociedades na sua forma de pensar e agir.

A receita culinária, considerada um gênero textual, é também um registro que, de acordo com Diniz (2013, p.43), permite interligar a cultura, o modo de vida e as características de um grupo social. Os manuais de culinária reúnem determinado número de receitas, demonstram interesses artístico-culturais, são formados por textos instrucionais e relacionam os ingredientes com o modo de preparar um prato. Os autores deixam, em seus escritos, características do seu tempo, por meio de sugestões para facilitar o cotidiano do responsável pela função, pensando em custos, em agradar quem é servido, bem como visando à saúde e ao bem-estar.

Percebe-se que, no Brasil, o ato de cozinhar foi, por muito tempo, a função das donas de casa, uma vez que o homem era o provedor, e a mulher ficava responsável por cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Os cadernos de culinária corroboram esse pensamento, pois era tradição que as mães os passassem para as filhas, de geração em geração.

No Brasil, os cadernos de culinária, ao longo da segunda metade do século XIX até os anos 70 do século XX, foram dirigidos especialmente para as mulheres, consideradas as rainhas do lar. Durante este período, era comum a passagem dos cadernos de mães para filhas, numa espécie de maçonaria das mulheres. (FREYRE, 1973 apud SANTOS, 2011, p.115).

Outro fator que comprova essa afirmação está relacionado às diversas publicações de exemplares produzidos, em sua maioria, por mulheres e direcionados exclusivamente ao público feminino. Comprova essa afirmação o prefácio das obras de culinária, nos quais é possível verificar o vocativo direcionado ao sexo feminino:

*Minhas senhoras - em A sciencia no lar moderno;*  
*As minhas leitoras - em Prenda seu marido cozinhando;*  
*Exmas. Senhoras - em A dona de casa;*  
*Bilhete às leitoras - em A alegria de cozinhar.*

Observamos que os quatro prefácios foram destinados à figura feminina, confirmando que a mulher do século XX era a responsável por cuidar do lar.

### **Menu 1912: *A sciencia no lar moderno***

O livro *A Sciencia do Lar Moderno*, de D. Eulalia Vaz, teve a primeira edição publicada em 1901. A quarta edição, objeto da nossa análise, foi publicada em 1912. A obra é descrita na capa como: “*correcta e augmentada nova collecção de receitas de doces, iguarias, petiscos e tudo o que diz respeito a arte culinaria, já conhecida pela prática da autora, um livro util e necessario as boas donas de casas*”. No prefácio, a autora trata brevemente dos deveres das donas de casa para o bem familiar e do casamento.

Minhas Senhoras

Publicando este pequeno livro, não tenho pretensão alguma senão concorrer para que o vosso lar domestico encontreis maior facilidade na confecção de mais uma novidade para a vossa meza, colhendo mais um sorriso amavel do vosso marido ou de alguma visita interessada pelos bons accepipes, ao apresentardes cada dia uma surpresa no vosso jantar, um preparado pelas vossas mãos.

Em tudo precisamos agradecer. O vosso fraco sexo precisa ter todos os predicados, infelizmente, digo, porque a maior parte dos homens vive mal por causa da desordem na casa, e, si estão de mau humor, sempre encontram com o que não existe, em falta, notam defeitos em tudo.

Portanto, apresento-lhes este modesto meio de adquirir a pratica da boa dona de casa.



(VAZ, 1912, p. 3)

A representação dá-se pela forma como D. Eulalia dirige-se ao seu público, as donas de casa, *o sexo frágil*, que necessitava de destreza na arte culinária “para que no vosso lar domestico encontrais maior confecção de mais uma novidade para a vossa meza” (VAZ, 1912, p. 3), a fim de evitar que o marido ficasse mal-humorado, e, posteriormente, provocasse problemas matrimoniais.

A sociedade desse período era voltada ao casamento ideal e a sua manutenção. Prova disso são esses manuais, que auxiliavam todas aquelas que estavam planejando se casar, bem como as que já eram casadas e procuravam aprender a tarefa de administrar um lar. A ambição feminina era fazer seu marido feliz, conforme pontua Del Priore (2014, p. 69):

Sem estudo, a maior parte das jovens investia nas “prendas domésticas”. A “moça de família” manteve-se como modelo e seus limites eram bem conhecidos, embora atitudes condenáveis variassem desde cidades grandes até pequenas, em diferentes grupos e camadas sociais. O bem-estar do marido era a medida da felicidade conjugal, e esta adiviria em consequência de um marido satisfeito. E, para tal bem-estar, qual era a fórmula? A mulher conquistava pelo coração e prendia pelo estômago.

Vaz (1912) reúne, em sua obra, práticas caseiras *para a boa dona de casa*. Para a autora, “a maior parte dos homens vive mal por causa da desordem na casa, e, se estão de mau humor, sempre encontram com o que não existe, em falta, notam defeitos em tudo.” Nesse contexto, também é evidente a preocupação com a manutenção da limpeza da cozinha e da dispensa para evitar aglomeração de pragas, o cuidado com a saúde da família – e, por conseguinte, a higiene –, o manejo dos utensílios domésticos, a preparação e a conservação dos alimentos e a atenção ao comprar produtos perecíveis, visando ao seu bom estado.

Outra característica do início do século XX relaciona-se ao cultivo do adjetivo de “boa esposa”, que deveria sempre provocar “um sorriso amável do vosso marido ou de alguma visita”. Logo, o objetivo desses manuais era aperfeiçoar e responsabilizar apenas a mulher no que diz respeito à manutenção da ordem doméstica. Assim, ela também deveria ser responsável por administrar a despesa da casa para manter sob controle os gastos, prática considerada saudável em seus lares.

Um aspecto notável dado à dona de casa é a sua referenciação, pelo uso do termo “fraco sexo”, concepção da época originada do fato de a mulher ter períodos de menstruação, de gestação e de amamentação. Conforme pontua Del Priore (2014, p.63), essas atividades exigiam um esforço fisiológico maior.

A autora analisa os argumentos dos estudos de João Passos (1913) a fim de justificar as razões de a mulher não poder trabalhar fora de casa. Com base nas conclusões de Passos, Del Priore (2014) mostra que a mulher daquele contexto era vista como fraca, e não poderia ser submetida ao regime industrialista moderno, afinal era um crime.

### **Menu 1913: A dona de casa**

No livro *A dona de casa ou a verdadeira doceria nacional*, não consta o nome da autora. Menciona-se apenas ter sido escrito *por uma senhora paulista*. Pinto (1991) afirma que a obra foi publicada em 1913, embora o exemplar não apresente data de sua publicação. O livro identifica-se como *Repertório util de receitas doces, bôlos e cremes usadas pelas famílias brasileiras*.

Exmas. Senhoras.

Vós que sois os anjos dos vossos lares, que dividis o precioso tempo com os vossos filhos e com o governo da casa, tendes constantemente o pensamento voltado para os vossos maridos que no labutar da vida levam o dia a trabalhar longe de vós, e anseiam por lhe serem agradáveis ao chegarem a casa.

Para isso não ha cousa melhor do que com as vossas graciosas mãos preparem um doce, um bôlo e logo irem ao seu encontro dizendo lhes: Não vos esqueci um só instante, e para vós esperar fiz em doce que é uma delicia, venha vér; será a nossa sobremesa de hoje. Os vossos maridos esquecerão o pezo do trabalho ficarão captivos dos vossos carinhos, nas vossas casas haverá paz, harmonia e bem estar, será um Céu aberto. Por isso Exmas. Senhoras o livro que ora vós offerecemos poderá bem se chamar a “arte da felicidade”.

(A DONA, 1913, n.p.)

Assim como A Sciencia do Lar Moderno, o prefácio do livro *A dona de casa* faz menção à mulher responsável pelo lar e pela família. Sobre essa mulher, a autora afirma: “sois os anjos dos vossos lares, que dividis o precioso tempo com os vossos filhos e com o governo da casa, tendes constantemente o pensamento voltado para os vossos maridos” (A DONA, 1913, n.p.).

Desse modo, embora a mulher tenha sido considerada a responsável pelo lar, segundo Priore (2014, p.61), ela era considerada inferior ao sexo masculino, de

acordo com a medicina. Por isso, sempre devia estar amparada por um homem, símbolo da virilidade e proteção para que, juntos, pudessem ter uma família. Ao homem era conferida a responsabilidade de ser provedor. À mulher cabia ser submissa e ser responsável pelos cuidados da casa e dos filhos.

A representação dá-se à medida que percebemos o compromisso do sexo feminino em relação à manutenção do lar, dos filhos, do marido, pois era importante que a mulher fosse alguém que sempre estivesse pronto para cozinhar e servir.

### **Menu 1950: *A alegria de cozinhar***

O livro *A alegria de cozinhar*, de Helena B. Sangirardi, publicado em 1950, tem como público-alvo as donas de casa. Na análise do prefácio da décima nona edição, pode-se inferir que se tratava de uma obra expressivamente comercializada, pois era de interesse da mulher, pelos padrões da época, ser uma boa esposa, e isso incluía a leitura de livros instrucionais que visavam a ensinar boas práticas domésticas.

#### Bilhete às leitoras

Minhas queridas amigas, aqui está, finalmente, “A Alegria da Cozinha”. Muitas de vocês, ao abrir este volume, hão-de exclamar, com carradas de razão: “já vem tarde”! De fato, há muito que venho prometendo, pelo rádio e pela imprensa, a sua publicação. Mas, se a demora foi muita, para isso contribuíram vários fatores alheios à minha vontade. Eu queria, além disso, que este livro fôsse o mais completo possível. Surgiam novas idéias e novos capítulos ou secções nasciam. O seu aparecimento, assim, ia sendo constantemente adiado. Quando pude por fim dar o trabalho como terminado, verificaram os editôres que o livro saíra grande demais. Estava quase do tamanho de um dicionário! Assim foi com grande pena que tive de cortar mais que a metade do que havia escrito. Em compreensão, o volume tornou-se mais facilmente manuseável, o que considero importante, num livro que eu desejava fosse o mais prático possível. O restante, pretendo publicar num 2º volume: o suplemento de “A Alegria de Cozinhar”. Constará esse 2º volume – além de inúmeras receitas que não aparecem no 1º - de secções pitorescas e de entretenimento, com curiosidades e informações várias, como por exemplo os capítulos: - “Brasil de Norte a Sul”, com receitas típicas de cada Estado; “Cozinha Internacional”, com 464 receitas características de 42 país, inclusive da Ásia, da África e das ilhas do Pacífico; “Alimentação Racional”, com

dados históricos, informações e tábuas completas com o valor nutritivo dos diversos alimentos; “Êles Preferem...” com resumo biográfico e entrevistas culinárias das figuras que mais se destacam nos diversos campos de atividades – na ciência, nas artes, no jornalismo, nos esportes, no rádio, no cinema, etc. e ainda uma secção de “Bebidas”, que será a mais completa até hoje publicada num livro de cozinha. Temos a certeza de que vocês receberão esse suplemento com a mesma simpatia e interesse com que irão receber o presente volume de “A Alegria de Cozinhar”. [...]

(SANGIRARDI, 1950, p. 9)

No prefácio examinado, a figura feminina apresenta outras características, em relação às obras anteriormente analisadas. No texto, Sangirardi evidencia a diversidade e a seleção de receitas, com o objetivo de facilitar a rotina da mulher.

A figura feminina é considerada mais que uma dona de casa: ela é vista como uma pessoa próxima, presente no vocativo “Minhas queridas amigas”. Embora seja alguém que continua com afazeres do lar, essa mulher tem outros interesses, como mostram as diversas temáticas que compõem o livro. Nesse sentido, a própria autora torna-se uma representante da sua leitora, que já tem um trabalho fora do ambiente doméstico. Mesmo assim, Sangirardi ainda orienta as donas de casa a prepararem as refeições e a cuidarem da casa.

O prefácio evidencia uma abordagem um pouco diferente e mais próxima de suas leitoras, mas o livro ainda se assemelha aos demais já analisados: destina-se a despertar, na esposa, o prazer de cozinhar. A mulher ideal, nesse contexto, era a que cultivava os predicados como “submissa, obediente, discreta, mulher certa. Apenas ela merecia ser a mãe dos filhos, a santa do lar doméstico”. Por isso, “vivía cercada de produtos para ajudá-la a se manter em casa: geladeiras, televisões, sabões que lavavam mais branco e chocolates solúveis”. (DEL-PRIORE, 2014, p.72)

### **Menu 1964: *Prenda seu marido cozinhando***

O livro *Prenda seu marido cozinhando*, de Dolores Botafogo, publicado em 1964, é dedicado às donas de casa. Nossa análise focaliza o prefácio da quarta edição, transcrito a seguir:

Às minhas leitoras

Em vista do grande interesse despertado pelos meus anteriores trabalhos sobre arte culinária, resolvi reunir, em nôvo livro, várias receitas, por mim selecionadas, sobre nossos pratos regionais, tão saborosos e

procurados, ajuntando-lhes o sabor picante do tempêro tipicamente brasileiro, cuja fama já ultrapassou as nossas fronteiras.

Dessa forma, apresentando às donas de casa mais uma contribuição à alegria de bem comer, espero, ao mesmo tempo, estar contribuindo para o aperfeiçoamento sempre maior dêste importante setor da economia doméstica- a cozinha.

Contando com uma vasta experiência no assunto, conforme demonstram meus livros anteriores -“Bôlos Artísticos” e Salgados, Doces e Bôlos”-, reuni, neste volume, conhecimento prático, não apenas sôbre a nossa cozinha, mas também sôbre seus acessórios. Simplifiquei as receitas de modo a encorajar a boa vontade e o entusiasmo de quem desejar executá-las. Apresento menus completos, cuja correta elaboração é sempre embaraçosa, bem como serviços de mesa, decorações, escolha de bebidas e vinhos, além de utensílios indispensáveis a uma boa apresentação culinária.

Estou certa de que o presente volume receberá de minhas leitoras e amigas a boa acolhida com que até hoje sempre me honra

(BOTAFOGO, 1964, p. 19)

Observamos que, pelo vocativo, *Às minhas leitoras*, Botafogo dedicava sua arte culinária às senhoras do lar. Ao simplificar as receitas, tornava-as práticas e acessíveis e citava que a cozinha é também um “*setor da economia doméstica*”.

Notamos que o título do livro é persuasivo, no sentido de prometer à mulher orientações para manter o casamento por meio da preparação de pratos mais elaborados que, de alguma forma, se tornaram receitas conhecidas até mesmo fora do país. Nota-se que a obra apregoa o cuidado e a responsabilidade da senhora dona de casa, que precisava ser encorajada a variar no preparo e na apresentação de pratos mais diversificados, com o intuito de ter sucesso na arte de servir.

Nesse contexto, conforme afirma Del Priore (2014, p. 238), a preocupação feminina muda. O modelo de beleza, até então o corpo mais cheio, é substituído pelo padrão magro, como o da modelo Twiggy, uma inglesa, que serviu de inspiração a inúmeras outras que a sucederam. O padrão saudável, até então associado à aparência robusta, passa a ser agora o de aspecto esguio. Embora a arte de cozinhar e servir fossem essenciais, era necessário cuidar da aparência e manter-se magra.

Sendo assim, podemos inferir que, embora o modelo ideal tenha mudado, o prefácio da obra analisada prefere manter os padrões antigos, ressaltando que a mulher devia contribuir para a alegria de comer bem, aperfeiçoar a arte de cozinhar e sempre ser encorajada a servir com perfeição.

## **Menu 2016: *Cozinha prática***

O livro *Cozinha prática*, de Rita Lobo, publicado em 2016, é direcionado a *quem quer aprender os princípios básicos da cozinha* (p.17).

Desgourmetiza, bem!

Este livro é um intensivão para quem quer aprender os princípios básicos da cozinha. Mas também pode ser encarado como uma recuperação para quem sabe fazer um risoto, mas não acerta o preparo do arroz soltinho - nem do feijão cremoso, frango grelhado com sabor, do molho de salada bem gostoso, de um bolo de banana caramelada, humm... Quer saber? Este livro é também um curso de férias para quem já é craque no manejo das panelas.

Quem acompanhou a temporada #desgourmetiza do programa Cozinha Prática no canal GNT sabe do que estou falando. Para cada um dos treze episódios, escolhi um ingrediente para investigar- teve arroz, feijão, carne-seca, mandioca, ervas frescas e até chocolate, entre outros. A partir de cada alimento, mostrei todos os métodos de cozimento (e de corte) que estão por trás de receitas básicas da mesa brasileira- você vai se surpreender com o tanto de técnicas que tem por trás de um arroz soltinho! Mas é que, quando você entende os porquês de cada preparação, aprende a cozinhar.

Por isso, adaptei métodos profissionais para ensinar passo a passo delícias como arroz de carreteiro, caldinho de feijão, picadinho de filé-mignon, suflê de espinafre, carne-seca acebolada, molho de tomate, salmão no vapor, pimentão chamuscado, almôndegas, broinha de fubá e também doces como bolinho de mandioca e coco, manjar branco, bolo de chocolate, bolo de banana caramelada, arroz-doce (sem leite condensado!), musse de chocolate branco, para citar alguns. A lista completa de receitas você encontra no sumário. Além de todas as preparações que apresentei na televisão, no livro incluí receitas extras, como salada

de macarrão com abobrinha grelhada e pesto de hortelã, vaca atolada, suflê de frango, sopa de milho e até um bom bife com molho de limão e grão-de-bico para você variar o cardápio da semana. [...]

(LOBO, 2016, p.17)

Nesse prefácio, verifica-se que a *chef* idealiza a praticidade na cozinha, fazendo um convite aos seus leitores ao referir-se a eles com o vocativo *Bem*. Assim, Lobo busca atingir um público diversificado, pois o seu livro é como um *intensivão*, destinado tanto aos principiantes, quanto àqueles que já têm certo domínio na cozinha.

A obra reúne técnicas culinárias, economia doméstica, utensílios que ela julga necessários à cozinha e receitas práticas e descomplicadas. Isso não significa não ser criativo, não comer coisas *divertidas e gostosas*. Na realidade, a *Cozinha prática* de Rita Lobo buscou adaptar os métodos profissionais ao cotidiano do brasileiro, a fim de proporcionar uma alimentação saudável e sair da linha de ultraprocessados, buscando, em suas orientações, o lema “*comida de verdade*”.

Desse modo, a autora orienta os leitores acerca de técnicas de cozimento, corte e conservação dos alimentos típicos da mesa brasileira, além de recomendações de economia doméstica “pois eu conto essas e muitas outras práticas que ajudam a poupar o nosso dinheirinho – porque comida no lixo é dinheiro jogado fora” (LOBO, 2016, p. 18). Além dessas sugestões, ela ensina a substituir alimentos industrializados por naturais livres de corante, gorduras hidrogenadas, conservantes entre outros.

Afirma Lobo que cozinhar estreita as relações familiares e mantém as tradições culturais, pois “Cozinhar é como ler e escrever, todo mundo deveria saber. E, com este livro, quem ainda não sabe ferver água para o café vai dar o primeiro passo e aprender os básicos da nossa cozinha”, (LOBO, 2016, p. 19). É de maneira simples, descontraída e principalmente descomplicada que a autora busca trazer a culinária para seu público, que não necessariamente é a mulher, mas quaisquer interessados nessa arte.

## **Fechando o pedido**

Ao concluir nosso estudo, podemos afirmar que, no século XX, a mulher era representada como a responsável pela organização e manutenção do lar. Antes do matrimônio, vivia sob a responsabilidade do pai e, após o casamento, tornava-se propriedade do marido, sempre submissa e ele. Aprendia culinária

e cuidados domésticos, essenciais a uma vida matrimonial, para viver em harmonia com seu cônjuge.

No entanto, estamos falando de uma época de pouco menos de cem anos, em que determinadas atitudes não provocavam críticas. As mulheres eram educadas para serem donas de casa, boas esposas e terem muitos filhos. O mercado editorial apostou nesse público e, por meio de livros culinários, dava instruções de como cuidar da casa e cultivar o casamento ideal para o sucesso da família perfeita.

Por intermédio desses livros, que, em um primeiro momento, são destinados à prática de preparo de refeições saborosas para o deleite do esposo, é possível perceber que, mais do que manuais de boa comida, os prefácios revelam o pensamento social da época. Nesse contexto, homens e mulheres não estavam na mesma escala, quando se trata de direitos e deveres.

A partir de meados do século XX, período de transição do pensamento social, percebem-se mudanças na forma de tratamento da relação homem e mulher, embora as ideias tradicionais ainda estivessem presentes no conceito de responsabilidade com a manutenção e ordem da casa. Isso decorre da mentalidade vigente, posto que o sexo feminino começa a ter espaço na sociedade como participante. O estereótipo de “dona do lar” começa a perder lugar para mulher “emancipada” que busca espaço no mercado de trabalho e na política, interagindo socialmente.

Nesse sentido, ser uma perfeita esposa, mãe e sucessivamente uma boa dona de casa não é mais prioridade. Em outras palavras, passa-se para uma fase de autoconhecimento e conscientização sobre os direitos civis igualitários. As mulheres conquistam a autoestima para as ações práticas e para as mudanças nos costumes, dando início a uma tomada de consciência sobre independência.

Já no século XXI, nos livros de receitas, a mulher não aparece como a responsável pelo preparo de refeições e pelos cuidados domésticos. Também não é a única leitora dessas obras. A arte de cozinhar é para qualquer interessado. Por intermédio dos prefácios dos livros de culinária, foi possível notar as mudanças de pensamento e visão de mundo entre os séculos XX e XXI.

Podemos afirmar que a representação está ligada ao fazer ou trazer para o presente um objeto ausente, relacionado ao tempo. Trata-se de um resultado de uma prática, de acordo com a percepção de mundo. Assim, esse conceito não permite o acesso à realidade em si, pois o pesquisador tem em mãos apenas vestígios históricos, que o impedem de conhecer os fatos em sua totalidade. A representação é, portanto, a retomada de um fato e, por meio de um recorte, podemos entender como uma sociedade foi organizada, com base em seus diversos grupos sociais.



Desse modo, as concepções defendidas por Chartier levaram-nos a entender que é possível, por meio dos prefácios de livros de culinária, observar a representação, pois esses materiais ou fontes são modelos destinados a determinados grupos, cumprem propósitos sociais e são variáveis de acordo com o tempo e espaço.

## Referências

- A DONA DE CASA OU A VERDADEIRA DOCERIA NACIONAL. São Paulo: Magalhães, 1913.
- BOTAFOGO, Dolores. *Prenda seu marido cozinhando*. 4. série. 3. ed. Rio de Janeiro: Científica, 1964.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- DINIZ, Raquel Cristina de Camilo. *O gênero receita culinária no século XIX na perspectiva da historiografia linguística*. Dissertação, Mestrado em Língua Portuguesa - PUC-SP, São Paulo, 2013.
- FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia Antonia Guedes. *As concepções linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- LOBO, Rita. *Cozinha Prática*. São Paulo: SENAC, 2016.
- MAKOWIECKY, Sandra. *Representação - a palavra, a ideia, a coisa*. Tese de doutorado. UFSC. 2003. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2181>> Acesso em: 28 set. 2019.
- MONTELEONE, J. *Por uma história dos livros de receita e tratados de cozinha*. Revista História da Alimentação. agosto. 2011. Disponível em: <<http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/artigos/artigo018.html>> Acesso em: 30 set. 2019.
- PINTO, Edith Pimentel. *Evolução do português nos livros de receita*. Leitura - Jornal da USP. 1991.
- SANGIRARDI, Helena B. *A alegria de cozinhar*. 19ª. ed. São Paulo: Martins, 1950.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A comida como lugar na história: *as dimensões do gosto*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011.
- VAZ, Eulália. *A scencia no lar moderno*. 4.ed. São Paulo: 1912. Disponível em: Brasileira USP Digital: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3826>.> Acesso em: 28 ago. 2019.

# O texto teatral – da escrita para a fala: a oralidade nas peças de Nelson Rodrigues

Emerson Salino<sup>1</sup>

## Considerações iniciais

O trabalho que ora se apresenta tem como tema a observação das características da língua falada, das marcas de oralidade e da apropriação–representação presentes nas peças teatrais de Nelson Rodrigues, a saber: *Valsa nº6*, *Toda nudez será castigada* e *Beijos no asfalto*<sup>2</sup>. Para fim de estudo crítico, serão destacados excertos pertinentes à pesquisa nesses três textos do autor.

Sabe-se que a modalidade escrita sempre ocupou papel fundamental entre os gramáticos e estudiosos da Língua Portuguesa. A partir do século XX, no entanto, linguistas e analistas do discurso vêm se dedicando ao estudo da língua oral e sua interferência na escrita, procurando mostrar que tanto a escrita quanto

---

1 Pós-doutorando em Língua Portuguesa – PUC-SP, pós-doutorando em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Membro do Grupo de Pesquisa de História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional da PUC-SP, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leonor Lopes Fávero. Membro de pesquisa Estudos da Linguagem para Ensino do Português (GELEP-PUCSP), coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Maria Ghiuro Passarelli. Contato: emersonsalino80@gmail.com

2 [www.oficinadeteatro.com](http://www.oficinadeteatro.com) – acesso em 30 de dez. de 2019

a fala, além de possuírem características próprias, como as normas e regras para a escrita e liberdade de se expressar por meio da fala, constituem práticas de uso.

Daí ser a língua um ponto de apoio e de emergência de consenso e dissenso, de harmonia e luta. Não importa se na modalidade escrita ou falada. Podemos observar que a construção de categoria para a reflexão teórica ou para a classificação são tanto um reflexo da linguagem como se refletem na linguagem e são sempre construídas interativamente dentro da sociedade. (MARCUSCHI, 2007, p. 35)

Por ser o teatro formado, em princípio, por um texto escrito para ser representado, o escritor já o faz determinando as marcas de oralidade que devem nortear o ator, e seu desempenho, no momento da apresentação.

Assim como na fala, no teatro, é possível a observação de turnos, estruturação tópica, marcadores conversacionais e pares adjacentes.

Apesar de o dramaturgo inserir marcas de oralidade, por meio das “rubricas” – representações indicadas pelos autores apontando as ações dos atores – ou muitas vezes pelo próprio discurso, as características da modalidade escrita da língua estão fortemente presentes permitindo diferentes apropriações linguísticas para a representação do ato. Isso se dá porque mesmo destacando a fala, o texto teatral não deixa de ser um gênero escrito, pronto para ser lido.

O teatro pode assemelhar-se ao gênero discursivo literário, no entanto esse texto caracteriza-se pela facilidade de levar ao público a leitura representada, a semelhança com o cotidiano, as angústias, as alegrias e as fantasias da sociedade, representadas do povo para o povo.

O estudo desse gênero nos direciona ao entendimento de que elementos da língua falada estão inseridos na escrita e vice-versa, contribuindo dessa forma para a melhoria da produção textual e desenvolvendo da criatividade. O texto teatral, cujas falas, de certa forma, são carregadas de elemento da coloquialidade, trabalha isso descolado da norma gramatical, buscando sempre a *gramática da oralidade*. Daí a importância do conhecimento em relação ao texto escrito e sua oralidade por meio da apropriação e representação de seus traços conversacionais e de suas modalidades linguísticas durante a apresentação de uma cena teatral.

A análise da Conversação é uma tentativa de responder à questão do tipo: como é que as pessoas se entendem ao conversar? Como sabem que estão se entendendo? Como sabem que estão agindo coordenada e cooperativamente? Como usam seus procedimentos linguísticos e outros para criar condições adequadas à compreensão mútua? Como criam, desenvolvem e resolvem conflitos interacionais? (MARCUSCHI, 2002, p 76)

É com essas informações, ou dúvidas, expostas por Marcuschi que partimos para a representação, e levantamos mais uma pergunta: *Como sabemos que as pessoas entendem o que está sendo realizado em uma apresentação teatral durante um diálogo no palco ou mesmo num monólogo?*

Tais questionamentos apontam para o fato de que a organização de um texto falado é diferente daquela de um texto escrito, assim como seus aspectos de produção.

Para Fávero:

A escrita tem sido vista como de estrutura complexa, formal e abstrata, enquanto a fala, de estrutura simples e desestruturada, informal, concreta e dependente do contexto. (FÁVERO, 2007, p. 09)

A conversação caracteriza-se relativamente de forma simétrica ou relativamente assimétrica, como relata Fávero

a- por relativamente simétrico, entende-se a conversação em que ambos os interlocutores têm o mesmo direito não só de tomar a palavra, mas também de escolher o tópico discursivo ('aquilo acerca do que está falando'), direcioná-lo, estabelecer o tempo de participação.

b- quanto ao relativamente assimétrico, ocorre um privilegiamento no que diz respeito ao uso da palavra, cabendo a um dos interlocutores começar o diálogo, conduzi-lo e, ainda, mudar o tópico. (FÁVERO, 2007, p. 15)

A conversação relativamente simétrica está atrelada ao texto decorado e representado em sua plenitude. Já a conversação relativamente assimétrica, muitas vezes, acontece, no teatro, durante uma encenação no momento em que é preciso improvisar uma fala – por esquecimento, às vezes – além de facilitada pela função fática.

Um dos principais fatores da fala e da escrita é, de fato, a conversação (que, para nós, estará relacionada ao ato de representar um texto escrito com uma encenação, dramatização).

Dentre os estudos sobre *oralidade* (Texto Falado + Texto Escrito = Conversação), poderemos destacar a estrutura da conversação de Ventola (1979). Seu modelo propõe, a partir de uma conversação espontânea:

- a. *Tópico ou assunto* – é um meio de estabelecimento e manutenção dos relacionamentos sociais, já que abre e mantém um canal de comunicação, propiciando o contato entre os participantes.
- b. *Situação* – é um encontro face a face e, embora o assunto pareça ser comum e, em alguns casos, até superficial, os participantes precisam estar atentos às atividades verbais e não-verbais, pois não somente o que está sendo falado, mas a *situação* em que se fala pode afetar a conversação.
- c. *Papéis dos participantes* – é a participação de situações sociais, somos requisitados a nos comportarmos de um modo particular numa determinada situação e de modo diferente noutra. Assim, podemos desempenhar simultaneamente vários papéis; entretanto, um dos papéis sociais imperiosamente se destaca e determina que tipo de fala devemos usar em uma situação social particular.
- d. *O modo do discurso* – é determinado pelo propósito da interação e dele decorre, por exemplo, um grau maior ou menos de formalidade. Assim, tende a ser formal um contexto em que se tem uma solicitação de emprego e informal uma conversa entre dois adolescentes no pátio da escola.
- e. *O meio* – é a explicação que este corresponde ao canal de comunicação pelo qual a mensagem é transmitida oralmente, seja face a face, via telefone, internet, no palco etc.

## **A estruturação do texto falado: o teatro**

No teatro, durante uma encenação, os níveis de estruturação do texto falado devem ser bem definidos.

Segundo Fávero, a conversação se organiza em:

- a. *Local* – a conversação se estabelece por meio de turnos (produção de um falante enquanto ele está com a palavra) em que os interlocutores se alternam e desenvolvem suas falas um após o outro, podendo haver momentos de hesitação, sobreposição e assalto ao turno.
- b. *Global* – Ao mesmo tempo em que a organização local ocorre, a formulação textual obedece a certas normas de organização global,

sobretudo no que diz respeito à condução do tópico discursivo.”  
(FÁVERO, 2007, p. 22-23)

Em “a” podemos observar que existe uma condição conversacional, pois surge uma dependência durante o diálogo, como se ele acontecesse em perguntas e respostas, e cada qual falasse por sua vez – o que no teatro pode ser chamado de “deixas”.

Observemos um trecho do ato fina da peça *Toda Nudez Será Castigada*.

(Súbito, Geni cai de joelho e beija os pés de Herculano)  
Herculano – (desesperado) – Mas o que é isso? Não faça isso!  
Geni – (ainda de joelhos) – Gostou?  
Herculano – Não tem sentido. Levanta, levanta!  
Geni – (meiga) Dorme comigo?

O texto acima constrói-se por meio do diálogo entre *Geni e Herculano*, sem que um “atrolepe” o outro.

Em “b”, o tópico discursivo se interrompe e dá espaço para uma leitura mais ampla. No teatro, o nível global passa a ser programado pelo autor, porém, na conversação espontânea, ele acontece livremente em uma conversa.

Agora observemos outra cena do texto *Toda Nudez Será Castigada*:

(Primeiro Ato)

Herculano – (Atônito) – Quem é você?  
Geni – Você melhorou?  
Herculano – Que lugar é esse?  
Geni – Você está na Laura.  
Herculano – Quer dizer que... E como vim parar aqui?  
Geni – Não se lembra?  
Herculano – Você é a...?  
Geni – Geni!

Como se pode notar, o texto apresenta um diálogo totalmente descon-  
textualizado, entretanto, pelo global do texto, podemos chegar às conclusões  
necessárias para que se entenda todo o contexto que a cena exige daquele que,  
está assistindo a ela, ou ao menos o propósito da conversação descrita.

## O teatro: relação texto – encenação

A arte da encenação depende principalmente do desempenho dos atores ao relacionarem-se com seus personagens, e até mesmo com o público. O que implica dizer que uma apresentação feita ontem pode ser bem diferente de outra que se faz hoje e ainda mais distinta de uma que se fará amanhã.

Com isso, abre-se um abismo entre o texto – que pode ser objeto de uma leitura poética infinita –, e o que pertence à encenação, isso sem considerar a intervenção direta ou indireta dos espectadores. Nesse caso, o texto e a encenação devem estar aliados por mais que apresentem funções paralelas para à da literatura. Mais que isso, o teatro apresenta um papel fundamental na cultura social cuja relação com a produção nunca é abolida.

A primeira atitude possível é a atitude clássica ‘intelectual’ ou pseudo-intelectual que privilegia o texto e vê na representação apenas a expressão e a tradução do texto literário. A tarefa do diretor consistiria, pois, em ‘traduzir para uma outra língua’ um texto, com a obrigação de ser-lhe ‘fiel’ ao máximo. Tal suponha a idéia de equivalência semântica entre o texto escrito e sua representação; só mudaria a ‘matéria da expressão’(...) Enquanto o conteúdo e forma da expressão permanecem idênticos ao passar do sistema de signos-texto para signos-representação. (UNDERFELD, 2005, p. 03)

O que podemos identificar, nesse caso, é que os atores constituem uma pluralidade de sentidos que vai além do conjunto textual, ultrapassando a própria mensagem do texto escrito. Essas mensagens, durante a encenação, podem ser apagadas, alteradas ou ampliadas, pois, mesmo que um ator “disse” o texto inteiro, o espectador não o ouviria na íntegra, pois boa parte das informações seria apagada.

Podemos definir assim:

<b>teatro = conjunto de signos textuais + conjunto de signos encenados</b>
--

Dependendo do modo de escrita e de apresentação, a coincidência dos dois conjuntos será mais ou menos estreita, constituindo um meio interessante para estabelecer a distinção entre os diferentes tipos de relações texto-encenação.

## Distinção entre Texto e Encenação

A oralidade é tema fundamental dentro do teatro, pois relacionamos o texto teatral escrito à língua falada, seguindo para encenação.

Texto escrito da peça *Toda nudez será castigada*:

Selminha – Mas entra, papai, entra.

Aprígio – Selminha, escuta. Minha filha, o táxi está esperando.

Selminha – Despede o chofer!

Aprígio – Escuta!

Selminha – (para dentro) – Dália! Dália! (para o pai) Eu fico zangada (para dentro) Dália!

Aprígio – (angustiado) – Outro dia...Prometo. Outro dia.

Selminha – Não senhor”

Texto encenado (transcrição feita a partir de gravações de uma encenação amadora)

Selminha – Nossa!!! Entra pai!

Aprígio – Não posso, o táxi está a minha espera.

Selminha – Mande ele ir.

Aprígio – Chame-a.

Selminha – Dália! Dália! Ande logo antes que me zangue... Dália!

Aprígio – Deixe outro dia eu volto.

Selminha – Não senhor.

## Signos verbais e signos não-verbais

A teatralidade nada mais é que o teatro menos o texto, é uma densidade de sensações que se constrói em cena a partir do argumento escrito. Por mais que essa definição pareça confusa, “o texto seria, então, uma simples prática escritural passível de uma leitura ‘literária’, enquanto a teatralidade seria o atributo da representação”. Ubersfeld (2005) ainda afirma:

- a. O texto de teatro está presente no interior da representação sob a forma de voz, tem uma dupla existência: primeiro precede a representação, em seguida a acompanha.
- b. Em compensação, é verdade que sempre se pode ler um texto de teatro como não teatro, que não há nada num texto de teatro que não impeça



de lê-lo como um romance, de ver, nos diálogos, diálogos de romance, nas didascálias, descrições; sempre se pode romancear uma peça como se pode teatralizar um romance... (UBERSFELD, 2005, p.05)

O teatro traz características fundamentais em sua formação:

- a. A matéria usada para ser expressa é linguística (a da encenação é múltipla, verbal ou não-verbal);
- b. Ele se diz diacronicamente, de acordo com a leitura linear, em oposição ao caráter sincrônico dos signos da encenação.

Não obstante, o trabalho sobre o texto pressupõe uma reciprocidade tanto dos signos linguísticos (o trabalho escrito pelo autor) como dos não linguísticos (encenação).

**apropriação = ator + texto**

**representação = autor + encenação + público**

É evidente que, como todo texto literário, e mais ainda, o texto teatral é “lacunar”, e assim, *encenação* inscreve-se nas lacunas do texto do autor e determina a apropriação, tanto por parte dos atores quanto do público, e também a representação que este faz da ideia apresentada pelo autor em seu espetáculo.

Podemos não saber nada sobre a vida das personagens ao iniciar uma cena, nem conhecer a situação contextual, todavia é possível o entendimento daquilo a que se assiste, pelo decorrer da encenação. Isso acontece, por exemplo, no primeiro ato da peça *Toda nudez será castigada*. Nessa cena, sem narração prévia, duas personagens aparecem no palco. Como chegaram ali? O que faziam antes? Por que se encontraram naquele momento? Todas essas perguntas são suscitadas por conta das lacunas deixadas no texto pelo autor. Malgrado as lacunas, será a própria encenação que dará ao espectador respostas a elas.

Vejamos o trecho citado:

*(Herculano chega em casa. Tem um certo cansaço feliz)*

*Herculano – (gritando) – Geni! Geni!*

*(Aparece a criada)*

*Nazaré – Veio mais cedo Dr. Herculano?*

*Herculano – Nazaré, cadê D. Geni?*

*Nazaré – Saiu.*

Herculano – Mas eu avisei! Telefonei do aeroporto dizendo que já podia tirar o jantar.  
Nazaré – Pois é.  
Herculano – Foi onde?  
Nazaré – Não disse.  
Herculano – (entre espantado e divertido) – Que piada!  
Nazaré – Ah, mandou entregar isso ao senhor.  
(Ao mesmo tempo, Nazaré apanha em cima do móvel um embrulho.)  
Herculano – (falando à criada) – Estou com uma fome danada! É um caso sério! Mas o que é?  
Nazaré – Isso aqui.  
Herculano – (recebendo o embrulho) – E, nem ao menos, deixou recado? (Herculano, intrigadíssimo, abre o embrulho.)”

É preciso notar:

1. que o texto teatral, se não é uma linguagem autônoma, é passível de análise como qualquer outro objeto de código linguístico de acordo com:
  - a) as regras da linguística,
  - b) o processo de comunicação, já que tem incontestavelmente um emissor.
2. que a representação teatral é um conjunto de signos de natureza diversa que depende, se não totalmente, pelo menos parcialmente, de um processo de comunicação, uma vez que comporta uma série complexa de emissores, uma série de mensagens e um receptor múltiplo, mas situado num mesmo lugar.

No entanto, em meio a esses códigos linguísticos, de alguma forma, é necessário apontar o papel do discurso teatral, pois os limites são extremos e, perguntamo-nos: até que ponto ele precisa ser compreendido? O que se deve saber para apreciá-lo? E as respostas podem ser: *Lembrar que o texto teatral funciona duplamente como*

- a. conjunto de signos fônicos emitidos no discurso dessa representação;
- b. conjunto de signos linguísticos, cuja matéria da expressão é diversificada.

## O discurso teatral e seus enunciados

Bakhtin (2003) define *enunciado* como unidade discursiva da comunicação. O enunciado constitui uma situação nova, um evento singular e não recorrente do discurso. O enunciado surge interdiscursivamente numa relação de simultaneidade, por isso ele, não pode um ser primeiro, nem último, em relação a outro, uma vez que já é resposta a outros.

Mais que qualquer outro, o texto de teatro é rigorosamente dependente de suas condições de enunciação.

A prática do teatro confere à fala suas condições concretas de existência. “Ler” o discurso teatral é falar da representação, reconstituir imaginariamente as condições de enunciação, as únicas que permitem promover o sentido. Esta é a perspectiva e o interesse da proposta de Stanislavski<sup>3</sup>, levada, às vezes, às raias do abuso: imaginar o ser vivo portador das falas teatrais e as condições de enunciação, psíquicas e materiais, de tais falas.

No interior do texto teatral, deparamo-nos com dois tipos de atores e de formas de atuar diferentes: uma que tem, como sujeito imediato da enunciação, o autor e que compreende a totalidade das didascálias (indicações cênicas, nomes de lugares, nomes de personagens) e outra que investe o conjunto do diálogo (inclusive os “monólogos”), e tem, como sujeito mediato da enunciação, uma personagem. É com este último subconjunto de signos linguísticos que se relaciona uma linguística da fala, como podemos notar, a seguir, na forma usada por um ator em um monólogo. Observemos o trecho do monólogo *Valsa nº 6*:

(vira-se, feroz, para a plateia e interpela o mesmo cavalheiro) Então, como é que o senhor não usa duas faces?

---

3 Em primeiro lugar, o Sistema apresenta-se como um treinamento para atores que independe de uma estética concebida enquanto obra artística. Ele é composto por uma série de elementos que funcionam como ferramentas para a leitura de um material dramaturgico. Como Stanislavski costuma dizer, o Sistema configura-se como uma “gramática do ator”, que lhe proporciona um aprendizado para a interpretação de uma peça ou personagem. O Sistema tem por qualidade provocar uma contínua busca do ator. Outro ponto a ser destacado é que, por meio dos elementos do Sistema, Stanislavski situa o teatro no campo da ação. Valorizando o caráter prático e improvisacional dos estudos cênicos, o Sistema fornece condições para uma criação espontânea e autêntica, que não se ancora no mimetismo de modelos de atuação ou na reprodução de clichês. <https://www.macunaima.com.br/blog/o-sistema-stanislavski/> (acesso em 8/8/2020)

(ri) Vamos salvar a menina, Dr.?  
(informativa) Agora, o médico vai aplicar a injeção intramuscular, indolor... Região glútea...  
(jogo de cena necessário e faz a aplicação) Pimba!  
(para a plateia) Sedol. Calmante daqui. Efeito rápido. Tiro e queda.  
(andando com a teórica perna de pau) Agora, a doente vai dormir.  
(mãe, melíflua) Tomara, doutor!  
(imitação de velho) Deus é grande, he, he, Deus é grande!  
(imita, agora, o pai, retorcendo a ponta de um bigode) Agora, ela vai ficar sozinha! Todo mundo pra fora do quarto! Já.  
(muda de tom) Sônia!  
(angústia) o único nome de mulher, que eu guardei. Todos os outros desapareceram de minha vida.

Nesse trecho, podemos perceber que um único ator encena a presença de todas as personagens em cena, utilizando, para isso, a modalização vocal – alterando a oralidade de acordo com características pessoais de cada personagem; e, para tanto as marcas de sua oralidade além das entonações de voz e das gesticulações exigirão uma instantaneidade cênica, auxiliando a compreensão do público quanto ao ato apresentado.

A oralidade varia, então, de acordo com “a personagem” vivida pelo único ator da peça. Assim:

*(vira-se, feroz, para a plateia e interpela o mesmo cavalheiro) Então, como é que o senhor não usa duas faces? – **fala do PAI***  
*(ri) Vamos salvar a menina, Dr.? – **fala da MÃE***  
*(informativa) Agora, o médico vai aplicar a injeção intramuscular, indolor... Região glútea... – **fala do MÉDICO IDOSO – DR JUNQUEIRA***  
*(jogo de cena necessário e faz a aplicação) Pimba! – **fala da ADOLESCENTE – SÔNIA***  
*(para a plateia) Sedol. Calmante daqui. Efeito rápido. Tiro e queda. – **fala do MÉDICO IDOSO – DR JUNQUEIRA***  
*(andando com a teórica perna de pau) Agora, a doente vai dormir. (mãe, melíflua) Tomara, doutor! – **fala da MÃE***  
*(imitação de velho) Deus é grande, he, he, Deus é grande! – **fala do MÉDICO IDOSO – DR JUNQUEIRA***  
*(imita, agora, o pai, retorcendo a ponta de um bigode) Agora, ela vai ficar sozinha! Todo mundo pra fora do quarto! Já. – **fala do PAI***  
*(muda de tom) Sônia! – **fala da ADOLESCENTE – SÔNIA***

*(angústia) o único nome de mulher, que eu guardei. Todos os outros desapareceram de minha vida. – fala da ADOLESCENTE – SÔNIA*

Assim, o conjunto do discurso expresso pelo texto teatral é constituído de dois subconjuntos:

- a) um discurso enunciado, cujos destinador é o autor;
- b) um discurso enunciado, cujo locutor é a personagem.

A fala se dá de diversos enunciadores representados por um único ator que define as diferentes interpretações construindo o discurso de formas múltiplas e levando o expectador a um entendimento por meio da enunciação provida das personagens por ele representada, isso torna o discurso, de forma geral significativo para a cena que segue.

A teoria do discurso está intimamente ligada à questão da constituição do sujeito social. Se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isto resulta em uma consideração fundamental: os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos. (PINTO, 1989, p.25)

## **Marcadores conversacionais de alguns trechos das peças**

Marcadores conversacionais são que ajudam elementos que ajudam a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado. Funcionam como articuladores não só nas unidades cognitivo-informativas do texto como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra as condições de produção de texto. (URBANO, 1993, p. 86)

Há diferentes recurso para aprimorar a encenação do texto teatral, isto é, passar do texto escrito para a oralidade. Um deles são os marcadores de conversação, diretamente ligados ao teatro, principalmente pelo fato de que a fala utilizada pelo ator tem a função direta de transmitir entendimento ao espectador presente.

A fala apresenta importantes elementos pragmáticos e não pragmáticos, que chamaremos aqui de *linguísticos* e *não linguísticos*.

Os marcadores linguísticos são representados por palavras, expressões estereotipadas e interjeições, que auxiliam a expressividade da fala e até mesmo por entonação de voz, pausas, alongamentos das palavras etc. Os marcadores

não linguísticos são risos, olhares, suspiros entre outros. Tudo que nos remete a uma informação.

Atenhamo-nos ao trecho da obra *O beijo no asfalto*, e percebamos os marcadores linguísticos e não linguísticos dados, pelo autor, aos atores:

2º ato

(Casa de Selminha. A pequena, de costas, aparece entretida numa ocupação caseira. Dália, já de saída, surge com uma maleta. Vai deixar a casa)

Dália – Estou pronta!

Selminha – (com espanto) – Já vai?

Dália – (que já pousou a mala no chão) – Diz o número do táxi? (Selminha está com quimono por cima da camisola)

Selminha – Escuta, Dália!

Dália – (para si mesma) – 28-31... Como, Selminha? 43?

Selminha – (ralhando) – Deixa de ser espírito de porco!

Dália – com uma afetação de infantilidade, batendo com o pé) – Meu Deus, como é o número?

Selminha – (puxando-a pelo braço) – Vem cá. Arandir me pediu. Escuta, Dália.

Dália – Que coisa chata.

Selminha – Ouve. Arandir me pediu pra falar. Dália, escuta. E mandou dizer. Se ele chegar, logo mais, você não estiver aqui, ouve: – ele corta relações contigo.

Dália – (começando) – Cha....

Selminha – Escuta. Dália, escuta. Troca de mal contigo.

Podemos observar que as rubricas (informações do autor encontradas entre parênteses) correspondem, nesse caso, aos marcadores não linguísticos, pois eles oferecem aos atores informações a serem transmitidas por estes ao público, por meio de atitudes e expressões não verbais; já nas falas, a entonação dada a elas, entre outros aspectos, é considerada marcador linguístico:

a) não linguísticos:

**(Casa de Selminha. A pequena, de costas, aparece entretida numa ocupação caseira. Dália, já de saída, surge com uma maleta. Vai deixar a casa)**

**Dália – Estou pronta!**

**Selminha – (com espanto) – Já vai?**

**Dália – (que já pousou a mala no chão) – Diz o número do táxi? (Selminha está com quimono por cima da camisola)**

Selminha – Escuta, Dália!

Dália – (**para si mesma**) – 28-31... Como, Selminha? 43?

Selminha – (**ralhando**) – Deixa de ser espírito de porco!

Dália – (**com uma afetação de infantilidade, batendo com o pé**) – Meu Deus, como é o número?

Selminha – (**puxando-a pelo braço**) – Vem cá. Arandir me pediu. Escuta, Dália.

Dália – Que coisa chata.

Selminha – Ouve. Arandir me pediu pra falar. Dália, escuta. E mandou dizer.

Se ele chegar, logo mais, você não estiver aqui, ouve: – ele corta relações contigo.

Dália – (**começando**) – Cha....

Selminha – Escuta. Dália, escuta. Troca de mal contigo.

b) linguísticos:

(Casa de Selminha. A pequena, de costas, aparece entretida numa ocupação caseira. Dália, já de saída, surge com uma maleta. Vai deixar a casa)

Dália – Estou pronta!

Selminha – (com espanto) – Já vai?!

Dália – (que já pousou a mala no chão) – Diz o número do táxi? (Selminha está com quimono por cima da camisola)

Selminha – **Escuta, Dália!**

Dália – (**para si mesma**) – 28-31... Como, Selminha? 43?

Selminha – (**ralhando**) – Deixa de ser espírito de porco!

Dália – **com uma afetação de infantilidade, batendo com o pé**) – **Meu Deus**, como é o número?

Selminha – (**puxando-a pelo braço**) – **Vem cá. Arandir me pediu. Escuta, Dália.**

Dália – **Que coisa chata.**

Selminha – **Ouve. Arandir me pediu pra falar. Dália, escuta. E mandou dizer.**

Se ele chegar, logo mais, você não estiver aqui, **ouve**: – ele corta relações contigo.

Dália – (**começando**) – **Cha....**

Selminha – **Escuta. Dália, escuta. Troca de mal contigo.**

## Consideração final

Nelson Rodrigues, ao produzir o seu texto, sua orientação é apresentar ao público uma realidade cotidiana, tanto que ele trabalha com *a vida como ela é*, fazendo com que as pessoas percebam a ideia de que há uma apropriação real da vida para a fantasia/verossimilhança, dentro do teatro, permitindo, assim,

que o ator, ao encenar, propicie ao público carregar consigo uma representação daquilo que viu, tirando suas próprias conclusões. pois não é fechado o teatro de Nelson Rodrigues; é de seu interesse que o teatro seja aberto a múltiplas interpretações. Para isso, ele se utiliza da oralidade e de marcadores de oralidade por meio dos enunciados e dos discursos para se aproximar do leitor, do espectador de suas peças.

Ele próprio se define, segundo Castro (2008):

Eu sou um perplexo diante das coisas que faço e diante das frases que digo. Porque realmente todas essas frases vêm embebidas de sangue vivo. Eu não trapaceio. A minha grande e real virtude é não trapacear. Não sou moedeiro falso. E tenho realmente todas as coragens que meu texto de ocasião exija. (CASTRO, 2008, p.37)

## Referências

- BAKTHIN, M. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 307-335. [6] Brandão, H. H. N. Gêneros do discurso e formas de
- CASTRO, Ruy. *Anjo Pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. 2. ed. São Paulo: companhia das Letras. 2008
- FÁVERO, L. Lopes. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- MARCUSCHI, L. Antônio. *Da fala a escrita*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola. 2008
- PINTO, C. R. J. *Com a palavra o senhor Presidente Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- URBANO, H. Marcadores conversacionais. In; PRETI, D. *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USO. 1993.
- UBERSFELD, Anne. (Tradução; José Simões) *Para ler o Teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2005





# O discurso de valorização das línguas indígenas em prólogos de artes de gramática missionárias

Cristiano Silva Jesuita<sup>1</sup>

## Introdução

O continente europeu assiste, entre os séculos XV e XVI, ao processo de gramatização<sup>2</sup> e dicionarização das línguas nacionais (Cf. AUROUX, 2009). A produção de gramáticas e dicionários, nesse período, obedece, em grande medida, a imperativos políticos, econômicos e religiosos, entre eles, o movimento de consolidação do Estado Nação, o imperialismo ibérico – cuja célebre frase de Nebrija, *siempre la lengua fue compañera del império*, é o maior exemplo – e a contrarreforma da Igreja católica.

A partir do século XV, o castelhano Elio Antônio de Nebrija (1492), o italiano Alberti (1437) e o francês Barton (1409) colocam em regra as línguas

---

1 Doutor em Língua Portuguesa PUC-SP e membro do Grupo de Pesquisa História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e identidade nacional da PUC-SP, coordenado pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leonor Lopes Fávero. Contato: cjesuita81@hotmail.com

2 A gramatização é, de acordo com Auroux (2009), o processo que possibilitou descrever e instrumentalizar as línguas ao redor do mundo a partir da tradição linguística greco-latina.

espanhola, italiana e francesa, respectivamente. No século seguinte, Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540) gramatizam a língua portuguesa.

Ainda de acordo com Auroux (2009), o processo de gramatização dos vernáculos europeus é contemporâneo do processo de descrição das línguas de outros continentes e das línguas nativas da América. No continente americano, segundo o levantamento de Viñaza (1977), o franciscano Andrés de Olmos, em 1547, escreve a *Arte de la lengua Mexicana*, o dominicano Domingo de Santo Tomás publica, em 1560, a *Grammatica o Arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru* e, ainda no século XVI, o jesuíta José de Anchieta publica a *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, a primeira gramática sobre uma língua indígena do Brasil (1595)<sup>3</sup>.

O trabalho de descrição linguística dos vernáculos europeus trouxe consigo um crescente discurso de valorização das línguas nacionais. Como reflexo desse movimento, no continente americano, os missionários começaram a construir um discurso de valorização das línguas ameríndias que descreviam. Por conta disso, observamos que se por um lado, os prólogos de artes de gramática, vocabulários e confessionários produzidos pelos religiosos enfatizam, muitas vezes, a dificuldade e a estranheza das línguas nativas, por outro, constroem um discurso de valorização dessas mesmas línguas.

## 1. O discurso de valorização dos vernáculos europeus

Na Europa do século XIV, Dante, com o seu *De vulgari eloquentia*, coloca os termos da *questione della lingua* e define o vulgar como uma língua digna de cultura e literatura. No século XV (1492), Elio Antônio de Nebrija publica a primeira gramática sobre um vernáculo moderno e abre o caminho para um longo processo de produção de gramáticas e dicionários (Cf. AUROUX, 2009).

A partir desse momento, um movimento de defesa e ilustração das línguas nacionais percorre o continente europeu. Em Portugal, João de Barros, no

---

3 Na América Anglo-Saxônica, a gramatização das línguas indígenas conheceu um considerável atraso se a compararmos com a gramatização das línguas indígenas da América Latina. Os primeiros trabalhos publicados em inglês sobre as línguas indígenas da América do Norte só começam a aparecer no século XVII. Segundo Auroux (2009, p. 57, nota 39), os primeiros trabalhos sobre as línguas indígenas da América do Norte foram *A key into the language of America*, trabalho sobre a língua narraganset, publicado em Londres, em 1643, de R. Willimson, fundador da colônia de Rhode Island e a *The Indian grammar begun*, sobre a língua massachusetts, de J. Elliot, publicado em 1666.

*Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540)<sup>4</sup>, propõe uma hierarquia para os vernáculos europeus. A língua portuguesa estaria à frente das outras por sua proximidade com a língua latina e, na sequência, pela nobreza, riqueza vocabular e elegância, apareceriam as línguas espanhola, italiana e francesa.

FILHO – Qual destas [línguas] há por melhor e mais elegante?

PAI – A que se mais conforma com a latina, assim em vocábulos como na ortografia. E nesta parte muita vantagem tem a italiana e espanhol à francesa, e, destas duas a que se escreve como se fala, e que menos consoantes leva perdida. E, nesta ortografia, a espanhol vence a italiana; e mais, têm entre si os genoveses, que não é terra da tramontana nem transalpina (como eles dizem), mas uma parte da frol de Itália, os quais, de bárbara, não podem escrever sua linguagem e o que escrevem é em toscano ou em latim corrupto.

FILHO – Pois muitos dizem que a língua espanhol é desfalecida de vocábulos e que, quanta vantagem tem a italiana à castelhana, tanto excede esta a portuguesa, e que em seu respeito se pode chamar elegante. (BARROS, 2007 [1540], pp. 46-47).

Pero Magalhães de Gândavo, em 1574, escreve o *Diálogo em defesa da língua portuguesa*. Nele Gândavo coloca frente a frente o castelhano Falêncio e o português Petrônio. Todo o diálogo gira em torno da questão da nobreza e riqueza vocabular da língua portuguesa.

A proximidade com a língua latina é o argumento utilizado por Falêncio para demonstrar a superioridade da língua castelhana:

Falêncio – Pues, señor Petronio, ya que con el artificio de vuestras razones quereis ahogar, y confundir las mías, y piensais quedar vencedor, y triunfar de mi opinión: ahora os quiero probar en cómo la nuestra lengua es más propincua al latín que la vuestra [...]

---

4 Como declara Buescu na introdução ao trabalho de Barros (1971, p. XX), o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* é parte de um conjunto de textos que “manifesta mais claramente a intenção e o pendor pedagógico e formativo de João de Barros”. O corpus pedagógico de João de Barros é formado pela *Cartinha para aprender a ler, com os mandamentos da santa madre igreja* (1539), *Gramática da língua portuguesa* (1540) e *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540) e *diálogo da viçosa vergonha* (1540).

Pues como la lengua latina sea madre de las otras lenguas, y más copiosa y excelente de todas cuantas hay (como sabemos) aquella que más semejante y propincua fuera a ella, esa será mejor y más singular que las otras. (GÂNDAVO 2007 [1574], p. 75).

Petrônio, para demonstrar a maior proximidade da língua portuguesa com a latina e rebater o argumento de Falêncio, cita os mesmos versos que aparecem no diálogo de João de Barros:

O quam divinos acquiris terra triumphos,  
 Tam fortes ânímos alta de sorte creando.  
 De numero santo gentes tu firma reservas.  
 Per longos anos vivas tu terra beata.  
 Cõtra non sanctos te armas furiosa Paganos.  
 Viuas tu semper gentes mactando feroces,  
 Que ethiopas Turcos fortes Indos dás salvos  
 De Iesu Christo sãctos mostrado Prophetas.  
 (Id, Ibid, p.76)

Os versos acima ilustram outra vertente do discurso de valorização da língua portuguesa: a relação entre ela própria e o colonialismo português.

O primeiro gramático da língua portuguesa, Fernão de Oliveira, já reconhecia a importância da língua no movimento das grandes navegações portuguesas:

Não façamos assim, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma [...] (OLIVEIRA, 1975 [1536], IV p. 42)

E prossegue,

[...] apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas gentes e sempre seremos delas louvados e amados porque a semelhança é causa de amor e mais em línguas. (OLIVEIRA, 1975 [1536], V p. 46)

Imagem 1. Frontispício da primeira edição da gramática da linguagem portuguesa (1536) de Fernão de Oliveira.



O impacto do capitalismo mercantil, das navegações ultramarinas e da ação da Igreja católica no trabalho de sistematização e expansão da língua portuguesa pode ser lido no prólogo da “Cartinha” de João de Barros, dedicada ao príncipe D. Felipe:

Qual será, logo, a linguagem que nesta tenra e delicada idade de Vossa Alteza mais natural e obediente vos deve ser, senão a vossa portuguesa, de que Deus vos fez príncipe e rei em esperança? Aquela que na Europa é estimada, na África e na Ásia por amor, armas e leis tão amada e temida, que por justo título lhe pertence a monarquia do mar e os tributos dos infiéis da terra. Aquela que, como um novo apóstolo, na força das mesquitas e pagodes de todas as seitas e idolatrias do mundo, desprega pregando e vencendo as reais quinas de Cristo, com que muitos povos da gentildade são metidos no curral do Senhor. Da qual obra agora temos um divino exemplo, na conversão de cinquenta e sete mil almas na terra do Malabar, onde São Tomé, com tanto trabalho e martírio, passou desta vida à celestial glória. [...]

Pois gente em que tanto obrou a língua portuguesa, e que tanto amor dela traz a tantas mil léguas, que língua por arte podem mais facilmente

aprender senão aquela que nele obrou a salvação? Porque eles, com amor do tal benefício, e os meninos destes reinos, por lhe ser mãe e não madrasta, mãe e não ama, vossa e não alheia, com tanto amor receberam os preceitos dela que, quando forem preceitos da gramática latina e grega, não lhe serão trabalhosos os que cada uma destas têm, pela conformidade que entre elas há, como se pode ver nestes preceitos da gramática de vossa língua portuguesa que ofereço a Vossa Alteza, a quem são devidas as primícias de todos os novos e proveitosos frutos.

(BARROS, 2008 [1539], pp.81-82)<sup>5</sup>

As línguas clássicas (grego e latim) eram as portadoras de uma riqueza vocabular (*copia et abundantia*) por conta de sua longa tradição literária. Portanto, para equiparar as línguas europeias às clássicas, bem como aos outros vernáculos, os escritores do renascimento, cada qual a sua maneira, enfatizavam a riqueza lexical do seu idioma.

Na Espanha, Juan de Valdés, por exemplo, no *Dialogo de la lengua* (1535)<sup>6</sup> defendia a riqueza vocabular da língua castelhana:

[...] ni nos faltan vocablos con que sprimir los conceptos de nuestros animos, porque, si algunas cosas no las podemos explicar con una palabra, las esplicamos con dos o tres como mejor podemos; ni tampoco hazemos fieros con nuestra lengua, aunque, si quisiésemos, podríamos salir con ellos, porque me bastaria el animo a daros dos vocablos castellanos, para los cuales vosotros no teneis correspondentes por uno que me dieseis toscano, para el cual yo no os diese otro castellano que le respondesse. (VALDÉS 1876 [1535], p.199)

---

5 No início do século XVII, a mesma relação entre a nobreza da língua portuguesa e o movimento de expansão portuguesa pode ser lida na *Ortografia e origem da língua portuguesa* (1606), de Duarte Nunes de Leão: “E a língua portuguesa com razão se pode ter em muito e chamar ditosa, pois por ela se anunciou e manifestou a tantas gentes e de tão remotas e estranhas províncias a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, e foi causa de tirarem as errôneas e trevas em que o mundo vivia.” (LEÃO 1983, [1606], p. 315)

6 Juan de Valdés (1509-1541) foi um humanista, tradutor e filólogo espanhol. O diálogo encena a conversa de Valdés com três interlocutores: Pacheco (espanhol) e Coriolano e Marcio (italianos). O diálogo gira em torno das indagações dos três personagens sobre a história e a riqueza da língua castelhana

Na França, Joachhin Du Bellay na sua *Deffence et illustration de la langue françoise* (1549)<sup>7</sup> advoga a igualdade das línguas:

[...] donc les langues ne sont nées d'elles mêmes en façon d'herbes, racines et arbres, les unes infirmes et débiles en leurs espèces, les autres saines et robustes, et plus aptes à porter le faix des conceptions humaines: mais toute leur vertu est née au monde du vouloir et arbitre de mortelles. (DU BELLAY [1549], 1846, cap. I, pp.5-6)

Ambrosio Morales, no *Discurso sobre la lengua castellana* (1586)<sup>8</sup>, lamentava que a língua castelhana “igual con todas las buenas en abundancia” estava no estado de abandono por conta da falta de estudo e empenho dos espanhóis:

[...] por esto me duelo yo siempre de la mala suerte de nuestra lengua castellana, que siendo igual con todos las buenas en abundancia, en propiedad, variedad, y lindeza, y haciendo en algo de esto a muchas ventaja por culpa ó negligencia de nuestros naturales está tan olvidada, y tenuta en poco, que há perdido mucho de su valor (MORALES, 1773 [1586], p.8)

Joachin Du Bellay dá um passo importante no processo de valorização das línguas nacionais ao argumentar que qualquer matéria pode ser tratada em vernáculo:

[...] je lacerai en cet endroit les superstitieuses raisons de ceux qui soutiennent que les mystères de la théologie ne doivent être découvert, et quasi comme profanés en langage vulgaire, et ce que vont alléguant ceux qui sont d'opinion contraire, car cette disputation n'est prope à ce que j'ai entrepris, qui est seulement de montrer que notre langue n'a point eu à sa naissance les dieux et les astres si ennemis, qu'elle ne puisse

---

7 Joachin Du Bellay (1522-1560) foi um poeta e tradutor francês. Junto com outros intelectuais formou *La pléiade*, grupo que defendia a produção de uma literatura escrita em língua francesa

8 Ambrosio de Morales (1513-1591) foi um humanista, tradutor e professor de filosofia na Universidade de Salamanca. No *Discurso sobre la lengua catellana*, Morales faz uma denúncia do estado de abandono da língua castelhana que, de acordo com o autor, ocorria por falta de empenho dos próprios espanhóis.



un jour parvenir au point d'excellence et perfection aussi bien que les autres [...] (DU BELLAY 1846 [1549], cap. IV, p.11-12)

[...] et si on veut dire que la philosophie est un faix d'autres épaulés que de celles de notre langue, j'ai dit au commencement de cette oeuvre, et le dis encore, que toutes langues sont d'une même valeur, et des montes à une même fin d'un même jugement formées. Pourquoi ainsi comme sans muer de coutumes ou de nation, le français et l'allemand, no le grec ou romain, se peut donner à philosopher: aussi je crois qu'à chacun sa langue puisse compétement communiquer tout doctrine.

(*Id, Ibid, Cap. IX, p. 22*)

A partir do século XVI, portanto, o processo de descrição e normatização dos vernáculos europeus acabou por suscitar, entre os letrados do renascimento, a discussão sobre o valor e a dignidade das línguas nacionais. Não é por acaso que nesse período a questão da língua é matéria recorrente em prefácios de obras literárias, traduções, diálogos, cartas etc.

## 2. A gramatização das línguas indígenas

A partir do século XV, não só a Europa, mas também a América, a África e a Ásia assistem a um intenso trabalho de descrição e normatização linguística. Em todos esses territórios, missionários espanhóis e portugueses, das mais diversas ordens religiosas: agostinianos, dominicanos, franciscanos, jesuítas e mercedários, produziram um imenso *corpus* linguístico-doutrinal sobre as mais variadas línguas.

As obras linguísticas produzidas pelos missionários eram pensadas como instrumentos de auxílio aos religiosos que partiam da Europa e chegavam à América sem o conhecimento da língua indígena. As gramáticas, portanto, são instrumentos de aprendizado de uma língua estrangeira (segunda língua) produzidos por missionários falantes não nativos desta segunda língua (nativa) e destinados a outros missionários não falantes dessa mesma língua.<sup>9</sup>

Em relação ao trabalho de catequização, como relata o jesuíta Ludovico Bertonio, o domínio da língua era fundamental para o trabalho missionário,

---

9 Temos aqui um exemplo do que Auroux (2009) definiu como processo de exogramatização

uma vez que era dever do religioso conhecer a língua com a qual se deveria pregar a palavra de Deus e administrar os sacramentos:

[...]los pastores de las almas tienen sobre sus hombres dos officios importantísimos, que son la enseñanza de la verdad evangélica, y la administracion de los sanctos sacramentos. Luego mas que medianamente ha de saver entender y hablar la lengua de sus indios el que esta puesto por maestro de tan excelente doctrina: porque de otra suerte, o que dará muy corto en la explicacion de los soberanos mysterios, o lo que es peor, se porna a peligro muy grande de enseñar doctrina falsa y errônea, en lugar de catholica, y verdadeira. Pues que diremos de la administracion de los sanctos sacramentos: no digo nada del sacramento de la confirmacion, nada del la extrema uncion, nada del orden, y matrimonio por no determe mucho: como podra enseñar al indio adulto que piede el santo batismo? A quien es forçoso declarar nuestros sagrados mysterios de la adoracion de un solo Dios, dela sanctissima trintad, de la encarnacion, muerte, y resurreiçion del hijo de Dios, y redentor del governo humano. Como le enseñara lo que ha de obrar despues de batizado? Que dire del sacramento de la penitencia? Por ventura bastara saver como quiera una poca de lengua para administrarle como conviene?

(BERTONIO, 1603, Al lector)

A responsabilidade da conversão do gentio recai sobre os ombros dos missionários. E, de acordo com Bertonio, o sucesso ou o fracasso da conversão resulta da falta de empenho dos religiosos no aprendizado na língua. A mesma argumentação de que a dificuldade da conversão estaria na falta de empenho dos missionários em relação ao aprendizado da língua pode ser encontrada na gramática de outro do jesuíta, Diego Gonzales Holguin:

Todos culpan a los indios que aún son idólatras, hechizeros, que non tienen fe, que son incestuosos y borrachos; mas pocos les ayudan con la predicación y Dios cree que há de achar tanta culpa a ellos como a nosotros que no les predicamos, que esta culpa es aquella mesma que echa cristo a los sacerdotes de los judios Math. 23. [...] Y no echo la culpa a los nuevamente convertidos, sino a los que convertíen mal por no enseñarlos bien. Queixaisos de que no tienen fe, mas por que han de ter fe? Queixaos de los que no se predicán *quia fides ex auditu autem*

*per verbum christi* si les desseamos fe y su salvacion desocupemo-nos para saber lengua y predicarles”. (HOLGUIN, 1607, Dedicatória)

Vale destacar que, nesse período, os argumentos utilizados para justificar as dificuldades da conversão recaiam na visão negativa que muitos religiosos tinham da capacidade intelectual e a formação moral dos índios. Quando os missionários denunciavam a falta de empenho dos religiosos no trabalho de catequização acabam por se afastar da visão dominante que apontava a *inconstância da alma selvagem* como o fator que impedia o sucesso do trabalho de conversão no Novo Mundo.

Os motivos (políticos e econômicos) que inspiraram os gramáticos europeus do renascimento na produção de gramáticas e dicionários diferem do motivo que levou os missionários a produzirem gramáticas e dicionários em solo americano. O jesuíta Pedro Maraban, no prólogo de sua *Arte de la lengua Moxa* (1702), deixa clara a diferença entre os objetivos das obras produzidas na Europa e os das obras produzidas na América:

[...] otros artes de naciones politicas facilità los idiomas para la expression de los conceptos; inteligencia de los negocios, y expedicion de su comercio: mas este arte de la lègua de los moxos unicamente se destina al mas sagrado ministèrio de la introducion de la feè en los entendimiètos de los barbaros, y a ganarles para Christo sus almas [...] (MARABAN, 1702, prologo al Exc. Señor)

O conhecimento linguístico era fundamental não só para o trabalho de produção de gramáticas e dicionários, mas também para o trabalho de tradução e produção de uma literatura religiosa. Por esse motivo, muitas vezes, o mesmo missionário produzia textos linguísticos e textos religiosos. Conforme recorda Ridruejo (2007, p. 163),

La combinación de tratados lingüísticos con obras de carácter doctrinal es muy frecuente entre los misioneros. De una parte, porque unas veces son los mismos autores de obras lingüísticas los únicos que están capacitados para redactar o traducir obras religiosas a las lenguas indígenas y, por tanto, escriben unas y otras, tal como sucede con Andrés de Olmos o Alonso de Molina. En otras ocasiones porque se considera necesario publicar las obras religiosas como lo que eran, el instrumento realmente imprescindible para el evangelizador, mientras que las partes gramaticales eran consideradas en realidad como el medio propedéutico para hacer uso de tal instrumento.

A estreita relação entre textos linguísticos e religiosos pode ser percebida pelo fato de que muitas gramáticas foram publicadas em conjunto com textos doutrinários. O caráter coextensivo dos dois gêneros textuais (gramática e textos religiosos) como observou Daher (1999, 2012), é confirmado, por exemplo, pelo texto da permissão para a publicação de 1594 que aparece na primeira edição da gramática de Anchieta. Ele previa a impressão de um diálogo no mesmo volume da gramática.

Vi por mandado de sua Alteza estes livros de gramática e diálogos, compostos pelo Pe. José de Anchieta, Provincial que foi da Companhia de Jesus no Estado do Brasil. Nenhuma coisa tem contra a nossa sagrada religião nem bons costumes, antes muita que servirão muito para melhor instrução dos catecúmenos e aumento da nova cristandade daquelas partes; e para com mais facilidade e suavidade se plantar e dilatar nela nossa santa fé. Além da satisfação que há, por toda aquela costa, da grande virtude, religião e exemplo do autor, de quem sempre darei testemunho. Por onde me parece que se devem imprimir estas suas obras. Em Lisboa, a vinte e cinco de setembro de mil quinhentos e noventa e quatro. (ANCHIETA, 1990 [1595], p. 21)

Devido aos custos elevados da publicação que corriam por conta das ordens religiosas, dos dois textos, somente a gramática foi publicada em 1595. Os diálogos de Anchieta só viriam a prelo no conjunto de textos reunidos pelo Pe. Antônio de Araújo no *Catecismo da língua brasílica* (1618). O próprio *Catecismo* deixa entrever, em seu prólogo, a estreita relação entre os textos linguísticos e doutrinários:

Não deixando de advertir aos que desejão aprender a língua, pera con ella acodirê ao fim de sua vocação; que todos estes diálogos, instruções, & mais cousas anexas lhes podem administrar hũa materia de língua muy ampla, pera lhes não faltar (andando nelles bem vistos) a necessária pera bê espiritual dos índios, que pretendem o entrar, ou depois de entrados conservarse no sagrado gremio da immaculada igreja romana[...] (ARAÚJO, 1686, prólogo).

Ainda no Brasil, o Jesuíta italiano Luís Vicencio Mamiani publica no final do século XVII (1698) o *Catecismo na língua brazilica da nação Kiriri* e, no ano seguinte, a *Arte de grammatica da língua brazilica da nação Kiriri*.

Em outras partes da América, muitas gramáticas, dicionários e catecismos foram escritos pelos mesmos missionários e publicados conjuntamente.



Imagem 2. Frontispício da *Arte de la lengua tepecuana* com vocabulário, confessionalário y catecismo (1743) de Benito Rinaldini.

### **3 . A dificuldade do aprendizado da língua**

Os missionários estavam cientes de que não viviam na época nascente do cristianismo em que Deus concedeu o dom das línguas aos apóstolos. Sendo assim, a ideia de que os religiosos deveriam se empenhar no árduo trabalho de aprendizado das línguas indígenas aparece em muitos prólogos de gramáticas e vocabulários:

Al principio de la primitiva yglesia concedio su magestad a sus primeros ministros que eran los apoteles: el principal instrumẽto para la predicación del evangelio, infundiendoles el don de las lenguas, de suerte que sin ser necesario trabajo, ni arte alguna, perfectissimamente entendieron y hablaron todas las lenguas, pero despues aca por castigo de la malicia humana, o por los ocultos juyzios de Dios: que aunque son ocultos siempre son justos, ya no se halla en la yglesia de Dios esta facilidad y milagro de entẽder y hablar luego las lenguas, sino que es necesario trabajo y sudor, indústria y arte [...]

(RINCÓN, 1595, Dedicatoria)

A imagem do sacrifício do missionário no difícil trabalho de aprendizagem da língua do gentio ficou eternizada na célebre passagem do sermão do Espírito Santo, pregado por Antônio Vieira na cidade de São Luís (1657). Nesse sermão, Padre Vieira argumenta que a dificuldade da conversão dos brasis estaria na qualidade da gente desta terra que é “a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo” e na dificuldade da língua:

Pois se a Santo Agostinho, sendo Santo Agostinho, se à águia dos entendimentos humanos se lhe fez tão dificultoso aprender a língua grega, que tão vulgarizada entre os latinos e tão facilitada com mestres, com livros, com artes, com vocabulários e com todos os outros instrumentos de aprender, que serão as línguas bárbaras e barbaríssimas de umas gentes onde nunca houve quem soubesse ler nem escrever? Que será aprender o Nheengaíba, o Juruna, o Tapajó, o Tremembé, o Mamaianá, que só os nomes parecem que fazem horror?

As letras dos Chinas e dos japões muita dificuldade têm porque são letras hieroglíficas, como a dos Egípcios; mas enfim, é aprender línguas de gente política e estudar por letra e por papel. Mas haver de arrostar com uma língua bruta e de brutos, sem livro, sem mestre, sem guia e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces e descobrir os primeiros rudimentos dela, distinguir o nome, o verbo, o advérbio, a proposição, o número, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imaginados, como o de homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas, como nos costumes, não há dúvida que é empresa muito árdua à qualquer entendimento e muito mais árdua à vontade que não estiver muito sacrificada e muito unida com Deus. (VIEIRA, 2014, p.429)

O franciscano Pedro Beltran, na dedicatória da sua *Arte de el idioma Maya* (1746), aponta a dificuldade da pronúncia desse idioma. É interessante observar como o missionário utiliza a imagem do espinho que fere o corpo do religioso para enfatizar o martírio que é “penetrar nessa mata de pulsantes espinhos” que é a língua Maya:

[...] y siendo el idioma Yucatéco una mata de punsantes espiños (por seis consonantes, que produce tan dificiles de pronunciar) que muchos, aun dispues de muchos años de exercicio, fecundos de vocablos, y perfeccionados de arte, tropiezan en la pronunciacion, heridos de su acrimonia, como de agúdos yspinos, de suerte, que en lugar de herir con la lengua los vocablos, ó letras; estas, y aquellas les heren las lenguas, ó se las embargan , y vienen por fin à quedar en un silencio tal, aun pronunciando, qualquer ales quardara el secreto[...] (BELTRAN, 1746, dedicatória)

## O discurso de Valorização das línguas indígenas

Os missionários se apropriaram do discurso de valorização das línguas vernáculas e manearam os mesmos argumentos dos intelectuais europeus para construir um discurso de valorização das línguas nativas da América.

A ideia de que a língua indígena seria um veículo adequado para a transmissão da verdade divina, tão elegante e copiosa quanto a língua latina e as línguas europeias, aparece, por exemplo, no prólogo da *Grammatica o Arte de la lengua general de los índios de los reynos del Peru* (1560), escrita pelo frei

dominicano Domingo de Santo Tomás. No prólogo, dedicado a Felipe II da Espanha, podemos ler as seguintes palavras do missionário:

Mi intento, pues, principal, S.M. ofrecerlos este arzeillo há sido para que por él veáis muy clara y manifestamente cuán falso es lo que muchos os han querido persuadir ser los naturales de los reinos de Perú bárbaros & indignos de ser tratados con la suavidad y libertad que los demás vassalos lo son. Lo cual claramente conocerá V.M. ser falso si viere por este arte la gran policía que esta lengua tiene, la abundancia de vocablos, la conveniencia que tienen con las cosas que significan, las materias diversas y curiosas de hablar, el suave y buen sonido al oído de la pronunciación de nuestra lengua, el estar ordenada y ornada con propiedad de declinación y demás propiedad de tempos y personas del verbo. Y brevemente en muchas cosas y maneras de hablar tan conforme a latina que no parece sino que fue un pronóstico que españoles la habían de possen. Lengua, pues, S.M., tan polida y abundante, regulada y encerrada debajo de las reglas y preceptos de la latina como es esta (como consta por este arte) llena de barbarismo y de defectos, sin modos tempos, ni casos, ni orden, ni regla, ni concierto, sino muy polida y delicada se puede llamar. Y si la lengua lo es, la gente que usa d'ella no entre bárbara, sino con la mucha policía la podemos contar, pues, según el filósofo en muchos lugares no hay casa en que más se conozca el ingenio del hombre que en la palabra y la lenguaje que usa, que es el parto de los conceptos del entendimiento.

( TOMÁS, 1560, prologo).

Como já observado por Esparza Torres (2016), o prólogo de Domingo de Santo Tomás, *mutatis mutandis*, encontra na língua dos índios do Peru as mesmas qualidades elencadas pelos letrados do renascimento na defesa das línguas nacionais. Ainda de acordo com Esparza Torres (2016, p. 25), podemos resumir os argumentos do dominicano aos seguintes pontos:

- Do conhecimento da língua nativa se depreende a sua riqueza léxica, gramatical e suavidade expressiva;
- Não se pode considerar bárbara a língua nativa, pois admite comparação com as línguas latina e espanhola;
- Pela riqueza da língua se reconhece a dignidade de seus falantes;



- A extensão e unidade da língua facilitará o governo da Coroa espanhola.

Como lemos no prólogo, Domingo de Santo Tomás faz uma longa enumeração das qualidades da língua dos índios “la abundancia de vocablos”, “la convergencia que tienen con las cosas que significan”, “la suavidad y buen sonido al oído”, “en mucha cosa de hablar tan conforme a latina”, “tan polida y abundante”. Portanto, para frade dominicano, o processo de construção de uma humanidade da população nativa da América passava pelo reconhecimento das qualidades das línguas indígenas.

As palavras de Domingo de Santo Tomás adquirem maior relevância se lembrarmos que, no início do século XVI, acirrava-se, na Europa, a polémica sobre a natureza e humanidade do índio. Entre os anos de 1550-1551, por ordem de Carlos V, ocorreu, em Valladolid, o célebre debate entre Frei Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda. Os dois intelectuais deveriam dissertar sobre a legalidade de se fazer guerra justa aos indígenas e submetê-los as leis antes da pregação da verdade evangélica.

Sepúlveda, baseando-se na doutrina aristotélica da escravização natural, defendia que, no contexto da colonização das novas terras pela coroa espanhola, era permitido e útil não só à Coroa, mas também à pregação do evangelho, fazer guerra justa aos indígenas. Las Casas, em contrapartida, baseando-se na doutrina cristã advogava a ilegalidade de se fazer guerra justa e defendia uma conversão/conquista mais branda.



Imagem 3. Frontispício da Grammatica o Arte de la lengua  
general de los reynos del Peru (1560)

Domingo de Santo Tomás ao afirmar, no início do prólogo, que os “naturales de los reinos del Perú” não são “bárbaros & indignos de ser tractados con la suavidad y libertad que los vassalos vuestros son”, retoma a polêmica sobre a natureza da conversão que a Coroa espanhola deveria adotar no trato com os nativos da América e se coloca ao lado de Las Casas.

Outro missionário, D. Juan Roxo Mexia y Ocon, ao descrever a língua geral dos índios do Peru, aponta a facilidade de verter qualquer oração do latim para a língua dos índios:

[...] he comuesto este arte, con todos los preceptos de que necessita assí para habrarla con propiedad como para traducir en ella, qualquiere oracion latina. (MEXIA y OCON, 1648, Al lector)

Em outro momento, ele compara a cópia e a elegância da língua dos índios com a cópia e elegância das línguas latina e espanhola:

[...] con la cual se ve cuan cumplida sea esta lengua, pues no falta en ella ningún romance que tenga la española y la latina con suma propiedad siendo sus frases en esta tan elegante como de aquellas.

(ROXO MEXIA y OCON, 1648, p. 58)

Além da elegância, abundância de vocábulos e proximidade com a língua latina, alguns missionários apontavam a regularidade e a facilidade da língua que descreviam. O jesuíta Andrés Febres, na *Arte de la lengua general del reyno de Chile* (1765), destaca as qualidades da língua que descrevia:

[...]siempre he juzgado, aun à los principales ser mucha la facilidade, y mayor la conexion de esta lengua general de Chile, pues con verà el estudioso, sabiendo declinar un nombre, y conjugar un verbo se saben declinar, y conjugar todos: y un sabido tiempo, con facilidad se saben todos [...] (FEBRES, 1765, prologo).

No trabalho de descrição das línguas nativas, os missionários, para construir discursivamente a dignidade das línguas dos índios, incorporaram, aos prólogos de gramáticas e dicionários, os mesmos argumentos que os intelectuais do renascimento utilizaram para valorizar as línguas nacionais. E, nesse processo, como

destaca Zimmermann (2006, p. 327), o reconhecimento de que “las lenguas indígenas sean aptas para la transmisión de las ideas del evangelio, implica la construcción *a priori* de la igualdad de los idiomas en términos del expresión del pensamiento”.

## Referências

ANCHIETA, J. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Obras completas vol. 11. Edição fac-similar – Apresentação Carlos Drummond. Notas Pe. Armando Cardoso S.J. São Paulo, Loyola, 1990 [1595].

ARAÚJO, A. de. *Catecismo na lingua brasílica, no qual contém a suma as doutrina christã. Com tudo que pertence ao mysterio de nossa sancta fé e bõs costumes. Composto a modo de dialogo por padres doctos & bons línguas da companhia de IESU (1618). Emendado nesta segunda edição pelo padre Bartolomeu de Leam da mesma companhia*. Lisboa, oficina de Michel Deslandes, 1686.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Ed. Unicamp, 2009.

BARROS, J. *Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja*. Gabriel Antunes de Araújo (org.). Humanitas-Paulistana, 2008 [1539].

\_\_\_\_\_. *Gramática da língua portuguesa, Cartinha, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Leitura, introdução e notas: Leonor Carvalhão Buescu. Universidade de Lisboa, 1971 [1540].

\_\_\_\_\_. *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. In: HUE, S.M (edição, introdução e notas) *Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa*. 7letras. Rio de Janeiro, 2007 [1540].

BELTRAN, P. *Arte de el idioma maya reducido a succitas reglas y semilexicon Yucateco*. Lima, 1764. Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedeelidiomama00belt> Acesso 20/07/2019

BERTONIO, L. *Arte de la lengua maya. Mexico*, 1603. Disponível em: <https://Archive.org/details/Arteygrammaticam00bert> Acesso 20/07/2019

CORTEZ Y ZEDAÑO, G.T.A. *Arte, vocabulario y confesionario en el idioma mexicano*. 1765. Disponível em: <https://Archive.org/details/Artevocabularioy00cort> Acesso 20/07/2019

DAHER, A. *A oralidade Perdida*. Ensaios de história das práticas letradas. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. *Écrire la langue indigène*. La grammaire tupi et les catéchismes bilingues au Brésil (XVI<sup>e</sup> siècle). In: mélanges de l'école française de Rome. Italie et Méditerranée, tome III, n.1, 1999. pp. 231-250.

DU BELLAY, J. *La défense et illustration de la langue française*. In: Ouvres françaises de Joaquim de Belley. Paris, Alphonse Lemere editeur, 1846 [1549].

ESPARZA TORRES, M.A. *Elogio de la lengua nativa y planteamiento metalingüístico en las gramáticas misioneras: el ejemplo de Domingo de Santo Tomás*. Revista de investigación lingüística, 19. Universidade de Murcia, 2016. pp. 15-33.

FEBRES, A. *Arte de la lengua general del reyno de Chile con un dialogo chileno-hispanico muy curioso: a que se añade la doctrina christiana, esto es, reza, catecismo, coplas, confessorario, y platicas; lo mas en lengua chilena y castellana*. Lima, 1765.

Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedelalenguag00febr> Acesso 20/08/2019

GÂNDAVO, P. de M. *Diálogo em defesa da língua portuguesa*. In: HUE, S.M (edição, introdução e notas) Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa. 7letras. Rio de Janeiro, 2007 [1574].

HOLGUIN, D. G. *Gramatica y arte dela lengua general de todo el peru llamada Quichua, o lengua del inca*. Peru, 1607.

Disponível em: <https://Archive.org/details/Gramaticayartenu00gonz> Acesso 20/08/2019

LEÃO, D. N. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Imprensa Nacional-Casa da moeda. Lisboa, 1983.

MARABAN, P. *Arte de la lengua moxa, con su vocabulario y catecismo*. Lima 1702.

Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedelalenguamo00mar> Acesso 20/08/2019

MEXIA Y OCON, D. J. *Arte de la lengua general de los indios del peru*. Lima, 1648.

Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedelalenguage00roxo> Acesso 20/07/2019

MORALES, A. de. *Discurso sobre la lengua castellana*. In: Las obras de Francisco Cervantes de Salazar, Madrid, 1773 [1586] pp. 1-32.

OLIVEIRA, F. *Gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas Maria Leonor Carvalhão Buescu. Imprensa Nacional-Casa da moeda, Lisboa. 1975.

RIDRUEJO, E. *El arte de la lengua de Chile de Luis de Valdivia*. In: Arte y gramatica general de la lengua que corre en todo el reyno de chile. Madrid, Agência española de cooperación internacional, 2007. pp. 7-197.

RINCÓN, A. *Arte mexicana*, México, 1595.

Disponível em: <https://Archive.org/details/Artemexicana00rinc> Acesso 20/08/2019

TOMÁS, D. S. *Grammatica o Arte de la lengua general de las indias de los reinos del Peru*. Valladolid, 1560.

Disponível em: <https://Archive.org/details/Grammaticaoarted00domi> Acesso 20/08/2019

VALDÉS, J. *Diálogo de la lengua* (1535). Madrid, Espasa-Calpe. 1876 [1535]

VIERIA, A. *Sermões tomo I*. Introdução e Organização Alcir Pécora. São Paulo, Hedra, 2014.

VIÑAZA, C. de. *Bibliografía Española de Lenguas Indígenas de América* Madri, Est. Tip. Sucesores de Rivadeneyra, 1977 [1892].

ZIMMERMANN, k. *Las gramáticas e vocabularios misioneros: entre la conquista y la construcción transcultural de la lengua del otro*. In: P. Máñez Vidal y M. del R. Dosal G. (eds.). V encuentro internacional de lingüística en Acatlán, México, Unam, 2006. pp. 319-356.



# O ideal clássico de língua em diálogos do século XVI: memória e representação do português

*“E vós, Tágides minhas, pois criado  
Tendes em mi um novo engenho ardente,  
Se sempre em verso humilde celebrado  
Foi de mi vosso rio alegremente,  
Dai-me agora um som alto e sublimado,  
Um estilo grandiloco e corrente,  
Por que de vossas águas Febo ordene  
Que não tenham inveja às de Hipocrene.”  
(Camões)*

**Thiago Zilio-Passerini<sup>1</sup>**

## Considerações Iniciais

Os versos da epígrafe, extraídos d’*Os Lusíadas*, mostram a evocação do poeta às Tágides, ninfas habitantes do rio Tejo, para que o auxiliem na missão de cantar os feitos do povo português, o grande protagonista na conquista territorial

---

<sup>1</sup> Doutorando em Língua Portuguesa PUC-SP, mestre e Especialista em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Membro do Grupo de Pesquisa de História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e Identidade Nacional da PUC-SP, coordenado pela Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Leonor Lopes Fávero. Ex-bolsista do governo grego, no *Institute for Balkan Studies*, em Tessalônica, e na *University of Crete*, em Retimno. Contato: [thizilio@yahoo.com](mailto:thizilio@yahoo.com).

do Novo Mundo. Na epopeia, elas figuram como *musas*, as responsáveis por inspirar o engenho humano em todas as suas formas e manifestações.

O contexto de produção da obra liga-se ao Classicismo, movimento artístico do século XVI baseado nos ideais do Renascimento. Esse período foi de considerável mudança do espírito europeu, até então ligado ao teocentrismo vicejante durante a Idade Média. Posto o ser humano no centro do universo, mudam-se as perspectivas e, por conseguinte, as formas de lidar com o mundo. Na ocasião, ressurgiu o elemento greco-latino, incontestável fonte de inspiração para os artistas e pensadores da época.

Neste capítulo, temos o objetivo de demonstrar de que maneira se apresenta o ideal clássico de língua em textos escritos no século XVI, a partir do conceito de representação de Chartier (1991 [1989]). Para tanto, também mobilizamos o conceito de memória postulado por Le Goff (2016 [1990]) e Ricoeur (2018 [2007]), a fim de mensurar em que medida ele se relaciona à representação.

O *corpus* analisado compõe-se de dois diálogos que tratam do português, escritos em diferentes momentos, por diferentes autores. O primeiro é o *Diálogo em louvor à nossa linguagem*, de João de Barros, publicado em 1540; o segundo é o *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de autoria de Pero Magalhães de Gândavo, que veio a lume em 1574. A análise dos documentos baseou-se nos princípios da História das Ideias Linguísticas postulados por Auroux (2014 [1992]), considerando a definição fenomenológica do objeto, a neutralidade epistemológica e o historicismo moderado.

## 1. O poder da Memória: representação e identidade

No título deste trabalho, aludimos à Memória, entidade mitológica identificada entre os gregos como Mnemósine. Não por acaso, a epígrafe escolhida menciona as *musas*, filhas dessa divindade, segundo a mitologia grega. De acordo com Brandão (2015 [1986], p.213), a palavra *musa* origina-se do verbo *μανθάειν*, cujo significado em grego antigo<sup>2</sup> era “aprender”. O autor ainda destaca que as palavras *música* – algo pertencente às musas – e *museu* – o templo, a morada dessas divindades – também fazem parte da mesma família etimológica.

Acerca da Memória, Pugliesi (2005, p.259) considera que, sob seus domínios, estavam “os princípios da educação do homem grego. A verdade decorre do recordar-se, e a aprendizagem, pelo menos até o século III a.C., está estreitamente

---

2 Fazemos a distinção do grego antigo, pois, em grego moderno, o verbo é *μαθαίνω* (*mathéno*) e conserva o mesmo significado.

vinculada a essa deusa. Assim, por exemplo, a maiêutica socrática presta-lhe vigoroso reconhecimento”. Diante disso, fica mais evidente a relação entre as suas filhas musas e o étimo *manthánein*.

Hesíodo (2001), em sua *Teogonia*, foi o primeiro a ocupar-se da relação entre essas divindades. Sobre elas, o sábio grego assim se pronuncia:

Então as deusas, do início ao fim de seus cantares, louvam a Zeus,  
Pai dos deuses e dos homens  
O melhor dos deuses e o maior em força.  
As Musas Olímpicas, filhas de Zeus, o que porta a égide  
Louvam a raça dos homens e dos poderosos Gigantes  
E deleitam o espírito de Zeus no Olimpo.

Mnemosíne, que senhoreia as colinas de Eleutera,  
Unindo-se ao pai, filho de Cronos, gerou-as na Piéria  
Para esquecimento das desventuras e repouso das aflições.  
Por nove noites, uniu-se a ela o Zeus prudente,  
Distante dos imortais, subindo –lhe ao sagrado leito.

Quando o tempo se completou, e as estações voltaram  
Ao fim dos meses e ao passar de muitos dias  
Pouco abaixo do altíssimo cume do Olimpo níveo,  
Deu à luz nove filhas uníssonas que, do fundo do seu peito,  
Tão somente lhes importa a canção e têm despreocupado ânimo<sup>3</sup>.

---

3 Tradução nossa, do grego moderno: ‘Υστερα πάλι υμνούν το Δία, θεών κι ανθρώπων τον πατέρα, [καθώς αρχίζουν, μα κι όταν τελειώνουν το τραγούδι τους οι θεές,] πόσο καλύτερος είναι απ’ τους θεούς και μέγιστος στη δύναμή του. ‘Υστερα πάλι των ανθρώπων τη γενιά υμνούν μα και των δυνατών Γιγάντων και τέρπουνε του Δία το νου μέσα στον Όλυμπο, οι Ολυμπιάδες Μούσες, του αιγιοφόρου Δία οι κόρες.

Autés η Μνημοσύνη, που διαφεντεύει του Ελευθήρα τα υψώματα, σαν έσμιξε με το γιο του Κρόνου, τον πατέρα, στην Πιερία γέννησε λησμονιά απ’ τις συμφορές κι ανάπαυση απ’ τις έγνοιες. Εννιά μαζί της νύχτες έσμιγε ο συνετός ο Δίας, μακριά από τους αθανάτους, στην ιερή ανεβαίνοντας την κλίνη της. Μα όταν συμπληρώθηκε ο καιρός κι έκαναν κύκλο οι εποχές με των μηνών το σβήσιμο, και μέρες συμπληρώθηκαν πολλές, γέννησε αυτή κόρες εννιά, ομόνοες, που μες στα στήθια τους τις νοιάζει το τραγούδι, κι έχουνε ξέγνοιαστη ψυχή λίγο πιο κάτω απ’ την ακρότατη κορφή του χιονισμένου Ολύμπου (ΗΣΙΟΔΟΥ, 2001)



Torrano (1995, p.11) assinala a importância do *aedo* em uma sociedade anterior à adoção do alfabeto. Nesse contexto, o canto assume a capacidade de presentificar os feitos de outrora, e o poeta tem o poder de “ultrapassar e superar todos os bloqueios e distâncias espaciais e temporais”. Para tanto, as musas, personificação da palavra cantada, são geradas “[...]da Memória (num sentido psicológico, inclusive) e do mais alto exercício do Poder (num sentido político, inclusive) ”.

Se, para os gregos antigos, a figura de Mnemósine era indispensável à manutenção da identidade do povo, para o homem contemporâneo, ela continua sendo “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva” (LE GOFF, 2016 [1990], p. 435, grifo do autor). Nesse sentido, resalta-se o aspecto coletivo da memória, ou seja, ela não se reduz às recordações individuais. Por essa razão,

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbiando a história como ciência e como culto público, a mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 2016 [1990], p.435).

Da fala do autor, destacamos a questão das classes envolvidas no processo de construção da memória, quase sempre vinculada à vontade das classes dominantes. Assim, ela pode ser manipulada de acordo com os interesses dos que, em determinado momento, se encontram no poder. Sobre essa questão, Ricoeur (2018 [2007]) adverte que a manipulação pode ocorrer por influência da ideologia imperante.

Segundo Chartier (1991 [1989]), as questões identitárias mantêm-se intimamente ligadas à representação. Para ele, a própria noção do real depende dos grupos que fazem parte de determinada sociedade. Mais do que isso, a existência desses grupos depende da representação que fazem de si para si e para os outros. Nas palavras do autor,

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (21); outra que considera o recorte social

objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (22) [...] (CHARTIER, 1991 [1989], p. 183).

Desse modo, fica clara a relação entre a *representação* e a *memória*. Inicialmente, pelo fato de elas serem essenciais à identidade de determinado grupo, pois constroem a sua imagem dentro e fora da comunidade – e aqui ressaltamos o papel didático de ambas, posto que também ensinam as gerações vindouras. Posteriormente, pelo fato de a própria memória ser responsável, em grande medida, pela representação de inúmeros valores, crenças e dogmas de determinado grupo.

Ao mesmo tempo, é possível pensar que a representação precede à memória, lançando as sementes simbólicas daquilo que fará parte do pensamento coletivo de uma sociedade. De todo modo, tanto a memória quanto a representação são materialidades visíveis nos textos que compõem o *corpus* deste capítulo, como se verá oportunamente.

## **2. O Renascimento e o Portugal quinhentista: clima de opinião**

Conforme assinala Sichel (1963 [1957], p.7), o Renascimento foi “um movimento, uma revivificação das capacidades do homem, um novo despertar da consciência de si próprio e do universo”. Nessa condição, ainda segundo a autora, ele teria perdurado por cerca de dois séculos, em pleno vigor entre 1400 e 1600 na Europa ocidental. Antes de ser um “ritual estético”, era, na verdade, uma “disposição de espírito, uma visão nova, uma fonte de pensamentos e obras”.

O sopro de renovação que animou o espírito da época possibilitou uma série de transformações nas mais diversas áreas do conhecimento humano, permeando não somente a ciência, mas também as artes. No cerne de tais mudanças, verifica-se uma postura de verdadeiro repúdio àquilo que Burke (2010 [1999]) chamou de “tradições recentes”. Elas seriam, de acordo com o autor, os ideais medievais. Assim, o “moderno” surgiu como resposta àquilo que se queria/deveria combater.

Para tanto, promoveu-se um retorno à Antiguidade Clássica, e a influência greco-latina se fez presente nos mais diversos campos do saber e da expressão renascentistas. No entanto, devemos ponderar que o retorno a esse período da história não se deu de modo fortuito. O início da Idade Moderna está atrelado justamente à tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453. Com isso, o co-

nhcimento helênico se dispersou, e um considerável volume de manuscritos e esculturas, fruto de saques, chegou à porção oeste do território europeu (SICHEL, 1963 [1957], p.8). Assim, a atmosfera de “descoberta” desse verdadeiro tesouro do conhecimento humano fez com que a cultura greco-romana se tornasse um modelo a ser seguido.

A onda de transformação que varreu as paragens europeias causou impactos de diferentes intensidades no Velho Mundo. O auge se deu, indubitavelmente, na Itália, considerada o berço do movimento. No entanto, também destacamos a pujança renascentista na Alemanha, na França e na Inglaterra. Já na Península Ibérica, o Renascimento manifestou-se mais discretamente, se comparado aos exemplos anteriores.

No século XVI, Portugal vivia o apogeu das conquistas ultramarinas, iniciadas na centúria anterior. A chegada ao “Novo Mundo” provocou inúmeras alterações políticas, sociais e culturais, e o pequeno e incipiente território de antanho tornou-se um império, erigido sobre as ondas e para além delas. Durante pelo menos trinta anos, o reino foi símbolo de uma prosperidade que não mais se repetiu ao longo da história portuguesa (SCOTT, 2018, p.244).

Com relação à colonização, o espírito cruzadista presente nos primórdios das grandes navegações converteu-se em missionário. Por isso, a preocupação com o envio de religiosos para a catequização dos gentios intensificou-se desde o início do Quinhentos. Essa mudança de postura por parte do governo foi crucial para as políticas educacionais adotadas no reino.

Do ponto de vista cultural, especialmente durante o reinado de D. João III, houve financiamento régio de estudos a serem realizados no exterior. Segundo Garcia (1983, p. 130), inúmeras bolsas de estudo foram concedidas para que alunos frequentassem escolas superiores na França e na Espanha. Além desses dois destinos, o afluxo de portugueses à Itália era considerável, tanto por questões culturais quanto religiosas. Todo esse intercâmbio propiciou o desenvolvimento do espírito renascentista no solo lusitano.

As mudanças no âmbito educacional notabilizaram-se tanto na formação básica quanto na superior. Fundaram-se inúmeros colégios, e os já existentes passaram por profundas reformas. Assim, surgiram, por exemplo, os *colégios maiores*, destinados à formação universitária, e os *colégios menores*, destinados à preparação dos alunos para o ingresso nas universidades. No período, merece destaque a fundação da Universidade de Coimbra, em 1537, em decorrência do encerramento das atividades da Universidade de Lisboa.

Com o surgimento da tipografia, houve aumento na produção de livros, o que também incentivou não só a produção intelectual, mas também a instrução, ainda que das classes mais abastadas. Conforme assinala Marques (2003, p. 183), cerca da metade da produção era voltada a temas religiosos, e apenas

um décimo era dedicado à ciência efetivamente. Os outros títulos variavam entre poucas obras classicistas e muitas traduções, devido à consolidação do uso do português.

Apesar do desenvolvimento de uma cultura antropocêntrica, ela nunca atingiu seu esplendor. De acordo com Scott (2018, p. 251), a presença da autoridade religiosa foi decisiva para os destinos seguidos por Portugal e responsável por refrear o avanço do reino. Do ponto de vista econômico, pelo fato de “colocar sérios obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, ao privar Portugal de gente com recursos financeiros significativos e de contatos comerciais relevantes nas mais importantes praças de comércio”. Do ponto de vista do conhecimento, porque a “intolerância religiosa obrigou o país também a abrir mão de um capital imaterial relevante aos sabores científico, técnico e médico”.

Os efeitos dos problemas originados da política administrativa adotada passaram a ser sentidos na segunda metade do século XVI e atingiram o ápice em 1578. Na ocasião, ocorreu a lendária batalha de Alcácer-Quibir, que resultou no desaparecimento de D. Sebastião. A morte do monarca trouxe a Portugal inúmeros problemas, decisivos para a crise sucessória que levou o reino a ser anexado à Espanha dois anos mais tarde, em 1580.

### **3. O retorno do gênero diálogo: circulação de saberes à moda grega**

A atmosfera de retorno ao passado clássico influenciou diretamente o ressurgimento de gêneros que gozavam de grande prestígio entre os gregos e os romanos. Em Portugal, muitos foram retomados após a volta de Sá de Miranda da Itália, entre eles a ode, a elegia, a égloga e a comédia clássica (MOISÉS, 1999 [1960], p. 50). A própria publicação d’*Os Lusíadas* é prova do reaparecimento da epopeia, imortalizada por Homero e Virgílio.

Com relação à Filosofia, o Renascimento possibilitou, sobretudo a partir do século XV, o reaparecimento de Platão, cujas ideias tinham sido sumariamente abandonadas durante a Idade Média, devido à valorização do pensamento de Aristóteles, fundamental para a construção das bases da escolástica de São Tomás de Aquino (D’ONOFRIO, 2007, p.222). Ao mesmo tempo, o gênero diálogo, largamente utilizado pelo mais conhecido discípulo de Sócrates, também ressurgiu.

Segundo Rossetti (2015 [2011]), os diálogos passaram a ser escritos no século IV a.C., especificamente nas primeiras décadas após a morte de Sócrates. Para o autor, embora fossem uma novidade para época, esses textos eram, na verdade, uma representação do modo como o filósofo grego conduzia o seu

pensamento, interrogando o seu interlocutor acerca de determinado assunto. Sobre a questão, Santos (2012 [2008], p. 11) considera:

O primeiro [problema na questão dos diálogos] é a metodologia seguida por Sócrates em suas refutações – o élenchos – e da concepção de saber nela implícita. Embora encaremos “Sócrates” como a personagem dos diálogos sobre quem recai a tarefa de conduzir as investigações, cremos ser possível atribuir à metodologia de ‘pergunta e resposta’, a que submete seus interlocutores, consistência bastante para a avaliarmos como uma concepção de saber definida, subjacente aos diálogos[...]

Desse modo, não se trata de um gênero instituído *a partir* da circulação dos textos dialogais. Antes disso, a prática já era comum e largamente usada por Sócrates, embora tivesse sido registrada postumamente por seus discípulos. Nesse sentido, ela se liga indissociavelmente à *dialética*, entendida inicialmente como a arte do diálogo e posteriormente como a arte de demonstrar uma tese por meio do diálogo, levantando questões concernentes ao tema discutido (KONDER, 2007 [1981]).

As causas que justificam o surgimento dos diálogos e o seu florescimento depois da morte de Sócrates são diversas. No entanto, três delas merecem destaque, ainda de acordo com Rossetti (2015, pp.44-45): o processo de padronização da forma como o filósofo orientava suas conversas, constituindo o seu λόγος προτρεπτικός<sup>4</sup>; a tentativa de seus discípulos manterem viva a lembrança de seu mestre, dissipando a carga negativa adquirida depois da cicuta; e a grande aceitação do público, logo após as primeiras tentativas de recriar a metodologia socrática.

Além da motivação relacionada à figura de Sócrates, outras razões levaram Platão a escolher o diálogo como forma principal de transmitir seu conhecimento, em detrimento dos costumeiros tratados de filosofia. Na visão de Santos (2012 [2008], pp.36-38), elas teriam relação com a própria concepção platônica de “conhecimento, de aprendizagem e de educação”. Assim, sob a ótica de Platão, os textos dialogais impediam o plágio, posto que as ideias eram atribuídas a personagens claramente identificadas. Já o texto corrido, sem a possibilidade

---

4 Leia-se *lógos protreptikós*. A tradução da expressão seria exatamente “diálogo motivacional ou encorajador”. Compreendida a forma como Sócrates conduzia a sua interlocução, podemos considerar o seu discurso como exortativo, que visa a persuadir o interlocutor por meio das questões ou até mesmo dissuadi-lo de suas convicções, postas à prova por meio das perguntas.

de questionamentos diretos, favoreceria uma postura acrítica por parte do leitor acerca do conteúdo lido.

Outro ponto que merece destaque é a categorização dos diálogos, de acordo com a natureza de cada texto. *Grosso modo*, eles se dividem em três grupos: o dos diálogos *elênticos*; o dos que se apresentam mais como uma investigação do que como debate propriamente dito; e o da trilogia dramática de Teeteto. O primeiro grupo se caracteriza pela utilização do método pergunta-resposta visando à discussão da virtude. O segundo grupo volta-se mais à investigação de determinado tema do que ao próprio debate e tem ligação com a teoria das formas. O terceiro grupo centra-se na figura de Teeteto, que dialoga com diferentes interlocutores sobre a natureza do saber (SANTOS, 2012 [2008]).

Como podemos perceber, o gênero apresenta uma série de particularidades e não deve ser concebido como uma simples “conversa” acerca de determinado assunto. Mais do que isso, trata-se de um complexo método de debate que, para Sócrates, consistia no modo de refutar o seu ouvinte, convencendo-o da impossibilidade de dominar plenamente qualquer questão. Platão se vale do mesmo recurso para conduzir suas investigações filosóficas, bem como da figura de seu mestre para protagonizar muitos de seus textos.

No contexto renascentista, o gênero foi amplamente utilizado e se tornou a forma quase absoluta de divulgação dos saberes. A razão dessa escolha certamente vai além da “redescoberta” de Platão, e vários fatores, por vezes antagônicos, podem ter motivado o seu florescimento na Idade Moderna. De acordo com Konder (2007 [1981], p. 14), houve um ressurgimento da *dialética*, permitindo que ela alcançasse posições mantidas inclusive nos séculos posteriores ao Renascimento, fator que talvez tivesse impulsionado a escrita de textos dialogais.

Já para Adami (2017), foi justamente a postura contrária à dialética que teria motivado o surgimento dos diálogos, como forma de valorizar a Retórica frente à Filosofia. Segundo a autora, muitos pensadores humanistas rebelaram-se contra a dialética, justamente por ela representar, durante a Idade Média, “[...] uma subserviência do pensamento (ou da ciência) às categorias escolásticas. O método de perguntas e respostas nos moldes da lógica de Aristóteles havia se tornado o método universal por excelência para leitura e interpretação de textos, bem como na demonstração dos autos de fé”.

De todo modo, quer tenha sido pelo ressurgimento da dialética, quer tenha sido pela luta contra ela, os diálogos se multiplicaram em diversas partes da Europa renascentista. De acordo com Hue (2007, p. 18), eles se tornaram “[...] o gênero que se prestava à discussão de temas da atualidade, contemporâneos, e à apresentação de todo tipo de conteúdo”. Por essa razão, em Portugal, publicaram-se mais de quarenta textos dessa natureza, de temática igualmente variada. Dois se ocupavam de questões linguísticas e são o foco de nosso estudo.

#### 4. As ideias linguísticas do século XVI: breves considerações

A atmosfera de renovação renascentista foi muito significativa para o desenvolvimento dos estudos linguísticos da Idade Moderna. A princípio, destacamos a atenção dada às línguas antigas, sobretudo ao grego, ao hebraico e ao latim. Esse interesse se explica, em grande medida, pela ação de retorno ao passado greco-latino, em voga na ocasião. Além disso, o processo de descrição das chamadas “línguas do mundo” atingiu proporções consideráveis.

Conforme assinalam Colombat, Fournier e Puech (2017 [2010]), no século XVI, o número de línguas descritas chegou a 33 e aumentou substancialmente nos séculos ulteriores. Esses estudos foram motivados principalmente pela expansão territorial protagonizada por alguns países da Europa, que propiciou o contato com as línguas dos povos colonizados e, conseqüentemente, a sua instrumentalização. No Brasil, por exemplo, José de Anchieta escreveu a *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em 1595.

Desse modo, o *Cinquecento* tornou-se um dos períodos de maior produtividade da *gramatização*<sup>5</sup> das línguas “exóticas” e europeias. No contexto europeu, outros fatores impulsionaram a escrita de gramáticas e dicionários, além da expansão colonial. Como já dissemos, a invenção da imprensa promoveu um aumento considerável no número de publicações e, por essa razão, havia a necessidade de instrumentalizar as línguas. Além disso, elas passaram a ser oficializadas nos reinos – embora ainda convivessem com o latim – e atingiram sua “maturidade” justamente no século XVI. Em suma,

Não há, entretanto, nada de comparável, quantitativa ou qualitativamente ao processo que se dá no final do século XV a partir das línguas que vão daí para frente dominar a história da Europa (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês) mas também do húngaro (1539), do polonês (1568) e do velho eslavo (1596), processo que, fortificando-se, atingirá, no início do século XIX, a maior parte das línguas escandinavas, eslavas, como também as fino-ugrianas, as quais, assim como o basco, não pertencem à família indo-européia [...] (AUROUX, 2014 [1992], pp.37-40).

---

5 De acordo com Auroux (2014 [1992], p. 65, grifos do autor), “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”

O processo de descrição das línguas favoreceu substancialmente o seu estudo sob uma perspectiva mais ligada à forma. Assim, as investigações morfológicas e fonéticas ganharam destaque. De acordo com Câmara Jr. (s/d [1975, p.35), “[...] a partir do século XVI, devido ao estudo das línguas vivas modernas, o aspecto oral da linguagem foi trazido à baila e a teoria fonética, embora rudimentar, desenvolveu-se”.

Outro aspecto relevante é a existência de duas vertentes muito claras de abordagem linguística, oriundas dos estudos medievais: a *grammatica speculativa* e a *grammatica positiva*. Grosso modo, a primeira se ocupava dos aspectos mais gerais – ou universais – das línguas, e a segunda, dos mais específicos. Levando em consideração o clima de opinião, a *grammatica positiva* distinguiu-se entre os estudos da época, e “muitas gramáticas do Renascimento, seja de línguas europeias ou de línguas mais exóticas, foram escritas com a intenção de demonstrar a ‘regularidade’ inerente à língua examinada” (WEEDWOOD (2006 [2002], p.72).

No entanto, a análise da regularidade não tinha como base as línguas por si mesmas. Os estudos empreendidos basearam-se naquilo que Colombat, Fouriner e Puech (2017 [2010], p. 159) chamaram de “tradição greco-latina”. Partindo desse modelo, produziram-se as gramáticas e, conforme destaca Weedwood (2006 [2002], pp.72-73), acentuou-se a preocupação em demonstrar as relações entre os vernáculos e o latim, “de modo que as gramáticas mais tardias dos vernáculos são em geral mais artificialmente constrangidas pelo modelo latino do que as anteriores”.

Em Portugal, o processo de gramatização teve início em 1536, com a publicação da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira. Quatro anos, mais tarde, João de Barros publicou a *Grammatica da lingua portuguesa*, acrescida do *Dialogo em louvor da nossa linguagem*. Posteriormente, surgem as *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever a Ortografia Portuguesa com um Diálogo que Adiante se Segue em Defesa da Mesma Língua*, de Pero Magalhães de Gândavo, , publicadas em 1574, e a *Ortographia da Lingoa Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, lançada em 1576.

Segundo assinala Spina (2011 [2008], p.287), todas elas são resultado do “desejo de disciplinar e aprimorar a língua portuguesa, numa tentativa de afeiçoá-la à mãe latina”. A afirmação do autor é de grande valia, pois contempla justamente o ideal de língua observado nos dois diálogos aqui analisados. Desse modo, a relação de “conformidade” entre o português e o latim passou a ter destaque, sobretudo depois da publicação da gramática de João de Barros.

O “desejo de disciplinar e aprimorar” o português de que nos fala Spina é, na verdade, uma resposta ao momento vivido por Portugal. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de se dispor de uma língua padronizada, a fim



de atender tanto à política educacional interna de reforma do ensino quanto à política externa de promoção do idioma nas novas terras. Prova disso é a multiplicação das *cartinhas* para aprender a ler, cujo objetivo era “[...]além do ensino dos ‘meninos portugueses’, o ensino também da língua portuguesa a estrangeiros” (BUESCU, 1978, p.18).

Além disso, merece destaque a intensificação do uso do vernáculo, que teve início no reinado de D. Dinis, quando a documentação oficial passou a ser escrita prioritariamente em “linguagem”, e não mais em latim (Cf. FARACO, 2016). Essa mudança demandava cada vez mais a instrumentalização da língua e também teria motivado os estudiosos da época a se debruçarem sobre a questão, como atestam as publicações das regras ortográficas de Gândavo e de Leão, por exemplo.

No contexto português, a escolha do latim como língua modelar vai além do clima de opinião, permeado pelos ideais renascentistas. Para melhor entender essa afirmação, devemos considerar que Portugal, especialmente nas primeiras décadas do século XVI, vivia o ápice das conquistas ultramarinas, o que resultou em um discurso extremamente patriótico com relação à língua, como podemos observar no preâmbulo da gramática de Fernão de Oliveira (Cf. PASSERINI, 2019b). Barros e Gândavo adotam essa mesma postura em seus diálogos, embora tenham sido compostos em diferentes momentos da história do reino.

Tendo isso em mente, o lugar ocupado pelo latim na origem da língua portuguesa serve como uma forma de conceder-lhe uma “origem nobre”. Se a supremacia do império era um fato inquestionável, o idioma falado pelos protagonistas desse capítulo tão significativo da história deveria ser igualmente representado de forma grandiosa e, para tanto, carecia de um “ancestral” à altura.

Em outras palavras, uma língua imperial só poderia ter-se originado de outra com a mesma característica. Diante disso, o latim, pelas relações históricas que mantém com o português, desempenhou perfeitamente a função de “progenitor”. Por essa razão, hoje também se discute o apagamento do galego no momento em que se instaura o discurso fundador da língua portuguesa (Cf. MONTEAGUDO, 1999; BAGNO, 2012; FARACO, 2016, 2019; PASSERINI, 2019b).

## **5. João de Barros e Pero Magalhães de Gândavo: perfil biobibliográfico**

Os autores dos textos que analisamos, apesar de serem contemporâneos e tratarem de uma mesma questão, são substancialmente distintos quanto às esferas sociais nas quais atuaram ao longo da vida, conforme destaca Hue (2007, p. 19). Sobre João de Barros, copiosas fontes registram os feitos daquele que foi

um dos maiores humanistas de Portugal. Com relação a Gândavo, escassas – ou praticamente inexistentes – são as informações biográficas, embora ele também tenha sido um ilustre humanista.

João de Barros era filho ilegítimo de Lopo de Barros, um fidalgo cujo sobrenome foi herdado da aldeia Barros, localizada na região do Entre-Douro-e-Minho. Desde muito jovem, foi criado no paço real, o que lhe proporcionou sólida formação, posteriormente aprimorada graças a seu autodidatismo. Buescu (1969) chama a atenção para duas de suas características, que nos interessam sobremaneira: a de “criptogramático” e a de pedagogo. Segundo a autora, o pendor gramatical de Barros já se observa nas *Décadas* – obra de grande valor histórico –, quando ele faz diversas incursões para comparar “fenômenos e sistemas idênticos em línguas diferentes”. Além disso, explica etimologicamente determinados nomes presentes no texto, principalmente os topônimos.

Como pedagogo, mostra-se à frente do seu tempo, elaborando um plano de ensino de português ao qual chamamos *triade linguística barrosiana* (PASSERINI, 2019b). Dela fazem parte a *Cartinha com os mandamentos da santa madre igreja*, publicada em 1539; a *Grammatica da lingua portuguesa*; e o *Diálogo em louvor à nossa linguagem*, ambos publicados em 1540, como já mencionamos. É nessa fase que o “criptogramático” das *Décadas* se torna gramático efetivamente, demonstrando toda a sua erudição e o seu conhecimento acerca do português e também do latim.

Sobre Pero Magalhães de Gândavo, acredita-se que ele teria nascido em Braga, embora fosse de origem flamenga por parte de pai. Seu sobrenome atesta a ascendência, pois está relacionado a Gand, capital da província de Flandres, na Bélgica, com quem Portugal mantinha intensa atividade comercial. Passou grande parte de sua vida na província do Entre-Douro-e-Minho, onde se casou e desempenhou as funções de professor de latim em uma escola por ele mesmo aberta. Posteriormente, dedicou-se ao ofício de professor de português, além de ter sido copista na Torre do Tombo.

Este último cargo, conforme assinala Buescu (1978), foi ocupado por Gândavo após seu retorno do Brasil, onde esteve por duas vezes: uma antes de 1569 e outra por volta de 1576. A atribuição das datas é feita com base nas suas duas obras cuja temática recai sobre a nova terra e que lhe renderam o título de nosso “primeiro historiador”: o *Tratado da Província do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz*. Curiosamente, a primeira só veio a lume em 1826, publicada pela Real Academia de Ciências. Na qualidade de estudioso da língua, publicou, em 1574, as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da lingua portuguesa com um diálogo que adiante se segue em defesa da mesma lingua*.

O estilo e as pretensões dos autores apresentam-se de modo distinto em suas obras. João de Barros demonstra sempre o gigantismo de seus ideais, quer seja

nas *Décadas* – nas quais se valeu de um vocabulário primoroso para escrever uma significativa obra histórica, na qualidade de cronista oficial –, quer seja na Gramática – o corolário de seu projeto pedagógico do ensino de língua, no qual mobiliza todo o seu conhecimento de latim para colocar o vernáculo em pé de igualdade com a “língua de origem”.

Já Pero Magalhães de Gândavo tem pretensões bem mais modestas, o que não diminui sua relevância. Ao contrário de seu antecessor, os seus tratados históricos sobre o Brasil serviam mais como forma de propagandear a colônia, com o objetivo de atrair os mais pobres do reino e estimular a colonização das novas terras. No que concerne às Regras, elas eram mais simples e teriam sido elaboradas justamente para aqueles que desconheciam o latim, com o intuito de auxiliá-los na escrita adequada do português. (HUE, 2007, p.20).

## **6. Memória e representação do português: o ideal clássico de língua**

Conforme já mencionamos, uma característica marcante dos diálogos é o tom patriótico, em razão da posição de destaque ocupada por Portugal no período das grandes navegações. Trata-se de um fato relevante, pois o mesmo sentimento em relação à terra estendia-se – ou deveria se estender – à língua. No entanto, ele se coaduna com um discurso apologético que, antes de mais nada, representa uma “resposta” ao castelhano, que desempenhava papel de língua de erudição na corte portuguesa.

De posse de tais informações, podemos compreender melhor as razões do “louvor” e principalmente da “defesa” do português. Nesse sentido, Buescu (1978) assinala haver uma clara diferença entre as obras de João de Barros e Pero Magalhães de Gândavo. Segundo a autora, na obra de Barros, era nítido o discurso laudatório do idioma lusitano, com o objetivo de mostrar suas virtudes; já no texto de Gândavo, era evidente “uma clara discussão de rivalidades” acerca das línguas portuguesa e castelhana. No entanto, como já mencionamos em Passerini (2019a), no diálogo de Gândavo, a defesa também se dava por meio do louvor às qualidades do idioma, embora o objetivo do texto fosse, *a priori*, outro.

Se tomarmos o contexto de produção das obras, separadas por um período de 34 anos, encontramos, na própria situação vivida por Portugal, a explicação para um “louvor” nas primeiras décadas do Quinhentos e uma “defesa” nas derradeiras. Como já dissemos, os primeiros decênios configuraram o apogeu das conquistas ultramarinas, o que justifica a atitude de exaltação da língua, símbolo de um povo cujos domínios se estenderam “por mares nunca dantes navegados”, como sabiamente escreveu a pena camoniana. Do mesmo modo, as

últimas décadas testemunhavam a franca derrocada do império que, seis anos após a publicação da “defesa”, sucumbiria ao jugo do sempre inimigo castelhano.

No título deste capítulo, fazemos alusão a um ideal *clássico* de língua. Por isso, antes de nos lançarmos à análise propriamente dita, devemos ter em mente o significado do termo e, para tanto, recorremos a D’Onofrio (2007, p. 217), que assim o define:

A etimologia do termo “clássico” vem do latim *classis*, que significava uma classe social [...] a que um cidadão romano pertencia e que o distinguia da grande massa do povo [...] A este sentido sociológico está ligada a idéia de preeminência, de excelência.

Com referência às letras, o *classicus scriptor* era o autor que se distinguia da maioria pela correção lingüística e pela beleza das imagens poéticas. Assim, Homero, Virgílio, Horácio, Cícero eram considerados escritores clássicos, porque constituíram ‘modelos’ a serem seguidos e suas obras eram estudadas nas classes das instituições escolares [...]

Das palavras do autor, destacamos o fato de o adjetivo *clássico* relacionar-se a um modelo a ser seguido. No âmbito dos estudos linguísticos do *Cinquecento*, a tradição gramatical greco-latina era o paradigma que abalizava o tratamento da língua. Mais especificamente, a gramática latina de Donato, que, segundo Colombat, Fournier e Puech (2017 [2010], p. 141), “[...] antes da descoberta de Prisciano [...] aparece como o vetor para o qual se pode manter o conhecimento quanto para a pedagogia do latim [...] e o núcleo a partir do qual se constitui o modelo da descrição das línguas do mundo[...]”, fenômeno iniciado ainda na Idade Média.

Diante disso, ficam claras as razões pelas quais o latim se tornou o modelo para as demais línguas românicas. Retomando o conceito de memória por nós adotado, destacamos que essa ideia sobre a língua latina se constituiu ao longo dos séculos entre os povos falantes de línguas românicas e permaneceu viva quando surgiram as primeiras gramáticas vernaculares.

De volta aos diálogos, concentremo-nos inicialmente no louvor à língua portuguesa, de João de Barros<sup>6</sup>. A discussão instaura-se entre duas personagens, denominadas Pai e Filho. Sobre elas, devemos destacar que a primeira é o

---

6 Para facilitar a compreensão do leitor, todos os trechos dos diálogos transcritos foram retirados da edição crítica feita por Hue (2007), que apresenta algumas modernizações, sobretudo na ortografia. Por essa razão, os números de página correspondem aos da edição de Hue, e não aos da versão original.

próprio Barros; já o filho, Antônio, curiosamente tem o nome revelado apenas ao fim do texto. É ele quem abre o diálogo, contando sobre o início das aulas de leitura do príncipe, sob a orientação do frei João Soares.

A partir daí, inicia-se uma longa reflexão baseada em um questionamento que circulava nos meios intelectuais da época: qual teria sido a primeira “língua” do mundo. O pai toma a palavra e faz um longo excuro, que perpassa questões históricas e religiosas e busca, nestas últimas, uma explicação mais convincente. Isso demonstra a força da religiosidade em Portugal, apesar do clima de opinião renascentista. Quase ao fim de sua fala, ele afirma que o mais acertado seria se ocupar de três línguas que, tal como o português, precediam a todas as outras naquele momento e cujo vocabulário fora tomado sobretudo da língua latina “que foi a derradeira que teve monarquia, cujos filhos nós somos” (BARROS, 2007 [1540], p. 46).

A afirmação é relevante principalmente se levarmos em conta o contexto de circulação do texto de Barros. Como já mencionamos, o diálogo surge quatro anos depois da publicação da obra de Fernão de Oliveira, que marca o início da gramatização da língua portuguesa. Do mesmo modo, surge o seu discurso fundador e, conseqüentemente, a construção da sua memória, a ser perpetuada dentro e fora de Portugal.

Para tanto, cabe aos autores a escolha de uma forma de representar o português. Como vimos em Chartier (1991 [1989]), a questão da identidade liga-se inextricavelmente à representação. Nesse sentido, a fala do pai trata de caracterizar o português e as demais línguas românicas como “filhos” do latim. Conforme constatamos em Passerini (2019b), esta teria sido a primeira vez que se usou uma metáfora geneticista para aludir à origem de nosso idioma.

Na seqüência, o filho pergunta qual das línguas destacadas seria a “melhor e mais elegante”, ao que o pai responde “A que mais se conforma com a latina, assim em vocábulos como na ortografia” (BARROS, 2007 [1540], p.46). Aqui notamos a primeira representação do ideal clássico de língua: se a melhor língua deve ser criada “à imagem e semelhança” do latim do ponto de vista vocabular e ortográfico, ele é o modelo de excelência. Destacamos, ainda, que tal visão é fruto de uma memória construída ao longo dos séculos com relação à própria língua latina.

Partindo dessa premissa, observamos um duplo movimento de representação: inicialmente a do latim, visto como “o ideal”. Posteriormente, o destaque que determinado idioma teria, caso mantivesse os mesmos traços da língua modelar. Diante disso, cria-se, entre os povos de língua românica, uma visão de que a “conformidade” com o idioma de origem era motivo de orgulho, tanto maior fossem as semelhanças. Por conseguinte, a representação da melhor língua coincide com a valorização da sua “latinidade”.

O filho continua o diálogo mencionando o fato de muitos considerarem o castelhano em posição de vantagem ao português. A nosso ver, trata-se de uma menção, embora indireta, ao uso da língua castelhana pelos eruditos portugueses, em detrimento de sua língua materna. Como resposta, o pai adota uma postura aparentemente conciliadora, informando que “há de saber d’ambas tanto que entenda os defeitos e perfeições de cada uma” (BARROS, 2007 [1540], p. 47). No entanto, mais adiante, ele torna a mencionar a “conformidade” com o latim como aspecto preponderante da língua e conclui: “Aí começarás tu de sentir o louvor da nossa linguagem que, sendo nossa, a entenderá o latino porque é sua. Esta prerrogativa tem sobre todas as linguagens presentes: majestade para coisas graves e uma eficácia baroila que representa grandes feitos [...]” (ibid, p. 48).

Como se pode perceber, o pai fala sobre o “louvor” do português e aponta, como razão, a semelhança entre as línguas. Aqui notamos um fenômeno curioso: embora o diálogo seja precipuamente laudatório, esse movimento, de certa forma, acaba por também “defender” o português das acusações que lhe eram perpetradas de ser uma língua “menor” que o castelhano. Por isso, entendemos que, em ambos os diálogos, as ações de defesa e louvor se retroalimentam, pois partem de uma mesma motivação, relacionada tanto ao patriotismo da língua quanto ao seu discurso apologético. Nas palavras de Buescu (1978, pp.45-46),

A posição de João de Barros no que respeita a este ponto [o louvor da língua portuguesa], parece que se insere na polémica mais ou menos latente durante os séculos XVI e XVII entre os decididos apologistas da língua nacional e os que reconheciam a superioridade da castelhana como língua de maior circulação, expressividade e riqueza. Contra esses, opõe-se vigorosamente João de Barros, atribuindo à língua portuguesa, como qualidades essenciais, riqueza vocabular, conformidade com o latim, gravidade e majestade, sonoridade agradável, capacidade de exprimir ideias abstractas, possibilidade de formação de novos vocábulos.

Em continuidade, o pai destaca a copiosidade vocabular, enfatizando que “A linguagem portuguesa [...] não perde força para declarar, mover, deleitar e exortar a parte a que se inclina, seja em qualquer gênero de escritura” (BARROS, 2007 [1540], p. 49). Mais uma vez, a memória greco-latina é evocada, sobretudo porque os exemplos dados pelo pai fazem alusão a personagens da Antiguidade Clássica, como se nota no seguinte trecho:

Certo, a quem não falecer matéria e engenho para demonstrar sua tenção, em nossa linguagem não lhe falecerão vocábulos. Porque é de crer que, se Aristóteles fora nosso natural, não fora buscar linguagem

emprestada para escrever na filosofia e em todas as outras matérias de que tratou” (BARROS, 2007 [1540], p.49).

Dessa fala, depreendemos que o ideal clássico de língua agora é associado à abundância vocabular e, na fala de Barros, o português, o grego e o latim são representados em condições de igualdade.

O filho faz um novo questionamento, agora com relação à criação de novas palavras. Mais especificamente, ele pergunta se, na falta de determinado vocábulo, o português “poderia formar algum verbo aprazível à orelha, sem falar por rodeio como essoutros [os franceses, os italianos e os castelhanos] fazem” (ibid, p.50). A resposta é afirmativa, “[...] porque a licença que Horácio em sua arte poética [...] dá aos latinos para comporem vocábulos novos, contanto que saiam da fonte grega, essa podemos tomar, se os derivarmos da latina” (ibid, p.50).

Nesse trecho, novamente é visível o ideal clássico de língua, que tem no latim a fonte legítima da qual devem beber os autores em suas composições. No entanto, ressaltamos, aqui, outro aspecto da memória e da representação. Ao citar Horácio, o pai comenta que o pensador romano preconizava a preferência por fontes gregas para a criação de palavras. Assim, o grego era representado como ideal de língua e estava, a seu tempo, na memória dos falantes do latim. Isso mostra uma continuidade do pensamento linguístico entre os falantes do latim e os do português, pois ambos mantêm a mesma postura de tomada de modelos de correção e perfeição. Nosso parecer é comprovado por outro trecho do diálogo, em que o pai considera:

Quero dizer que Túlio, César, Lívio e todos os outros a que chamamos fonte da eloquência nunca aprenderam língua latina como a grega, porque era sua natural linguagem, tão comum ao povo romano, como vemos que a nossa é ao povo de Lisboa, mas souberam a gramática dela. Esta lhes ensinou que coisa era nome, e quantas qualidades e figuras tinha [...]. Destas coisas foram os latinos tão curiosos, por apurar sua língua, e à igualarem à grega (donde eles tomaram parte de sua eloquência) que se escreve compoer César um tratado de analogia da língua latina, e Messala a cada letra do a, b, c fez um livro que trata delas, e Varrão outro da *Ethimologia*, de que ao presente temos alguma parte (BARROS, 2007 [1540], p.52).

Em outro momento, o filho pergunta se todos os conhecedores do latim poderiam criar novas palavras. O pai responde negativamente e adverte que a criação deve acontecer desde que “a natureza da nossa linguagem aceite”. Além disso, diz que os portugueses devem prezar pelos termos já presentes na

língua e não apenas “os que achamos por escrituras antigas, mas muitos que se usam entre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa, os quais alguns indoutos desprezam por não saberem a raiz donde nascem” (ibid, p.51).

Nesse trecho, o pai curiosamente cita os usos presentes na região do Entre-Douro-e- Minho e a considera como o “conservador da semente portuguesa”. Sabemos que, por tradição, a história considera essa região o “berço” de Portugal. Além disso, o galego teria surgido nesse mesmo espaço, e aqui notamos um possível apagamento dessa língua na origem do idioma lusitano. Sobre as razões que teriam motivado tal postura, sugerimos a leitura de Bagno (2012) e Passerini (2019b).

O último motivo de “louvor” que destacamos é o fato de o português estar associado ao expansionismo linguístico, o que lhe confere a “majestade” citada por Buescu (1978). Essa característica torna-se mais evidente no fim do diálogo, quando o pai faz a seguinte reflexão:

E o mais certo sinal que o romano pode dar ser Espanha súdita ao seu império, não serão suas crônicas e escrituras, cá estas, muitas vezes são favoráveis ao senhor de quem falam, mas a sua linguagem, que nos ficou em testemunho de sua vitória. E quanto, entre as coisas materiais, é de maior excelência aquela que mais dura, tanto acerca das coisas da honra, são de maior glória as que a memória mais retém. Exemplo temos em todas as monarquias, cá, se perderam com a variedade do tempo e fortuna das coisas humanas, pero deixou a língua latina este sinal de seu império, que durará eternamente. As armas e padrões portugueses postos em África e Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são, e pode-as o tempo gastar, pero não gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras deixarem (BARROS, 2007 [1540], p. 53).

O próprio Barros menciona a relação da língua com a memória, mencionando o papel de ambas na perpetuação dos feitos gloriosos de determinado povo. Nesse caso, o português seria imortalizado, tal qual o latim, cuja memória é exaltada ao longo de todo o diálogo e cuja representação é a de uma língua modelar, à qual o português se assemelha. Da mesma forma, apresenta-se a língua portuguesa como herdeira da latinidade e, por conta disso, digna do mesmo destaque de seu nobre antecessor. Assim, o ideal de língua clássica, nesse momento, é o ideal de língua imperial, levada aos povos subjugados a fim de garantir o domínio do colonizador. Essa associação é essencial à construção da memória do português que, assim como o idioma latino, deve ser visto como a língua de um grande império.



O diálogo de Gândavo segue um percurso semelhante, embora trate precipuamente da “defesa” do idioma, por razões já mencionadas. O embate se dá entre Petrônio, o português, e Falêncio, o castelhano, cujas respostas são geralmente refutadas pela personagem portuguesa. A cena tem início com a fala do português, no intento de provar que a língua portuguesa é “em si tão grave e tão excelente assim na prosa como no verso que só a latina lhe pode nesta parte fazer vantagem” (GÂNDAVO, 2007 [1574], p.67). Já nesse momento, é nítido que Gândavo parte do mesmo ideal de língua que Barros, ao associar o latim a um modelo de perfeição. Desse modo, o português é representado como uma língua superior às demais da mesma família e que perde, em grandiosidade, apenas para o idioma latino.

A resposta de Falêncio é a de que a língua portuguesa era julgada “não só por todas as nações do mundo, mas ainda pelos próprios portugueses que a possuem<sup>7</sup>” (ibid, p. 68) pelo fato de ter sido, em seu princípio, um idioma no qual se “usavam muitos vocábulos muito diferentes e impróprios de seu natural significado e origem<sup>8</sup>” (ibid, p.68). Por isso, “não se pode chamar de verdadeiro Português o destes tempos usuais, mas o antigo que em princípio se usava, como eu já disse<sup>9</sup> (ibid., p.68)”. Da fala do espanhol, enfatizamos a menção aos próprios lusos que criticam seu idioma, uma referência ao fato de ele não ser, à época, o preferido dos eruditos do reino, que ainda optavam por escrever em castelhano ou em até mesmo em latim.

Na sequência, Petrônio justifica que essa língua inicial a que se refere Falêncio como “tosca e rude” era nada mais que um “latim vulgar”, afinal, o português, apesar de ser uma língua “inventada como foram as outras”, tinha um componente incontestavelmente latino, do qual “todos estes nossos vocábulos, ou a maior parte deles, trazem sua origem” (ibid, p.69). Assim, fica evidente, também no diálogo de Gândavo, a necessidade de reafirmação da origem latina do português e, para tanto, promove-se, outra vez, um apagamento do galego, aqui substituído pelo termo genérico “latim vulgar”. Esse aspecto é essencial para a construção da memória do idioma, em franco processo de institucionalização no século XVI, como já dissemos.

---

7 Tradução nossa, do espanhol: “no sólo de todas las naciones del mundo, mas aún de los mismos Portugueses que la poseen”.

8 Tradução nossa, do espanhol: “usaban muchos vocablos muy diferentes y improprios de su natural significacion y origen”

9 Tradução nossa, do espanhol: “no puede llamar verdadero Portugués el que ahora en estos tiempos usuais, sino el antiguo que en principio se usava, como ya tengo dicho”.

Mais adiante, a personagem lusitana complementa sua fala dizendo que a língua teria se modificado ou, em suas palavras, “apurado-se”, dadas as novas realidades com as quais se foi deparando ao longo do tempo. Apesar do acréscimo de vocábulos não pertencentes ao latim, eles são adequados àquilo que se pretende exprimir e “soam melhor aos ouvidos de gente polida” (ibid., p.69). No entanto, Petrônio faz a seguinte advertência:

Ora naqueles em que seguimos o latim não há que repreender, pois claramente se vê que quanto mais a ele nos chegamos, tanto melhor parecem e mais autorizada fica a nossa linguagem. Pela qual razão se não pode negar ser este o natural e verdadeiro português que agora usamos: no qual se desapaixonadamente quizerdes por os olhos, e notar a etimologia e significação de alguns vocábulos desta nossa língua achareis que em muitas partes faz vantagem à vossa[...] e é que dizemos *olhar* e vós *mirar* [...]. E, além disso, outros termos cá que vós lá careceis [...] convém a saber, dizemos jeito, saudade, lembrança, praguejar, enxergar, agasalhar, etc. (ibid, p. 69-70).

Das palavras da personagem, destacamos, a princípio, o fato de ela afirmar que, quanto maior proximidade houver entre o português e o latim, mais a sua língua se tornará “autorizada”. Ou seja, a semelhança com o latim continua sendo um ideal, embora haja uma consciência de independência entre as ambas. Segundo Buescu (1978, p. 15), não se trata “[...] de tentar reviver e admirar passiva e acriticamente o passado clássico. Trata-se, principalmente, de revestir esse legado duma arte nova”. Nesse ponto, é nítido que o interlocutor português afirma que a antiga língua falada era um latim vulgar e que a atual seria efetivamente o português. Ainda assim, há muita semelhança entre ambas, e isso continua a ser motivo de louvor, e não de vergonha, pois mostra a sua relação “genética”.

Em outro momento, Falêncio retoma a posição de ataque e utiliza novamente o argumento de o castelhano ser uma língua corrente em Portugal. Em suas palavras “Porque homens portugueses muito importantes e de grandes engenhos escreveram, e ainda hoje escrevem, suas obras em castelhano por ser linguagem mais apreciável e doce, e soar melhor aos ouvidos que a vossa<sup>10</sup>” (GÂNDAMO, 2007 [1574], p.73). Levando em conta a função do diálogo, o reforço dessa característica demonstra a relevância do discurso apologético construído ao

---

10 Tradução nossa, do espanhol: “Porque hombres portugueses muy principales y de grandes ingenios escribieron, y aún hoy en día escriben, sus obras en castellano por ser el lenguaje más apreciable y dulce, y sonar mejor a los oídos que la vuestra”

“defender” o português da língua do reino vizinho que, àquela altura, era um perigo mais que iminente à soberania do povo lusitano.

A resposta de Petrônio não desmente a constatação do seu interlocutor, mas acrescenta que os autores lusitanos que se valeram da língua de Falêncio o fizeram “por seu passatempo e églogas, canções, elegias e cantos pastoris, que são matérias leves e acomodadas ao estilo da mesma língua” (ibid., p.73). Assim, para os gêneros de menos “gravidade” não era de se espantar que fosse usado o castelhano.

Entretanto, em textos de mais erudição ou, nas palavras do próprio Petrônio, em “coisas mais graves e de importância”, ele nega que os autores tanto antigos quanto modernos tenham se valido do outro idioma. Na sequência, cita-se uma série de autores cujas obras foram escritas em português, dentre eles João de Barros, Luís de Camões e Diogo Bernardes. Em seguida, a personagem portuguesa propõe a Falêncio a leitura da gramática de João de Barros, a fim de comprovar a semelhança entre o português e o latim, ou então do *Livro da Antiguidade de Évora*, de André de Resende, “onde claramente se mostra, que com pouca corrupção deixa de ser Latina” (ibid., p.74).

Diante desse argumento, o interlocutor castelhano faz um pequeno inventário de palavras que, em seu idioma, se assemelham muito ao latim, tais como *colores*, *dolores*, *passiones*, entre outras. Em resposta, Petrônio cita outras tantas que, em português, são mais próximas da latina, por exemplo, *femia*, *ferro*, *fazer* etc. Adiante, ele apresenta um poema que teria sido feito em uma disputa em Paris, na qual os participantes deveriam compor versos utilizando apenas palavras de origem latina. Segundo Petrônio, a língua portuguesa teria sido a vitoriosa, por apresentar o maior número de vocábulos mais próximos do idioma latino. Curiosamente, os versos citados são os mesmos utilizados por Barros no seu *Diálogo*. Isso comprova, em grande medida, a influência desse autor sobre o texto de Gândavo, que certamente teria se inspirado na obra de seu coetâneo para escrever uma “defesa” do português.

Embora menos elaborado que o de João de Barros, o diálogo de Pero Magalhães de Gândavo apresenta o mesmo ideal clássico de língua, como reflexo tanto do clima de opinião renascentista quanto do momento em que fora produzido, no qual a “defesa” do idioma lusitano era ainda mais necessária. Desse modo, apesar de se circunscrever em um momento histórico um pouco distinto de seu antecessor, é possível observar uma continuidade no propósito de representação do português como uma língua indiscutivelmente latina, cuja relação de semelhança com o idioma de origem é notória e a torna superior às demais línguas da “família” românica.

## **Considerações finais**

No início de nosso capítulo, ocupamo-nos de definir a memória e mostrar como ela se associa ao conceito de representação postulado por Chartier (1991 [1989]). Na discussão promovida a respeito dos dois conceitos, percebemos a convergência de ambos na formação da identidade de um povo entre seus semelhantes e perante a outros povos. Diante disso, propusemo-nos à análise daquilo que consideramos o ideal clássico de língua, com base nos dois diálogos linguísticos publicados no século XVI em Portugal. Para tanto, baseamo-nos nos preceitos metodológicos concernentes à História das Ideias Linguísticas, sobretudo os postulados por Auroux (2014 [1992]).

Considerando o princípio do historicismo moderado (AUROUX, 2014 [1992]), reconstruímos o clima de opinião e constatamos a sua relação com o início do processo de gramatização da língua portuguesa, que coincide com o apogeu e a derrocada de um dos maiores impérios da Idade Moderna. Nesse sentido, uma série de fatores motivou o surgimento da gramática em solo lusitano, em resposta às necessidades com que se depararam os portugueses, por conta das grandes navegações.

O clima intelectual da época era permeado pelos ideais renascentistas, e o Classicismo propiciou um retorno ao passado greco-latino, tido como inspiração para artistas e demais intelectuais. No processo de instrumentalização do português, verificou-se grande pendor patriótico no trato com a língua, representada nos textos selecionados como herdeira legítima do latim, com o qual mantinha relações de similitude que lhe conferiam ainda mais destaque entre as demais línguas românicas.

Assim, baseados nos ideais do Renascimento, os primeiros estudiosos do idioma valeram-se de um discurso fundador que procurava dar uma origem nobre ao português e encontraram no latim o “berço” de uma língua igualmente nobre e imperial. Nessa empreitada, criou-se uma memória do idioma, a fim de que ele fosse representado dentro e fora de Portugal por todas as virtudes que lhe eram inerentes. Concomitantemente, os autores se valeram de uma memória já existente acerca do latim, representado nos textos como o verdadeiro modelo a ser seguido.

Considerando os diferentes momentos em que se produziram os diálogos, igualmente pudemos perceber a razão de um se dedicar ao louvor, e o outro, à defesa. No primeiro momento, o império acabara de atingir o ápice das conquistas ultramarinas; no segundo, já dava sinais da iminente crise, consolidada seis anos após a publicação do texto de Gândavo, quando o reino lusitano é anexado ao de seu mais temido vizinho. Nesse sentido, destacamos também que, do ponto de vista linguístico, o castelhano já era “ameaça” constante, devido

ao seu uso como língua de erudição em Portugal, o que também motivou a escrita de textos claramente apologéticos ao português. Afirmamos isso pelo fato de nossa análise ter demonstrado que, em ambos os textos, louvor e defesa se articulam e se tornam interdependentes.

Partindo da premissa da descrição fenomenológica do objeto e da neutralidade epistemológica (AUROUX, 2014 [1992]), detectamos que, no texto de Barros, a proposta de louvor ao português é baseada no elemento latino, responsável pela elegância do idioma e por seu tom majestoso. O diálogo de Gândavo, da mesma maneira, acaba por tecer uma série de louvores ao português, embora se proponha precipuamente a defendê-lo. Nele, a menção ao “inimigo” castelhano é muito mais clara, o que nos leva à constatação de que, naquela altura, o seu uso no território português era um problema a ser resolvido com urgência.

Assim os pioneiros no estudo de nossa língua se empenharam em construir a imagem dela perante aos portugueses e também aos outros povos: por meio do enaltecimento de suas virtudes, inextricavelmente ligadas ao latim, representado como língua modelar, ideal, o progenitor de quem o português herdara as semelhanças e, por conta delas, a nobreza. Nesse movimento, buscou-se eternizar não só a origem do idioma lusitano, como também perpetuar, ao longo dos séculos, os grandes feitos do seu povo, graças à força da representação e ao poder atemporal da Memória.

## Referências

### Fontes primárias

BARROS, João de. *Gramática da lingua portuguesa*. Lisboa: Olyssipone, 1540.

BARROS, João de; GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Diálogos em defesa e em louvor da língua portuguesa*. Edição, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua*. Lisboa: Antonio Gonsalvez, 1574.

### Fontes secundárias

ADAMI, Ana Letícia. O gênero dialógico no Renascimento e o diálogo Sobre o Prazer de Lorenzo Valla. In.: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>. Acesso em: 30/01/2020.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3.ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1992].

- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. 26.ed. São Paulo: Editora Vozes, 2015 [1986].
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *João de Barros: textos pedagógicos e gramaticais*. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.
- BURKE, Peter. *O Renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália*. Trad.: José Rubens Siqueira. São Paulo: Nova Alexandria, 2010 [1999].
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. 6.ed. São Paulo: Vozes, s/d [1975].
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os lusíadas*. São Paulo: Abril, 2010 [1572].
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Trad. Andréa Daher e Zenir Campos Reis. *Estudos avançados*, 11 (5), 1991 [1989].
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. *Uma história das ideias linguísticas*. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017 [2010].
- D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. São Paulo: Parábola, 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- GARCIA, José Manuel. *História de Portugal: uma visão global*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1984.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias, Teogonia e O escudo de Hércules*. Introdução, tradução para o grego moderno e comentários de Stavros Guirguenis. Thessaloniki: Zitros, 2001.
- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. 3.ed. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- HUE, Sheila Moura. Introdução. In BARROS, João de; GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética?* São Paulo: Brasiliense, 2007 [1981].
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Borges. 7.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2016 [1990].
- MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. *Breve história de Portugal*. 5.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. *Brevíssima história de Portugal*. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2018 [2016].
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 1999 [1960].
- MONTEAGUDO, Henrique. *História social da língua galega*. Vigo: Galaxia, 1999.

PASSERINI, Thiago Zilio. Em defesa e em louvor da língua portuguesa: uma análise historiográfica do diálogo de Pero Magalhães de Gândavo. *Verbum*. v. 8, n. 1, p. 74-91, abr. 2019a

PASSERINI, Thiago Zilio. *Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima? O lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX*. Dissertação de Mestrado. Programa de estudos pós-graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, São Paulo, 2019b.

PUGLIESI, Márcio. *Mitologia greco-romana: arquétipos dos deuses e heróis*. 2.ed. São Paulo: Madras, 2005.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2018 [2007].

ROSSETTI, Lívio. *O diálogo socrático*. Trad. Janaína Mafra. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2015 [2011].

SANTOS, José Trindade. *Para ler Platão: a ontoepistemologia dos diálogos socráticos*. Tomo I. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2012 [2008].

SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SICHEL, Edith. *O Renascimento*. Trad.: Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963 [1957].

SPINA, Segismundo. Segunda metade do século XVI e Século XVII. In SPINA, Segismundo (org.). *História da Língua Portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011 [2008].

TORRANO, Jaa. Ouvir Ver Viver a Canção. In HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. 3.ed. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1995.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Linguística*. 5.ed. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002 [2006].